

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

DIMENSÃO POPULACIONAL E DO COMÉRCIO A RETALHO¹

Luís Paulo Saldanha Martins

No seu conjunto esta abordagem é tanto uma reflexão sobre aspectos teóricos que têm merecido a maior atenção por parte dos investigadores, como uma leitura de facetas da realidade Noroestina. Atribuímos ao trabalho um carácter de ensaio metodológico, contendo também, alguns elementos sobre aspectos que nos parecem haverem sido menos tratados ou sobre outros que, ao evoluírem a um ritmo tão vivo, a sua compreensão e análise constitui motivo de interesse.

A interrogação primeira que um trabalho deste tipo levanta relaciona-se com a forma como se hierarquizam os aglomerados no Noroeste. Esta, suscitará outras relativas quer à possibilidade de, diacronicamente, a hierarquia ter sofrido alterações, quer aos factos que as motivaram e respectivos reflexos espaciais.

Outras questões haveria a colocar, directamente relacionadas com a temática: os aglomerados urbanos do Noroeste de que modo se inserem na hierarquia urbana nacional? Uma metodologia já aplicada a áreas como características distintas, funcionará de igual modo no Noroeste de Portugal?

A hierarquia dos aglomerados urbanos é o resultado da conjugação de múltiplos aspectos que terão um maior ou menor significado quando estudados individualmente. Uma visão segundo determinada

¹ O artigo resulta da leitura da dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em Geografia Humana.

vertente pode (ou não) ser representativa do todo e necessariamente algumas das perspectivas aproximam-se mais da realidade do que outras. De qualquer forma, apesar de não constituírem por si só uma visão conclusiva, acabam por deixar transparecer a relação de importância entre os aglomerados urbanos.

Incidimos o nosso estudo sobre a área compreendida nos limites administrativos dos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo (Fig. 1). Esta opção constitui uma forma cómoda de cingir o âmbito espacial. Não esquecemos, nem ficaremos indiferentes, às relações que extravasam as fronteiras que adoptámos.

1. *A área estudada — algumas características*

Numa apresentação sucinta da área em estudo é forçoso salientar os fortes contrastes que se verificam na distribuição da população. Atente-se na dimensão populacional dos concelhos em 1960 e 1981 (Q. 1 e Fig. 2). As balizas censitárias não permitem identificar em toda a sua extensão os acontecimentos que caracterizam o período referenciado, nem é essa nossa intenção².

A variação da população por concelhos entre 1960 e 81 manifestou-se com sentido e intensidade bem diferentes, salientando-se, nitidamente, duas áreas. Uma compreende os concelhos periféricos ao Porto onde os valores são positivos com o aumento a situar-se entre os 43.8% de Vila Nova de Gaia e os 92.9% de Valongo. Outra, respeitante à faixa Norte, que é caracterizada por decréscimos populacionais, verificando-se as maiores perdas em Melgaço (-27.3%), tendo valores igualmente significativos Paredes de Coura (- 24%) e Vila Nova de Cerveira (- 21.4%)(Fig.3).

Em linhas gerais, constata-se que os valores atingem um máximo nos concelhos da periferia do Porto e diminuem em coroas concêntricas para Norte e Este (Fig. 4). À atracção da primeira área contrapõe-se a repulsão da segunda, do que resulta uma redistribuição populacional com a crescente concentração nos concelhos periféricos ao Porto e um esvaziamento das faixas Norte e Este, esta última com menor significado³.

² vd. GUICHARD, François — *Porto, La Ville dans sa Région*, Bordéus, 1984 e ALLEGRO DE MAGALHÃES, Maria Madalena — *A Rede Urbana da Região do Norte*, Porto, 1984.

³ O concelho do Porto foi tratado por MARQUES, Helder; FERNANDES, José Alberto; MARTINS, Luís — *A variação da densidade populacional com a distância ao centro nos aglomerados do Porto, Braga, Guimarães e Viana do Castelo — Ensaio Metodológico*, Porto, 1984.

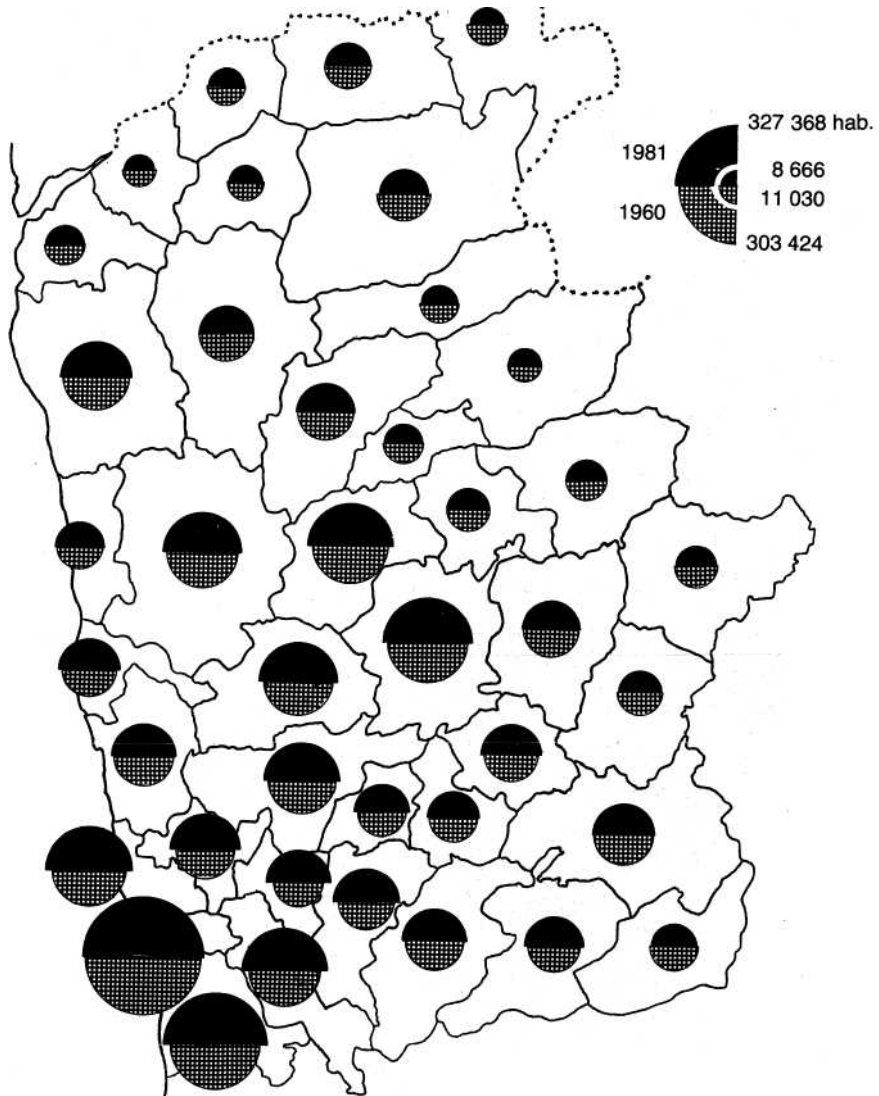
Fig. 1 - Aglomerados estudados



Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

Quadro 1—POPULAÇÃO POR CONCELHO EM 1960 E 1981. VARIAÇÃO 60-81.

	Concelhos	População 1960	População 1981	Variação %
1	AMARES	16845	16478	-2.2
2 3	BARCELOS	83211	103773	24.7 35
4 5	BRAGA	92938	125472	-10 -
6 7	CAB DE BASTO	21141	18997	7.1
8 9	CELORICO DE BASTO	24392	22671	19.6
10 11	ESPOSENDE.....	23966	28652	4.67
12	FAFE	43782	45828	26.4 -
13	GUIMARÃES	116272	146959	4.3 -
14	PÓVOA DE LANHOSO	22033	21092	14 -
15	TERRAS DO BOURO	11762	10131	5.2
16	VIEIRA DO MINHO	18920	17931	34.4
17	V N DE FAMALICÃO . . .	79250	106508	5.15
18	VILA VERDE	42256	44432	13.2 -
19	AMARANTE	47823	54159	15
20	BAIÃO	28864	24438	23.4
21 22	FELGUEIRAS	38895	48015	54.5
23	GONDOMAR	84599	130751	35.6
24	LOUSADA	27947	37904	52.3
25	MAIA	53643	81679	17.5 50
26	MARCO DE CANAVESES	39270	46131	47.8 56
27	MATOSINHOS.....	91017	136496	28.7
28	PAÇOS DE FERREIRA	27537	40667	7.69
29	PAREDES.....	43388	67693	34.1
30	PENAFIEL	49924	64267	21.2
31 32	PORTO	303424	327366	92.9 32
33	PÓVOA DE VARZIM	40444	54246	43.8 -
34	SANTO TIRSO.....	77130	93482	17 -
35	VALONGO	33300	64234	4.8 -
36	VILA DO CONDE	48806	64402	27 -
37	V. N DE GAIA	157375	226331	13 -
38	ARCOS DE VALDEVEZ	37739	31156	24 -
39	CAMINHA	16688	15883	14 1.9
40	MELGAÇO	18211	13246	-14
	MONÇÃO	27393	23799	7.55 -
	PAREDES DE COURA	14886	11311	21
	PONTE DA BARCA	16265	13999	
	PONTE DO LIMA	42979	43797	
	VALENÇA	16237	13948	
	VIANA DO CASTELO	75320	81009	
	V N DE CERVEIRA	11030	8666	



FONTE: I. N. E.

Hg. 2-População por concelho em 1981 e 1960

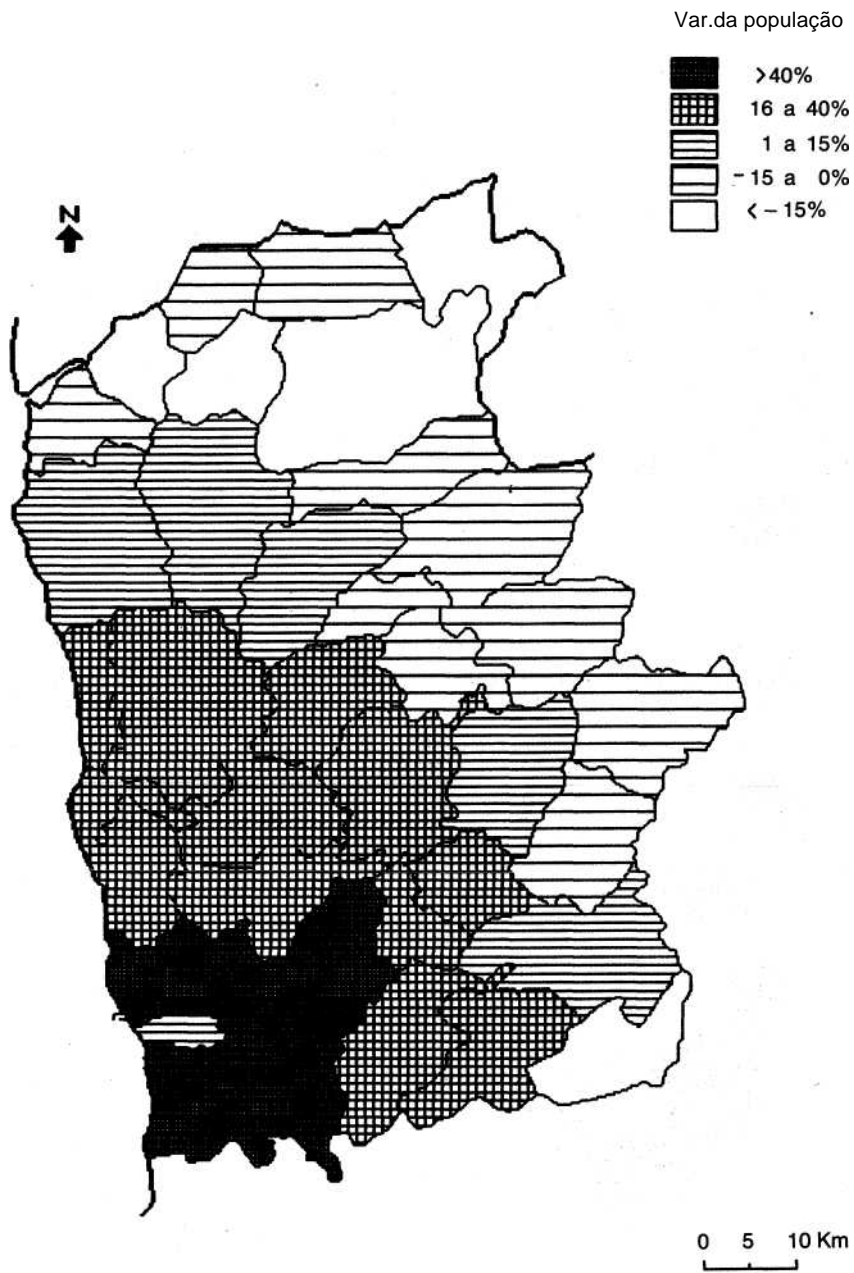


Fig. 3-Variação da população por concelho no período 1960-1981

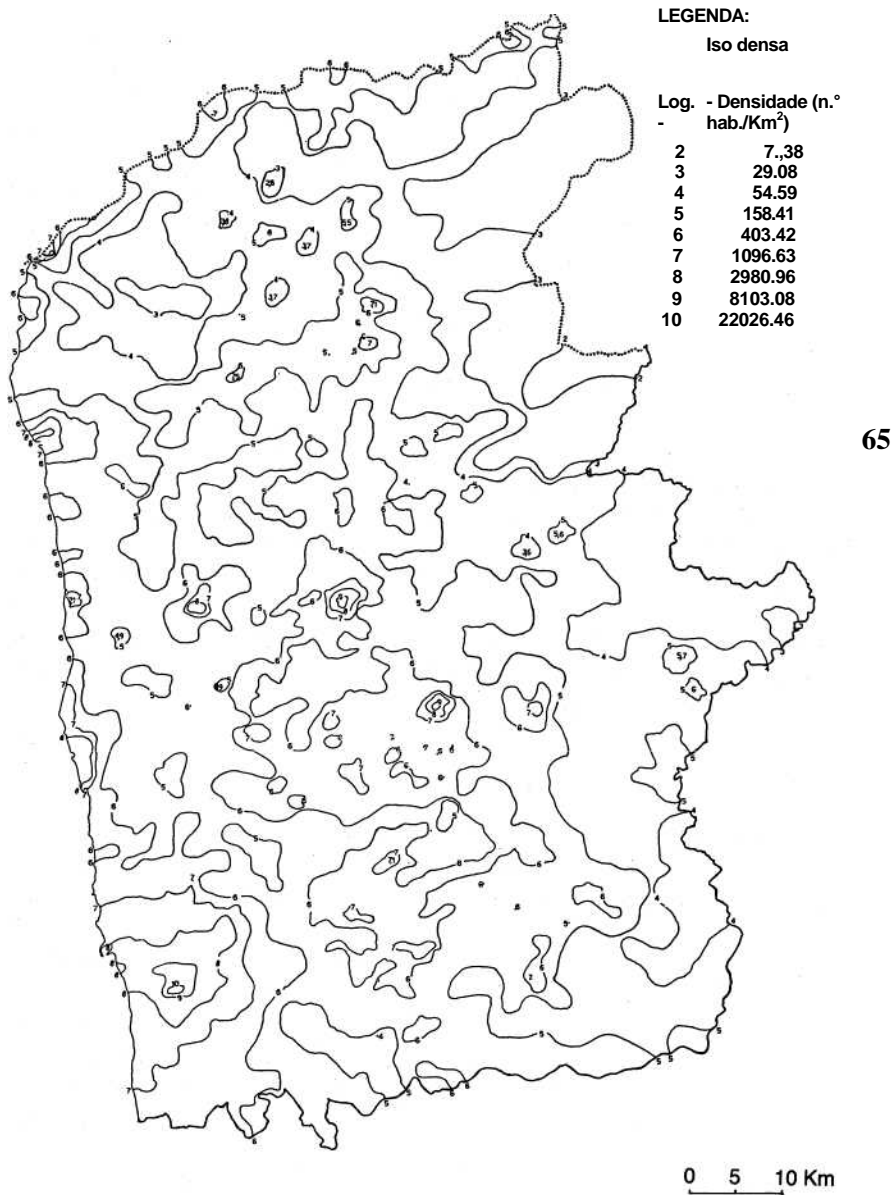


Fig. 4-Isolinhas de densidade populacional em 1981

Ao analisar a distribuição espacial da população residente activa por sector de actividade e por concelhos nos distritos considerados, verifica-se que o sector primário apresenta valores mais elevados a Norte e a Este da área (Q. 2 e Fig. 5). No distrito de Viana do Castelo, os valores deste sector são inferiores a 50% apenas nos concelhos de Caminha, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. Destes, somente no de Viana do Castelo o sector primário não é maioritário. No distrito de Braga o primário domina nos concelhos do interior — Terras do Bouro, Vila Verde, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. O mesmo acontece no distrito do Porto. Em Baião, o valor do sector primário é superior a qualquer um dos restantes sectores, constituindo o único caso, deste distrito, onde tal facto acontece. Nos demais concelhos dos três distritos, predomina o secundário, à excepção do Porto onde o terciário representa 66.8% da população activa. Os valores mais elevados para o secundário encontram-se nos concelhos dos vales do Ave e do Sousa, enquanto os mais elevados do terciário correspondem aos concelhos de Braga e limítrofes do Porto.

Constata-se, então, que o sector primário predomina nos concelhos onde a densidade é mais baixa e onde a variação da população foi negativa no período 60-81, enquanto o secundário e o terciário estão associados às maiores concentrações e às variações positivas da população. Comprovam-no ainda os valores das estatísticas fiscais (contribuição industrial e imposto de transacções) ou o volume de vendas por habitante referenciado ao concelho (Q. 3 e Fig. 6). Veja-se o exemplo dos concelhos tanto do Porto como de Braga, que devem parte da sua importância à atracção exercida para aquisição de bens e serviços.

2. *Acerca do conjunto de aglomerados*

Em Portugal, «uma localidade com 2000 habitantes no Minho tem um significado totalmente distinto de uma com o mesmo quantitativo populacional no Alentejo, e qualquer dos casos não é comparável a um núcleo com a mesma dimensão na periferia de Lisboa ou do Porto»⁴.

Este problema, está inevitavelmente relacionado com a heterogeneidade a uma escala nacional e, quando transposto para um nível supranacional, é frequente encontrarem-se países que apresentam idênticos limiares populacionais, sem possuírem características semelhantes entre si.

⁴ GASPAR, Jorge — *Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*, Finisterra, Vol. X, n.º 19, Lisboa, 1975, p. 114.

**Quadro 2 — POPULAÇÃO RESIDENTE A EXERCER UMA PROFISSÃO EM 1981,
POR CONCELHO**

Concelhos	Total	Primário	Agricultura	Secundário	Terciário	Comércio a Retalho
AMARES	5401	34.5	33.8	38 53.7	27.5	6 5
BARCELOS	39765	25.8	25.5	49 20.3	20.5	9 5
BRAGA	48422	6.4	6.1 57.6	19.9	44.6	3 5
CAB DE BASTO	6838	57.9	61.6	43.4	21.8	6
CELORICO DE BASTO.	7888	61.9 33	29.8	56.4	18.2	
ESPOSENDE.....	10486	22.2	22.1	72.1	23.6	
FAFE	17173	7.7	7.4	47.3	21.4	
GUIMARÃES	63865	30.7	29.6	22.8	20.2 22	5 5
PÓVOA DE LANHOSO ..	7072	54.8	52.2	28.4	22.4	3 4
TERRAS DO BOURO	3092	49.9	49.1	75.4	21.7	5 6
VIEIRA DO MINHO	6534	5.4	5.3	38.7	19.2 21	5 4
V. N. DE FAMALICÇÃO...	44193	40.3	39.8	43.4	25 23.4	4 9
VILA VERDE	15069	31.6	30.7	31.7	18.1	5 7
AMARANTE.....	18418	44.9	44.8	63.1	43.3	5 8
BAIÃO	8672	18.8	18.7	53.9	22.5	4 6
FELGUEIRAS	19889	2.8	2.3	62.8	33.1	6 13
GONDOMAR	52397	14.7	14.6 3	63.7	23.6	7 5
LOUSADA	13719	3.2	27.7	42.5 55	41.2	8 5
MAIA.....	36009	33.9	1.3 6.7	72.5 63	19.1	8 4
MARCO DE CANAVESES	15256	3.8 8.4	11.4	42 32.8	25.2 32	7 5
MATOSINHOS	59264	11.8 26	20.7	42.2	66.8	6 4
PAÇOS DE FERREIRA..	15252	0.4	0.3 26	75.5	31.6	4 5
PAREDES.....	23012	26.2	5.3 1.8	57.3	18.9	8 7
PENAFIEL	21722	5.6 2.6	9.2 1.6	59.7	40.1	5
PORTO	140166	17.9	70.2	53.9	22.4	
PÓVOA DE VARZIM	21587	2.5	32.8	14.5	43.6	
SANTO TIRSO	42630	70.3	67.3	28.1	15.2 32	
VALONGO	26425	39.9	57.1	15.5	17.1	
VILA DO CONDE	26494	67.4	68.8 64	22.2	20.4	
V N DE GAIA ..	94275	57.4	53.4	14.6	16.2 17	
ARCOS DE VALDEVEZ.	13055	69.2	39.6	18.4	18.8 29	
CAMINHA.....	6470	64.6	16.9	26.6	34.5	
MELGAÇO	5502	54.6	44.7	31.1	24.5	
MONÇÃO	9715	39.9		45.3		
PAREDES DE COURA ..	4703	20.2		28.7		
PONTE DA BARCA	5208	46.8				
PONTE DO LIMA	15527					
VALENÇA	5555					
VIANA DO CASTELO	29018					
V. N. DE CERVEIRA	3229					

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

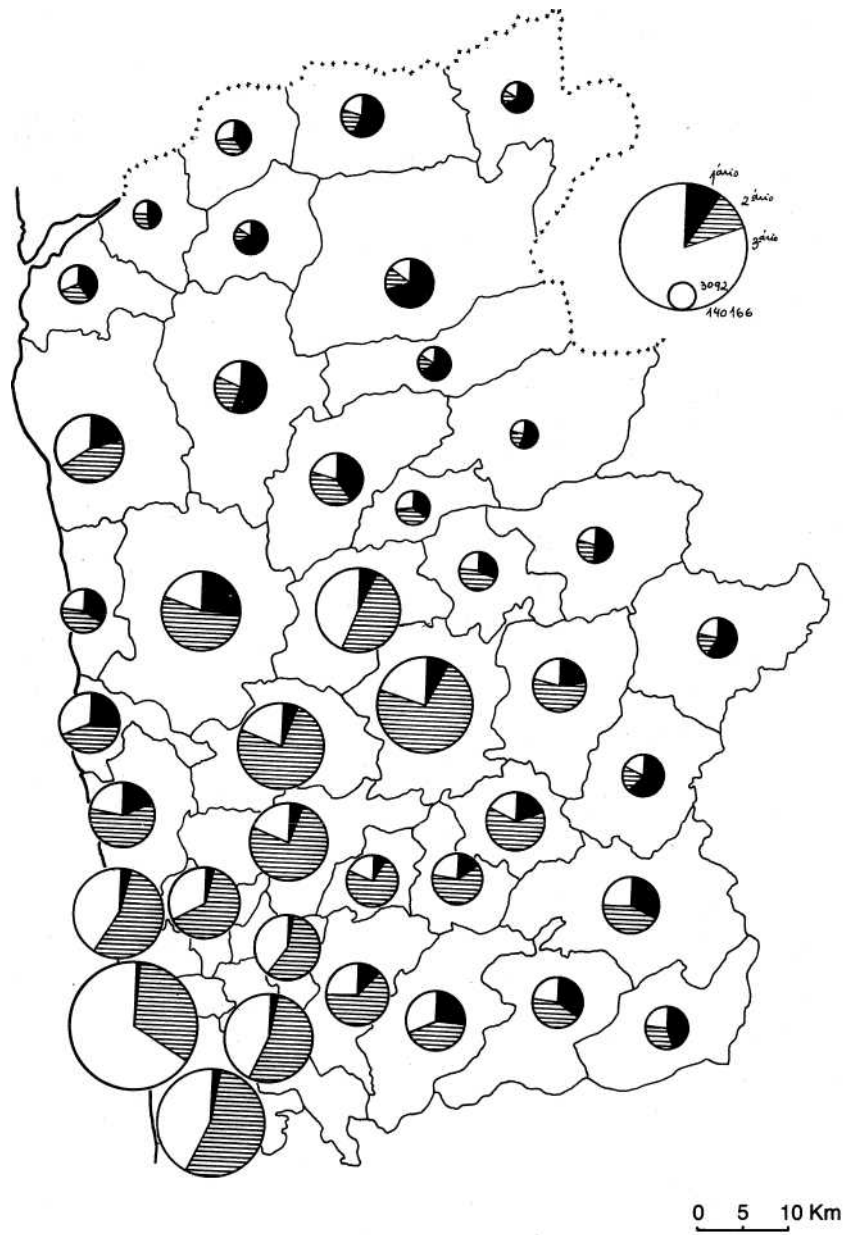
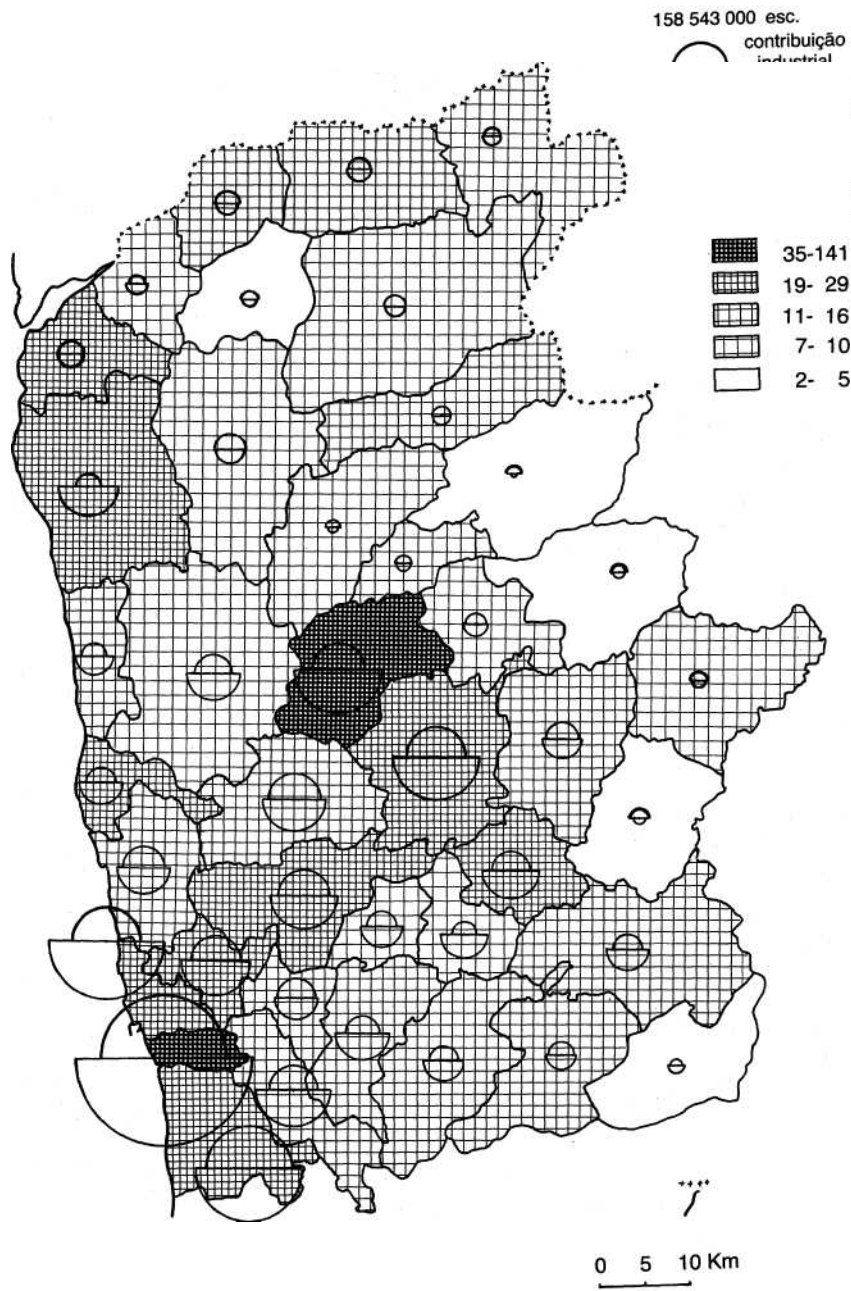


Fig. 5- População residente a exercer uma profissão em 1981, por concelho e ramos de actividade.

Quadro 3 — CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL, IMPOSTO DE TRANSAÇÕES E VOLUME DE VENDAS, POR CONCELHO

	CONCELHOS	Contribuição industrial 1980	Imposto de transações 1980	Volume de vendas 1976	Volume de vendas-1976 População por concelho-1981, em 10 ³ Escudos
1	AMARES	4968	3809	130590	89
2 3	BARCELOS	60825	152040	974127	357
4 5	BRAGA	169651	809618	4356634	5 12
6 7	CAB. DE BASTO	5180 4939	3003 1919	134488	12
8 9	CELORICO DE BASTO	13986	70569	123081	23 8
10 11	ESPOSENDE	40616	80597	339158	5 4
12	FAFE	245158	774014	528100	167
13	GUIMARÃES	6981 1893	11228 36	3372731	112
14	PÓVOA DE LANHOSO	2877	987	171327	
15 16	TERRAS DE BOURO	158543	273282	50976	
17	VIEIRA DO MINHO .	9754 26091	48919	65619	
18	V. N. DE FIMALICÃO	1876 62986	94892	1751488	
19	VILA VERDE	132957	4631	305810	
20	AMARANTE	20581	221055	590467	
21 22	BAIÃO	172547	536683	52076	
23	FELGUEIRAS	25620	126238	905260	1914
24	GONDOMAR	382299	459033	1817647	8 20
25	LOUSADA	28850	35606	301570	1128
26	MAIA	54961	2011632	1658774	1012
27	MARCO DE CANAVESES	26116	91550	523188	15
28	MATOSINHOS	2382381	196184	3847129	141
29	PAÇOS DE FERREIRA	33978	82088	407478	20 21
30	PAREDES	174923	7121556	793227	1316
31 32	PENAFIEL	71396	103278	939138	26 8
33	PORTO	90420	365183	46300053	29 10
34	PÓVOA DE VARZIM	809746	113933	1086103	135
	SANTO TIRSO	9648	205803	1939315	12 10
	VALONGO	23456	1503238	809186	1622
	VILA DO CONDE	2760	7676	1023684	9
	V. N DE GAIA	11348	24338	6255825	
	ARCOS DE VALDEVEZ	3364 6365	7334	254101	
	CAMINHA	30701	15748	459974	
	MELGAÇO	17719	2018 6233	130829	
	MONÇÃO	40520 2491	25905	314196	
35,	PAREDES DE COURA		12346	59475	
36	PONTE DA BARCA		270956	174833	
37	PONTE DE LIMA		10164	426483	
38	VALENÇA			221594	
39	VIANA DO CASTELO			1821918	
40	V N CERVEIRA			81350	

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal



FONTE: I.N.E.

Fia 6- Distribuição do imposto de transacções, contribuição industrial (1980) e volume de vendas (76)/habitante (81), por concelho.

O fenómeno urbano tem vindo a adquirir uma complexidade crescente, tornando-se cada vez mais difícil fazer a distinção entre cidade e campo, que parece tender progressivamente a diluir-se.

A rotura entre a forma mais simples de povoamento urbano e uma outra não urbana, que apenas merecerá ser equacionada no campo teórico, suscita, entre outras, duas perspectivas cujo conteúdo nos parece pertinente tentar explicitar. Gira em torno da afirmação de carácter sociológico de urbanismo como modo de vida, o urbanita distinto do ruralita⁵ — o cidadão distinto do rústico —, e da oposição, de carácter formal, urbano — rural.

Existem povoados não urbanos com nítidas características rurais — agrícolas e outros com uma vocação agrícola reduzida. Enquanto se distingue na primeira forma de povoamento uma morfologia típica, por vezes quase inalterada, ausência de infraestruturas básicas, bem como práticas sociais e culturais de raiz tradicional, na segunda predominam as actividades dos sectores secundário e terciário, complementadas em alguns casos através do cultivo de parcelas agrícolas, e uma relação social e conteúdo cultural de raiz claramente urbana.

O binário urbanita — ruralita tem vindo a diluir-se gradualmente. A informação, o comportamento, a actividade económica do homem a viver em meio rural adquire padrões idênticos ao do homem urbano. «Nos países capitalistas mais evoluídos a homogeneização é muito grande e a oposição de classes de rendimentos é mais forte do que a oposição entre meio rural e meio urbano»⁶.

O acesso à informação de massa, a pressão que a televisão (RTP e TVE), rádio e publicações periódicas exercem, os técnicos (professores, médicos e outros) que procuram emprego fora dos grandes centros, uma maior mobilidade da população, são factores que contribuem para difundir um sistema de valores, uma consciência nacional e/ou internacional. O homem, individualmente ou em grupo, contrapõe a esta tendência uniformizadora uma consciência regional, multifacetada, que muda de escala consoante o tema é desporto, cultura ou poder, através da conservação de valores em declínio e pelo fazer ressurgir alguns esquecidos, o que mantém vivas as diferenças. Sem pretender ir mais longe na temática, deve ser acrescentado que é o homem urbano o principal recuperador, fruto da necessidade de possuir um passado, de se sentir menos um anónimo no meio social que o rodeia.

⁵ WIRTH, Louis — Urbanism as a way of life, in HERBERT, D.; THOMAS, C. — *Urban Geography*, s.L, John Wiley, 1982, p. 8.

⁶ WEBER, M. — *Explorations into Urban Structure*, in BEAUJEU-GARNIER, J. — *Geographie Urbaine*, Paris, 1980, p. 15.

Também, apesar da população das áreas rurais do Noroeste apresentar uma estrutura etária envelhecida e ser adversa ou pouco receptiva às transformações, as ocorrências mais recentes — a exemplo de retorno de emigrantes, o que se tem verificado em número significativo⁷ —, tendem a torná-las menos impermeáveis, reduzindo o seu isolamento.

Do ponto de vista formal, a tendência genérica aponta para a multiplicação dos pontos de concentração da população, sinónimo de avanço da urbanização⁸ — o que se expressa no desaparecimento gradual dos edifícios isolados —, maugrado isto, no Noroeste este padrão de distribuição parece não tender a verificar-se já que permanece o domínio do povoamento de tipo disperso.

A acentuada repartição da posse da propriedade tem permitido e alimentado a continuação deste padrão de povoamento que tanto a crescente dispersão da oferta de emprego industrial, como a melhoria significativa da rede viária e consequente avanço da rurbanização⁹, com migrações pendulares mais longas para os principais aglomerados urbanos, tem vindo a acentuar.

Torna-se, portanto, difícil distinguir o limiar inferior a partir do qual os aglomerados farão parte do conjunto estudado. Perante a impossibilidade de empregar um critério inquestionável, opta-se por utilizar o conhecimento que possuímos da área, baseando a selecção no carácter formal e na maior ou menor concentração dos aglomerados.

O nível urbano mais elevado no Noroeste suscita outro tipo de questões, relacionadas sobretudo com a divisão administrativa e a expansão dos aglomerados urbanos.

O crescimento da urbe desencadeou «uma transformação qualitativa de modo que, hoje, ela não é meramente uma versão maior da cidade tradicional, mas uma nova e diferente forma de agrupamento

⁷ Em 1981 residiam nos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo, respectivamente, 14592, 13994, e 7716 habitantes que em Dezembro de 1973 residiam em França, Alemanha e outros países da Europa e, respectivamente, 4150, 6528 e 2108 habitantes que em Dezembro de 1979 residiam no estrangeiro. Destes, no distrito de Braga residiam 50% em «lugares» com menos de 200 habitantes e 42% no distrito de Viana do Castelo em «lugares» com menos de 100 habitantes.

⁸ CASTELLS, Manuel — *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Presença, 1979, p. 86.

⁹ Bastié e Dezert, definem rurbanização nos seguintes termos: «...ce phénomène caractérise surtout l'espace rural autour des grandes agglomérations, ou l'influence urbaine s'exerce de manière prépondérante». Referem três tipos de rurbanização: no primeiro incluem as construções alinhadas ao longo das estradas aproveitando as infraestruturas; no segundo loteamentos abertos para o interior com vivência privada; no terceiro a construção junto de antigos núcleos de povoamento. BASTIÉ, J.; DEZERT, B. — *UEspace Urbain*, Paris, Masson, 1980.

humano»¹⁰. Este facto tem levado à introdução de novos conceitos que pretendem traduzir as formas urbanas mais recentes e de maiores dimensões.

A cidade do Porto é um desses casos. Será mais do que uma cidade? Em caso afirmativo, dos títulos que, à luz dos pressupostos teóricos, se lhe poderiam outorgar — área metropolitana ou conurbação —, torna-se complexo optar por um.

Conurbação¹¹, representa uma mancha construída resultante da «junção de cidades em expansão»¹². Aplicar-se-à ao caso do Porto? Pretende-se que sejam «várias cidades importantes e independentes»¹³ a formar a conurbação. São duas as hipóteses de enquadrar a realidade nos pressupostos teóricos: incluir Espinho, Vila do Conde, Póvoa do Varzim (embora não se possa falar em contínuo edificado) ou considerar cidade Matosinhos, Vila Nova de Gaia e demais sedes de concelho periféricas ao Porto (embora diferentemente importantes e dependentes), que constituirão o conjunto da conurbação.

A realidade portuense aproxima-se um pouco mais da noção de área metropolitana definida por Gerhard Insenberg, porque realiza um número mínimo de habitantes superior a 500000, o tempo de deslocação dos subúrbios mais afastados ao centro ronda os 40 minutos e prevalece um núcleo sobre os demais, que serve a área em bens e serviços raros.

Torna-se, todavia, difícil superar os limites concelhios e o que eles representam em termos de poder local, facto que impede estarmos perante uma verdadeira área metropolitana.

Um indicador que contribui para mostrar a relação de forças entre os concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia é a mobilidade da população residente activa e estudantil (Figs. 7,8,9). É transparente dos fluxos pendulares inter-concelhios uma significativa importância do concelho do Porto dentro do conjunto.

A discussão desta problemática serve essencialmente como contributo para a determinação dos aglomerados urbanos que constituirão objecto deste estudo. Pode-se admitir que seja de maior interesse e

¹⁰ BLUMENFELD, Hans — *A metrópole moderna*, in Cidades, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 52.

¹¹ O termo foi primeiramente empregue por Patrick Geeds na primeira década do século XX.

¹² BLUMENFELD, Hans — op. cit., p. 52.

¹³ BLUMENFELD, Hans — *The urban pattern*, in BERRY, Brian J. L.; HORTON, Frank E. — «Geographic perspectives on urban systems», New Jersey, Prentice-Hall, 1970, p. 442.

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

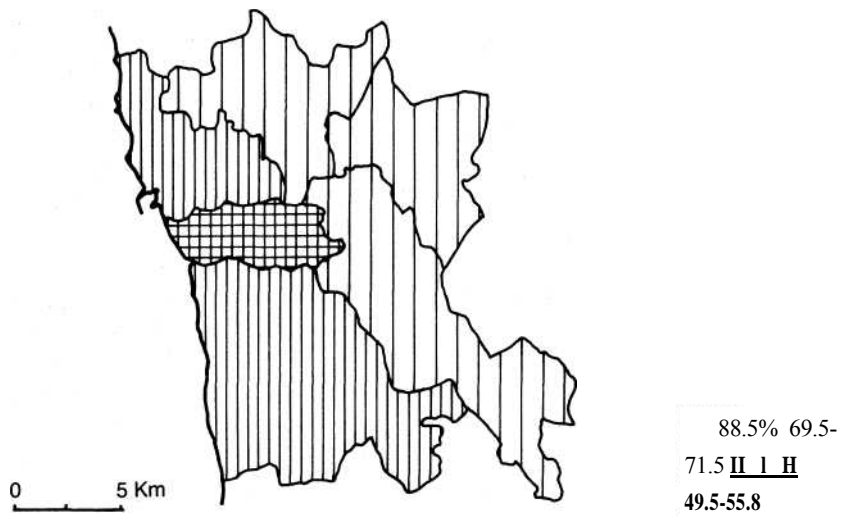
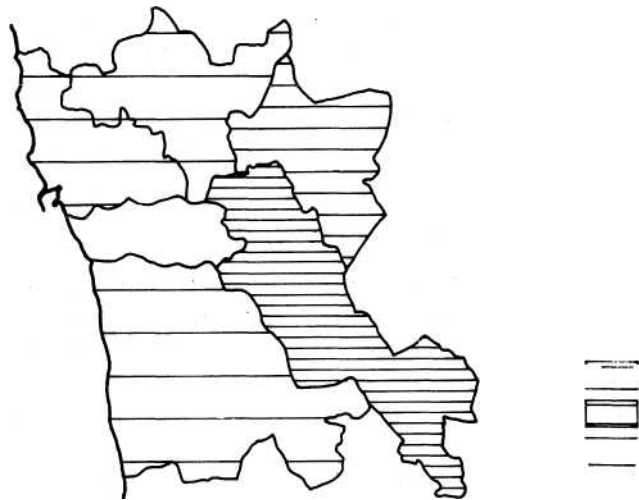


Fig 7 - Percentagem da população estudantil e população activa a exercer uma profissão, residente no mesmo concelho do local de trabalho/estudo.

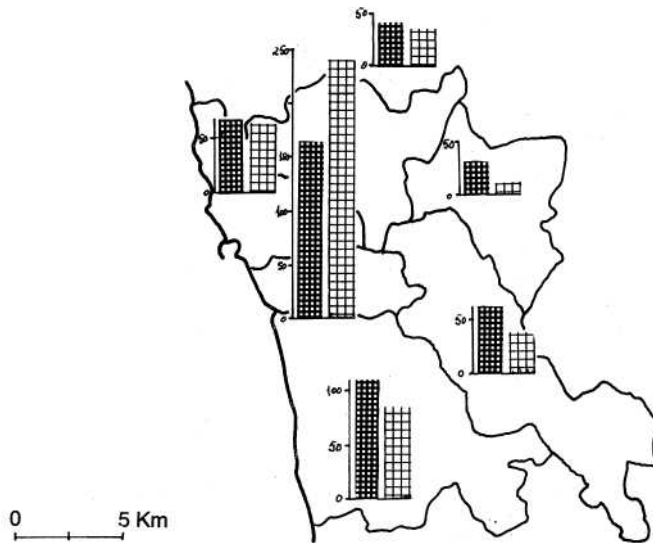


F— 40.5%

I-----1 22,7-25,9

Fig. 8 - Percentagem de população activa a exercer uma profissão, com local de trabalho/estudo no concelho do Porto.

74



FONTE: I.N.E.

H| População estudantil e activa a exercer uma profissão, residente no concelho.

ffi População estudantil e activa a exercer uma profissão por local de trabalho/estudo.

⁵⁰ x 1000 habitantes

Fig. 9 - População estudantil e população activa a exercer uma profissão por local de trabalho/estudo, nos concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Vairão, Gondomar e Vila Nova de Gaia.

tenha um maior significado analisar a aglomeração através do estudo individualizado dos núcleos de maior importância¹⁴.

Assim, como a aglomeração do Porto não constitui formalmente uma área metropolitana, a opção que nos parece mais adequada é a

¹⁴ Pela leitura de uma fotografia aérea de Julho de 1981, referente a parte dos concelhos de Matosinhos, Maia e Porto, é possível verificar uma marcada heterogeneidade da área. Caracteriza-se pela diminuição da densidade de ocupação do solo, diminuição essa que não ocorre através de um gradiente uniforme do centro para a periferia, mas de forma estelar. Sobressaem eixos estruturadores do espaço urbano: antiga estrada de Viana; antiga estrada de Braga; via rápida Norte; linha da Póvoa. A diluição dos fenómenos urbanos de Sul para Norte verifica-se antes mesmo da Estrada da Circunvalação e é forçoso realçar a presença de vários nódulos na estrutura estelar: Senhora da Hora, Custóias, S. Mamede Infesta, Maia. Destes, apenas a Maia, pelo maior afastamento do Porto e porque se trata de sede de concelho, com o que daí advém em termos formais, é individualizável. Os restantes apenas administrativamente o serão.

de desagregar quanto possível a área periférica ao Porto, hesitando entre a facilidade de utilizar os limites administrativos e a dificuldade em sustentar um critério delimitador. O tratamento dessas localidades individualmente, facilita sobremaneira o estudo e permitirá pôr em destaque algumas particularidades relacionadas com o comércio a retalho.

3. *Dimensão populacional dos aglomerados*

Uma das formas de conhecer os aglomerados urbanos de uma área é através da respectiva dimensão. Esse conhecimento, para além de permitir visualizar a sua importância relativa, pode proporcionar comparações com os aglomerados urbanos de outras áreas.

Constitui igualmente, a dimensão dos aglomerados, um dos indicadores caracterizantes do espaço onde se inserem segundo diferentes perspectivas: pela obtenção da taxa de urbanização — que relaciona a população urbana com a total¹⁵ —, através da distribuição dos aglomerados na hierarquia dimensional e ainda pela distribuição espacial dos aglomerados. Estas facetas do tema suscitam diferentes questões que poderão ser melhor explicitadas numa abordagem diacrónica.

3.1. *A base espacial dos recenseamentos — o lugar e a freguesia*

Sabe-se que não há coincidência entre os aglomerados urbanos e as unidades de base dos recenseamentos, o que causa problemas quando se pretende conhecer, com rigor, a dimensão de um aglomerado populacional¹⁶.

Através dos dados estatísticos fornecidos pelo INE, constantes dos recenseamentos gerais da população, é possível ensaiar dois processos de obter uma aproximação aos valores de dimensão dos aglomerados urbanos. Para o efeito é necessário definir ou as freguesias onde os aglomerados se inscrevem ou o conjunto dos lugares que os formam.

O recurso ao «lugar»¹⁷, se por um lado constitui uma solução satisfatória para o problema, por outro, não possibilita comparações

¹⁵ Kirk Stone a esta relação dá o nome de nível de urbanização, in VIEIRA, A. P. Lopes — *Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural*, «Revista de História Económica e Social», n.º 1, p. 113.

¹⁶ cf. CÁRTER, Harold — *The study of Urban Geography*, 3.ª ed., Londres, Arnold, 1981, p. 369.

¹⁷ O Instituto Nacional de Estatística (INE), no X Recenseamento Geral da População, define *Aglomerado Populacional* como sendo *todo o conjunto de prédios contíguos ou vizinhos, com 5 ou mais fogos, a que correspondesse uma denominação. A expressão aglomerado populacional englobou todas as localidades qualquer que fosse a sua categoria legal (cidades, vilas, aldeias, etc.) ou a forma como fossem designadas nas várias regiões do país (lugar, aldeia, povoação, sítio, povo, etc.)*. INE — *X RGP*, Tomo I,

com algumas variáveis, nem permite referenciar hipotéticas alterações dos respectivos limites, de censo para censo. Portanto, em presença de um valor populacional referente a um lugar, não será lícito estabelecer comparações, porque desconhecemos se a área correspondente a cada lugar permanece inalterada ou se variou, por vezes ao gosto do inquiridor.

O uso do lugar não faculta igualmente o estudo de uma série de valores temporalmente contínua, que englobe todos os recenseamentos efectuados já que, apenas em 1911, 40, 60, 70 e 81, o levantamento foi referenciado ao lugar.

A utilização dá mais pequena circunscrição administrativa, a freguesia, permite superar os inconvenientes apontados ao lugar. Levanta contudo, um outro problema: a não coincidência entre limites administrativos e limites de aglomerados urbanos. Este facto pode permitir que ocorram na mesma freguesia formas de povoamento urbano e não urbano.

3.2. *A população dos aglomerados do Noroeste*

A obtenção da dimensão dos aglomerados com características urbanas para 1960 e 1981 baseou-se essencialmente no critério adoptado pelo INE, embora tenha sido necessário introduzir correcções ou acrescentos (Q. 4).

Como é do conhecimento daqueles que utilizam as estatísticas da população, o R. G. P. de 1960 permite chegar com facilidade à dimensão dos aglomerados pelo somatório das fracções de lugares que se distribuem por mais de uma freguesia.

Em 1981, no XII R. G. P., o modo de apresentação dos dados varia sensivelmente. Os resultados definitivos por distrito reúnem os aglomerados populacionais com 500 ou mais habitantes. Tentar obter a dimensão dos aglomerados através dos dados provisórios por lugar é uma tarefa inglória, já que um significativo número de lugares, referenciados em 1960 e 1970, deixou de constar, por outro lado são numerosíssimos aqueles que aparecem pela primeira vez — não existindo uma base cartográfica que permita localizá-los — e outros veem reduzida a respectiva população a valores insignificantes. Optamos, assim, por considerar os valores de dimensão populacional constantes dos resultados definitivos por distrito.

Tanto em 1960 como em 1981 alguns aglomerados não surgem com a denominação através da qual são usualmente conhecidos. Em

Volume 2.º. Em 1981 considera-se lugar ou aglomerado populacional todo o conjunto de edifícios contíguos ou vizinhos com dez ou mais alojamentos a que correspondesse uma designação... INE — XII RGP — Resultados Provisórios.

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

Quadro 4 —DIMENSÃO DOS AGLOMERADOS CONSIDERADOS

	Agglomerados	Dimensão	Dimensão	Variação %	Mmnsão	Mmnsão	Variação	Relação entre a dimensão	
		1981	1960		s freguesias	das freguesias		do aglomerado e da freguesia	1981
					1981	1960			
	AMARES	226	951	-59	758	617	22.9	29.8	89.3
	CALDELAS	209	225	-7.1	1130	1182	-4.4	18.5	19
	BARCELOS	10379	9019	15.1	13763	11336	21.4	5.4	79.6
	BRAGA	63033	40977	53.8	77142	54637	41.2	81.7	75
	CAB. DE BASTO	715	299	139	3728	4009	.7	19.2	7.46
	ARCO DE BAÚLHE	1303	400	226	1707	1477	15.6	78.3	27.1
	CELORICO DE BASTO	528	826	-36	2361	2338	0.98	22.4	35.3
	GANDARELA	676	450	50.2	3146	3332	-5.6	21.5	13.5
	FERMIL	246	287	-14	1882	1876	-0.8	14.8	17.1
	ESPOSENDE	2189	1799	21.7	2189	1799	21.7	100	100
	FÃO ...	2374	1453	63.4	2588	1942	33.3	91.7	74.8
	APÚLIA	2391	1496	59.8	3854	3034	27	62	49.3
	FAFE	8637	5465	21.4	9871	7125	38.5	57.2	78.7
	GUIMARÃES	21947	23229	-5.5	33618	26768	25.83	85.3	66.8
	CALDAS DAS TAIPAS	1071	625	71.4	3543	2413	46.8	30.2	25.9
	VIZELA	2236	3902	-43	8533	6517	30.9	26.2	59.9
	PEVIDÉM	1228	1418	-13	4519	4135	9.29	27.2	34.3
	PÓVOA DE LANHOSO	806	1384	-42	2514	1849	36	32.1	74.9
1	TERRAS DO BOURO	216	373	-42	751	724	3.73	28.8	51.5
20	GEREZ	437	500	-13	1653	1875	-12	26.4	26.7
21	VEIRA DO MINHO	1153	800	14.1	2274	1707	33.2	50.7	46.9
22	V. N. DE FAMILICÃO	3181	4337	-27	8022	5775	38.9	39.7	75.1
23	DELães	1611	1947	-17	3525	2905	21.3	45.7	67
24	LOUSADO	703	1360	-48	3137	2306	36	22.4	59
25	RIBA DE AVE	1742	2079	-18	3032	3251	-6.7	57.5	63.3
26	VILA VERDE	212	1430	-85	3520	2845	23.7	6.02	50.3
27	PRADO	625	328	90.5	3646	2850	27.9	17.1	11.5
28	AMARANTE	4744	4874	-2.7	7214	5522	30.6	65.8	86.3
29	VILA MEã	1212	2398	-49	4220	3107	35.8	28.7	77.2
30	VILA DE BAIÃO	731	537	36.1	2189	2326	-5.9	33.4	23.1
31	FELGUEIRAS	1533	2892	-47	4414	4204	31.2	27.8	68.8
32	VILA DA LIXA	841	1177	-29	5215	4204	19.4	16.1	26.9
33	GONDOMAR	18881	11182	60.9	18881	11182	68.9	100	100
34	FãNZERES	5731	5297	8.19	14362	8763	63.5	39.0	60.3
35	RIO TINTO	5234	8257	-16	47618	27100	75.7	11	23.1
36	VALBOM	12183	10856	12.2	12183	10856	12.2	100	100
37	S. PEDRO DA COVA	3090	4922	-37	15433	9812	57.3	20	50.2
38	LOUSADA	774	1444	-46	3418	2676	27.7	22.6	54
39	MAIA ..	4583	3852	19	20938	11578	80.8	21.9	33.3
40	CASTELO DA MAIA	953	717	32.9	4563	3669	24.9	20.8	19.5
41	MOREIRA DA MAIA	7460	2119	252	7659	5175	48	97.4	40.9
42	MARCO DE CANAVESES	715	1310	-45	2578	1665	54.0	27.7	78.7
43	MATOSINHOS	26404	24804	6.45	30471	24804	22.8	86.7	100
44	LEÇA DA PALMEIRA	11413	12890	-11	15214	12890	18	75	100
45	FREIXEIRO	4835	1893	155	5028	2597	93.6	96.2	72.9
46	ANJEIRAS	1296	800	62	7832	5064	51.7	196.9	15.8
47	PERAFITA	2626	1846	42.3	5025	2596	93.6	52.3	71.1
48	S. MAMEDE DE INFESTA	5671	9288	-39	18953	13343	42	29.9	69.6
49	S.ª DA HORA	4757	3684	29.1	13321	7435	79.2	35.7	49.5
50	PAÇOS DE FERREIRA	1275	1991	-36	4123	2549	61/7	20.9	78.1
51	FREAMUNDE	3303	2765	19.5	5554	3783	46.8	59.5	73.1
52	PAREDES	1791	1763	1.59	4340	2872	62.4	41.3	66
53	BALTAR	736	587	25.4	3472	2577	34.7	21.2	22.8
54	LORDELO	3413	2271	50.3	9575	5413	76.9	35.6	42
55	REBORDOSA	1730	1496	15.6	8376	5292	58.3	20.7	28.3
56	PENAFIEL	5789	4417	31.1	7014	6022	16.5	82.5	73.3
57	ENTRE-OS-RIOS	440	579	-24	1248	1335	-6.5	35.3	43.3
58	PORTO	327368	303424	7.89	327368	303424	7.89	100	100
59	PÓVOA DE VARZIM	23729	17696	34.1	23729	17696	34.1	100	100
60	A-VERO-MAR	2924	2767	5.67	6142	4115	49.3	47.6	67.2
61	AGUÇADOURA	2239	1466	52.7	4432	3259	36	50.5	45
62	SANTO TIRSO	6799	6371	6.72	11610	10428	11.3	58.6	61.1
63	VILA DAS AVES	3586	3786	-5.3	7211	8902	4.48	49.7	54.9
64	TROFA	8763	5497	62.1	15819	9878	80.1	55.4	54.7
65	VALONGO	6097	4638	31.5	10351	6124	69	58.9	75.7
66	ERMESINDE	10145	10827	-6.3	29555	12197	142	34.3	88.8
67	VILA DO CONDE	20613	12771	61.4	20613	12771	61.4	100	100
68	V. N. DE GAIA	62469	45739	36.6	62469	45739	36.6	100	100
69	AVINTES	4799	3819	25.7	10726	8290	29.4	44.7	46.1
70	CARVALHOS	1208	1372	-12	17193	11516	49.3	7.03	11.9
71	GRANJA	1562	1884	-17	9154	8628	38.1	17.1	28.4
72	MIRAMAR	894	437	105	9757	7158	36.3	9.16	6.11
73	OLIVEIRA DO DOURO ...	18876	13313	41.8	18876	13313	41.8	100	100
74	VAI ANDES	7624	4814	58.4	7624	5476	38.2	100	87.9
75	ARCOS DE VALDEVEZ ..	1634	1439	13.6	2525	2715	-7	64.7	53
76	CAMINHA	1803	2188	-18	1803	2188	-18	100	100
77	V. PRAIA DE ÆNCORA ..	1357	1680	-19	3922	3817	2.75	34.6	44
78	MELGAÇO	871	823	5.83	1414	1369	3.29	61.6	60.1
79	MOIÇÃO	1660	1849	-10	2571	2510	2.43	84.6	73.7
80	PAREDES DE COURA	596	473	26	1295	1403	-7.7	46	33.7
81	PONTE DA BARCA	1586	1262	25.7	1586	1262	25.7	100	100
82	PONTE DO LIMA	2627	2996	-12	2660	3030	-12	98.8	98.9
83	VALENÇA	2474	2599	-4.8	2477	2660	-6.9	99.9	97.7
84	VIANA DO CASTELO	15190	14371	5.7	15447	14371	7.49	98.3	100
85	V. N. DE CERVEIRA	357	894	-60	975	1270	-24	36.6	69.9

1960 a justificação para tal facto encontra-se, estamos em crer, no critério empregue se fundamentar numa noção de contiguidade ou vizinhança que, ao ser aplicada pelas Câmaras Municipais, não o terá sido de modo idêntico nas diferentes situações¹⁸. Assim, os referidos aglomerados, reconhecidos na maioria dos casos pelo nome da freguesia em que se inserem, são constituídos por vários lugares que, apesar de aparecerem desagregados, constituem um conjunto espacial de facto. Destes, apenas a Trofa compreende lugares de mais do que uma freguesia (Bougado-S. Tiago e Bougado-S. Martinho). Reconhecem-se ainda: Freamunde, Baltar, Lordelo, Rebordosa, Caldas das Taipas, Pevidém, Delães, Lousado e Riba de Ave.

No XII R. G. da P., não figuram Vila Meã, Freamunde, Baltar, Lordelo, Rebordosa, Vila das Aves, Trofa, Arco de Baulhe, Pevidém, Delães, Lousado, Riba de Ave, enquanto Celorico de Basto surge com a denominação de Britelo.

Uma significativa maioria dos aglomerados insere-se, especialmente, apenas numa freguesia em 1981. Dos 85 aglomerados considerados, 19 repartem-se por mais de uma freguesia e, destes, apenas 7 por mais de duas. Em 1960 os valores encontrados são, para as situações referidas, de, respectivamente, 25 e 11, o que poderia deixar supor que os aglomerados estão a diminuir a sua expressão territorial, o que não é crível. De entre estes, permita-se-nos salientar o exemplo de Vila Nova de Famalicão: enquanto em 1960 figurava como lugar pertencente a três freguesias, em 1981 figurava como pertencente apenas a duas¹⁹. Esta «afinação» da metodologia de recenseamento levanta notórias dificuldades à comparação dos aglomerados de censo para censo, tanto mais que não existem, disponíveis, as alterações ocorridas.

Da relação entre a dimensão dos aglomerados e das freguesias onde se inscrevem, é possível concluir que a utilização das freguesias os sobredimensiona de modo exagerado. Através da utilização do lugar, maugrado as limitações apontadas, obtêm-se valores mais de acordo com a sua real dimensão²⁰.

¹⁸ Casos há, em que se verifica uma relação estreita entre a desagregação de alguns aglomerados e uma menor dimensão da sede de concelho, facto que tanto se verifica no recenseamento de 1960 como no de 1981.

¹⁹ cf. INE — X Recenseamento... e INE— XII Recenseamento...

²⁰ A Direcção Geral dos Serviços de Urbanização publicou em 1971 a «Delimitação cartográfica dos agrupamentos urbanos da metrópole» no intuito de permitir .. *relacionar as informações numéricas, da estatística, com a sua localização geográfica, desenhada em elementos cartográficos*. Este trabalho se, por um lado, foi um enorme contributo para o conhecimento dos aglomerados urbanos, por outro, peca por os sobredimensionar (mais por isso se compreenderia a designação de «agrupamentos urbanos» do que pela justificação avançada) ao aplicar uma fórmula de potencial demográfico. Ainda, face

3.3 *Variação da dimensão dos aglomerados*

Ao analisar a variação da dimensão dos aglomerados urbanos, não parece identificável um padrão espacial regular. Uma razão justificativa aponta para as dissemelhanças no critério usado nos recenseamentos. Torna-se impossível saber até que ponto foi alterado de censo para censo e como foi aplicado em cada um dos censos o conjunto de normas emanado do organismo censitário²¹.

Face aos dados disponíveis, constata-se que numerosos casos há onde, a um aumento percentual das freguesias corresponde um decréscimo dos aglomerados. Verifica-se este facto, nomeadamente, no Vale do Ave e também, com menor significado, na periferia do Porto. Situações inversas são igualmente identificáveis, ou seja, a uma diminuição registada nas freguesias vai contrapor-se um aumento dos aglomerados. É referenciável uma terceira situação, quando tanto freguesia como aglomerado sofrem um incremento populacional. Por sua vez, nesta última situação, referenciam-se aumentos ora maiores das freguesias ora maiores dos aglomerados.

As variações da população apontadas, deixam transparecer duas formas de povoamento diferenciadas, que têm vindo a acentuar-se no Noroeste. No Vale do Ave e periferia do Porto (decrécimo dos aglomerados e acréscimo das freguesias; acréscimo dos aglomerados e das freguesias, sendo mais elevado este último), é significativo o peso de uma urbanização difusa, que assenta sobretudo na oferta não concentrada de emprego para o Vale do Ave e numa oferta imobiliária muito diversificada para a periferia do Porto. Assenta, igualmente, num aumento significativo da mobilidade da população, tanto através do incremento dos transportes colectivos como individuais²².

Na faixa periférica, os aglomerados urbanos constituem os principais pontos de concentração populacional, o que não impede que parte dos activos com emprego no aglomerado, resida fora dele.

A justificação para o padrão espacial de variação detectado, onde a irregularidade é a principal característica, terá que ser procurada em pressupostos mais complexos e pormenorizados. Os diferentes com-

aos lugares surgidos no último censo, perdeu actualidade, o que aconteceu concomitantemente à cartografia.

²¹ O aglomerado de Moreira da Maia aumentou 252.1% apenas porque, em 1981, a freguesia não se encontra desagregada por lugares; em Cabeceiras de Basto a variação de 139.1% encontrada seria apenas de 16.6% se, em 1960 e 1981 tivessem sido considerados os mesmos lugares; Vila Verde tem uma dimensão muito reduzida em 1981 (212 habitantes com uma variação 1960-1981 igual a -85.2%), enquanto a freguesia, com uma área de 3km², tinha 3520 habitantes em 1981!

²² Os automóveis ligeiros de passageiros e pesados de passageiros matriculados no Continente, aumentaram entre 68 e 81 de 338240 para 1067656 e de 4588 para 9022, respectivamente. INE — Estatísticas dos transportes e comunicações.

portamentos detectados tornam inviável que qualquer tentativa de explicação não perca toda a pertinência perante a casuística.

Apesar dos valores de dimensão populacional serem aqueles de mais fácil acesso, constatamos quão delicada é a tarefa de chegar a uma aproximação capaz de traduzir a realidade. Pela diversidade na aplicação dos critérios adoptados e pela multiplicidade de situações encontradas, é exequível pôr em causa as dimensões dos aglomerados por sobrevalorização e subvalorização²³. Ao mesmo tempo são patentes algumas alterações de 1960 para 1981, demasiado significativas para não enfermarem de alguma inexactidão.

3.4 Taxa de urbanização no Noroeste

Um dos possíveis pontos de partida para a caracterização de uma área, por si só já explicitante, respeita ao conhecimento dos totais de população urbana. Podemos admitir que quanto maior for a população urbana relativamente à população total — relação expressa na taxa de urbanização —, maior será a interacção social, maior o intercâmbio de informação a todos os níveis, maior será a troca de bens e serviços, em conclusão, maior será o desenvolvimento económico e social.

O facto de nas últimas décadas se ter assistido a um aumento sem precedentes da população urbana, nomeadamente em alguns países da América Latina, o que os leva a atingir taxas de urbanização elevadas, refuta a aplicabilidade universal da premissa avançada. No final da década de 70, início da de 80, os valores eram elevados no Uruguai (82.9%), Chile (75.1%), Brasil (67.5%), Porto Rico (66.7%), Peru (59.5%)²⁴. As razões justificativas para o fenómeno são conhecidas²⁵.

Por outro lado, é uma evidência matemática, quanto maior for a taxa de urbanização, menor será o quantitativo da população rural. Poder-se-á então esperar, por maioria de razão, que exista uma relação estreita entre a variação da taxa de urbanização e o número de

²³ Em estudo realizado em colaboração por Helder Marques, José Alberto Fernandes e Luís Martins, subordinado à temática «o aglomerado urbano de Gondomar, áreas de expansão preferencial», tentou obter-se a dimensão do referido aglomerado. Partiu-se do pressuposto, comprovado inclusive cartograficamente, de que Gondomar não ocupa toda a freguesia de S. Cosme, tal como acontece nos censos de 1960 e 1981. Assim, através da densidade populacional e do número médio de habitantes por edifício, para 1981 foram encontrados valores nunca superiores a 1/3 do constante no último censo. De qualquer forma a margem de erro nem sempre deverá ser tão dilatada.

²⁴ UNITED NATIONS — *Population and Vital Statistics Report — 1984 Special Supplement*, New York, 1984.

²⁵ vd. SANTOS, Milton — *Les Villes du Tiers Monde*, Paris, M.-Th. Genin, 1971. SANTOS, Milton — *Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana*, São Paulo, Hucitec, 1982.

activos no sector primário com uma actividade agrícola — quanto maior for a taxa de urbanização menor será o número de activos a desempenhar uma actividade agrícola.

Assim, para os distritos do Noroeste de Portugal foram correlacionados os pares de variáveis: taxa de urbanização e percentagem de população activa a desempenhar uma actividade na agricultura e na caça em 1981 (Q. 2 e 5, Fig. 10). Partiu-se do princípio de que a dimensão dos aglomerados considerados corresponde à população urbana, pelo que se obteve a taxa de urbanização por concelho relacionando percentualmente o somatório dos aglomerados com o total da população concelhia.

A dispersão do conjunto de valores, traduzida por uma correlação negativa de 0.66, deixa supor que a variação da taxa de urbaniza-

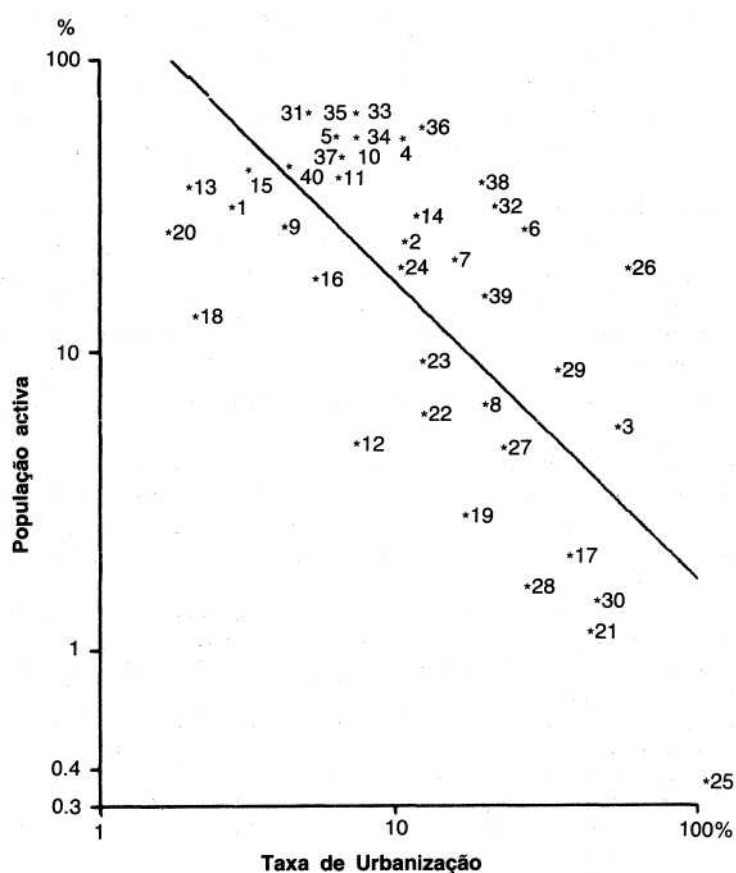


Fig. 10 - Recta de ajustamento aos pares de variáveis: Taxa de urbanização e população activa com uma actividade agrícola ou de caça, por concelho.

Quadro 5 —POPULAÇÃO URBANA POR CONCELHO E TAXA DE URBANIZAÇÃO EM 1960 E 1981

	CONCELHOS	1960			1981			Taxa de urbanização considerados os habitantes ou mais em 1981
		População urbana	População concelho	Taxa de urbanização	População urbana	População concelho	Taxa de urbanização	
1	AMARES	776	16845	4.61	435	16478	2.64	0
2	BARCELOS	9019	83211	10.8	10379	103773	10	13
3	BRAGA.....	40977	92938	44.1	83033	125472	50.2	53.5
4	CAB. DE BASTO	899	21141	3.31	2018	18997	10.6	3.8
5	CELORICO DE BASTO	1563	24392	6.41	1450	22671	6.4	5.4
6	ESPOSENDE	4748	23966	19.8	6954	28652	24.3	46.1
7	FAFE	5465	43782	12.5	637	45828	14.5	20.8
8	GUIMARÃES	29174	116272	25.1	26482	146959	18	21.6
9	POVOA DE LANHOSO	1384	22033	6.28	806	21092	3.82	8.8
10	TERRAS DE BOURO	873	11762	7.42	633	10131	6.25	0
11	VIEIRA DO MINHO.....	800	18920	4.23	1153	17931	6.43	6.4
12	V. N. DE FAMILIÇÃO	9723	79250	12.3	7237	106608	6.79	14.3
13	VILA VERDE	1758	42256	4.16	837	44432	1.00	3
14	AMARANTE	7272	47823	15.2	5956	54159	11	14.2
15	BAIÃO..	537	28864	1.86	731	24438	2.99	3
16	FELGUEIRAS	4069	36895	10.5	2374	48015	4.94	9.9
17	GONDOMAR	36514	84599	45.5	45119	130751	34.5	86.3
18	LOUSADA	1444	27947	5.47	774	37904	2.04	7.4
19	MAIA....	6688	53643	12.5	12996	81679	15.9	92.6
20	MARCO DE CANAVESES.	1310	39270	3.34	715	46131	1.55	1.5
21	MATOSINHOS	55205	91017	60.7	57002	136498	41.8	91.6
22	PAÇOS DE FERREIRA	4756	27537	17.3	4578	40687	11.3	16
23	PAREDES	6117	43388	14.1	7670	67693	11.3	25.2
24	PENAFIEL.....	4996	49924	10	6229	64267	9.89	11.6
25	PORTO	303424	303424	100	327368	327368	100	100
26	POVOA DE VARZIM	21929	40444	54.2	28892	54248	53.3	59.1
27	SANTO TIRSO	15564	77130	20.2	19148	93482	20.5	40.5
28	VALONGO	15465	33300	46.4	16242	64234	25.3	77.5
29	VILA DO CONDE	12771	48806	26.2	20613	64402	32	44.5
30	V. N. DE GAIA	71378	157375	45.4	97432	226331	43	79.8
31	ARCOS DE VALDEVEZ	1439	37739	3.81	1634	31156	5.24	5.2
32	CAMINHA	3866	16688	23.2	3160	15883	19.9	23.4
33	MELGAÇO	623	18211	4.52	871	13246	6.58	6.6
34	MONÇÃO	1849	27393	6.75	1660	23799	6.98	9.7
35	PAREDES DE COURA	473	14886	3.18	596	11311	5.27	5.3
36	PONTE DA BARCA	1262	16265	7.76	1566	13999	11.3	14
37	PONTE DE LIMA	2996	16237	16	2474	13948	17.7	21.9
38	VALENÇA	2599	16237	16	2474	13948	17.7	21.9
39	VIANA DO CASTELO	14371	75320	19.1	15190	81009	18.8	39.2
40	V. N. DE CERVEIRA.....	894	11030	8.11	357	8666	4.12	10.1

ção e a percentagem da população activa na agricultura e na caça não está consentânea com o princípio antes enunciado. Em que pressupostos poderemos assentar a explicação para o facto? Não estará em causa a dificuldade de aplicação universal do princípio.

Em primeiro lugar pode levantar-se a questão da inoperacionalidade dos limites administrativos concelhios como elementos definidos-

res das áreas comparadas; com um âmbito diverso colocamos em segundo lugar ser prática da população activa do secundário e terciário desempenhar cumulativamente uma actividade agrícola²⁶; em terceiro lugar salienta-se o facto de se ter assistido a uma concentração particularmente acentuada nas sedes de concelho, em particular as mais interiores, ao que acresce as saídas de população do restante território concelhio; finalmente, como quarta razão aponta-se a subvalorização da população urbana, a que está ligada estreitamente a um fenómeno de urbanização difusa, tão característico do desenvolvimento e crescimento recentes da periferia do Porto e dos vales do Ave e Sousa-Ferreira.

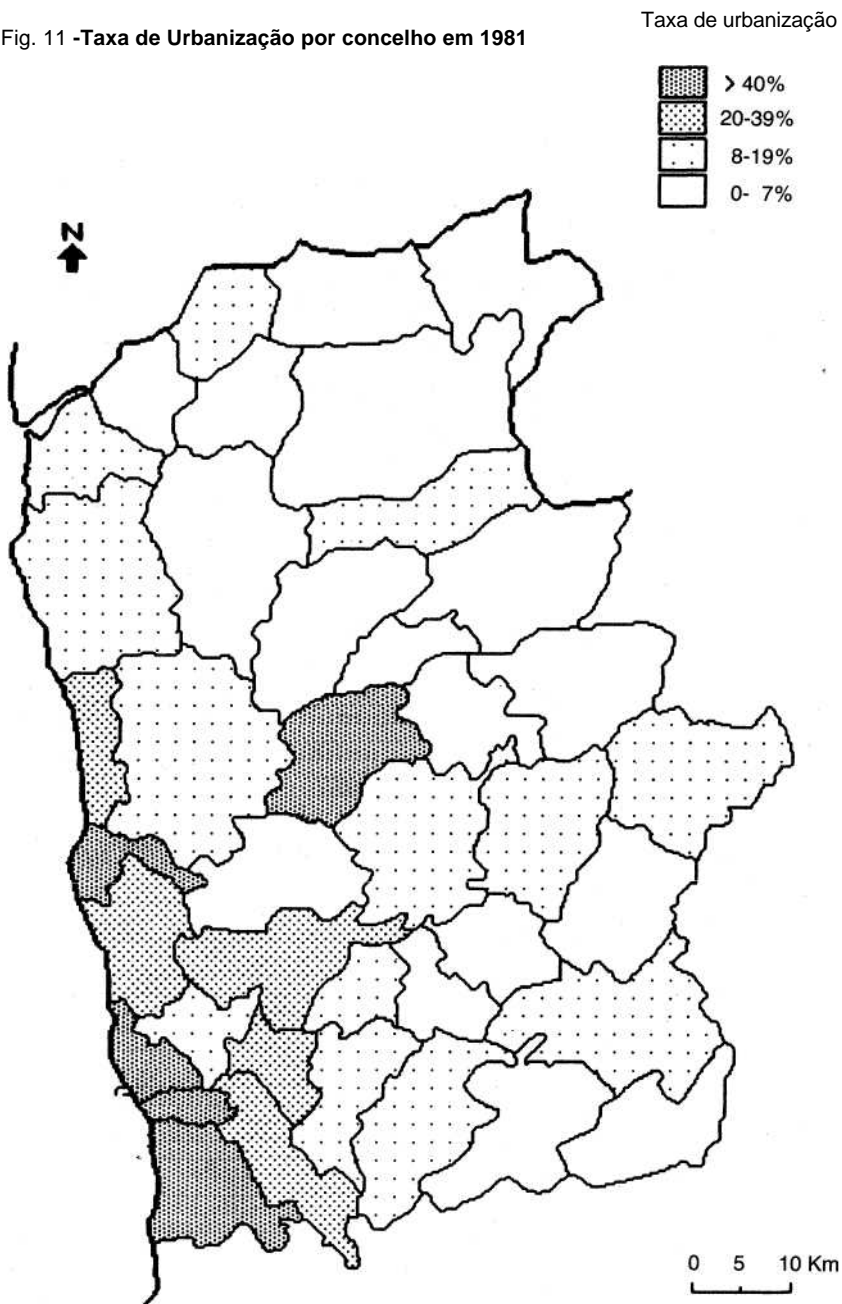
De qualquer forma, o comportamento de alguns concelhos dificilmente será explicado pelas razões previamente apontadas. O grupo que se encontra no cimo do conjunto de pontos (Fig. 10), caracterizado por percentagens elevadas de população activa na agricultura e na caça, contém alguns casos onde a taxa de urbanização é «excessiva» o que sugere o sobre-dimensionamento dos aglomerados. Trata-se de alguns concelhos do distrito de Viana do Castelo, à excepção dos litorais e Valença, e também dos concelhos mais interiores do distrito de Braga, facto relacionável com as tendências concentradoras e atractivas dos aglomerados destes concelhos, o que poderá ser, em grande medida, explicado pela presença do aparelho administrativo e pela notável melhoria nas infraestruturas de saúde, ensino, básicas, o que veio a acontecer na última dúzia de anos.

Representamos, igualmente, a distribuição espacial da taxa de urbanização em 1981 (Fig. 11) e a variação no período 1960-1981 (Fig. 12). O padrão de distribuição é o esperado. A variação 1960-1981 adquire particular significado quando comparada com a variação da população total por concelho no mesmo período. De entre os aspectos que transparecem da comparação, ressaltamos dois: um, evidencia o aumento da taxa de urbanização nos concelhos da faixa periférica da área estudada, onde a variação da população total é negativa; o outro, mostra a importância crescente de um tipo de urbanização difuso, pois a taxa de urbanização decresce enquanto a população total dos concelhos aumenta. Este facto detecta-se com mais clareza no vale do Ave e na periferia do Porto²⁷.

²⁶ vd. ALLEGRO DE MAGALHÃES, Maria Madalena — *A pluriactividade no Vale do Ave*, Porto, 1985.

²⁷ O conhecimento dos quantitativos populacionais relacionáveis com este fenómeno seria de inegável valor. Não existem, todavia, números que traduzam o peso da urbanização difusa. De qualquer forma está tão presente que os próprios agentes recenseadores a deixam transparecer pela alteração de critérios, pois parece ter havido tendência, em 1981, a diminuir a dimensão espacial dos aglomerados, o que se explica pelo crescimento e individualização dos núcleos populacionais.

Fig. 11 -Taxa de Urbanização por concelho em 1981



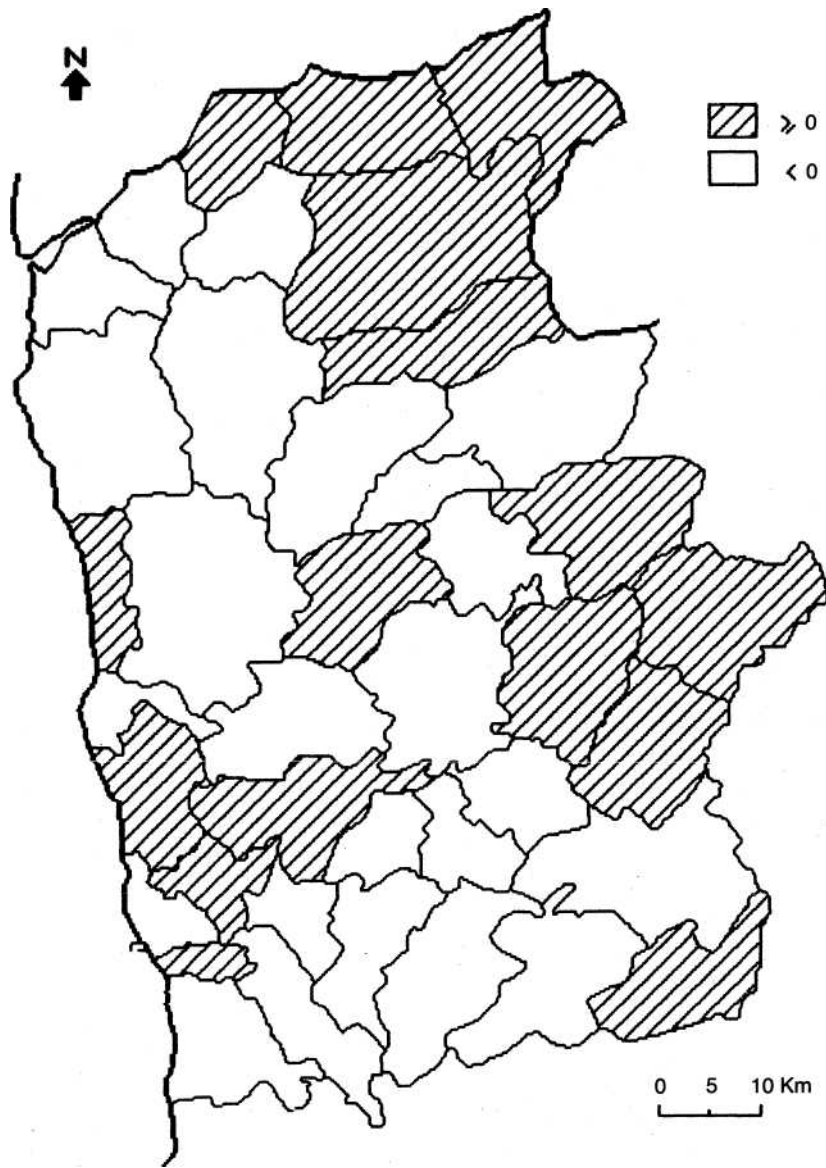


Fig. 12 - Variação da taxa de urbanização por concelho 1960-1981

3.5. *Relação ordem-dimensão dos aglomerados*

Reconhecidos os principais problemas que caracterizam os elementos estatísticos, tentaremos analisar a distribuição dos aglomerados na hierarquia de dimensão populacional e no espaço.

O postulado sobre o qual assenta o primeiro aspecto, é uma formulação simples que resulta da observação de um sistema urbano no qual existem cidades de tamanhos muito diferentes: enquanto contém numerosas pequenas cidades, as grandes são poucas³⁰. «Este padrão de dimensão das cidades é observado de forma bastante regular de uma área para a outra»³¹.

Assim, parece existir uma hierarquia urbana segundo a dimensão populacional, à qual é reconhecida uma certa ordem na respectiva ordenação³², facto esse que veio a ser expresso matematicamente.

Desde o início do século XX, mais precisamente com Auerbach³³, este problema foi focado, mas apenas os trabalhos de Zipf deram ênfase à regra empírica da ordem-dimensão. Mas, como salientam Pumain³⁴ e Isard³⁵, outros autores tinham feito referência a esta relação empírica entre a dimensão e a ordem dos aglomerados, pese embora os seus trabalhos tenham sido pouco divulgados.

A relação exprime-se do seguinte modo: os efectivos populacionais de uma cidade de ordem n são iguais aos da cidade de ordem 1, divididos pelo número de ordem respectivo, $n^q \times P_n = P_1$, onde P^q e q são constantes³⁶; P_n , representa a população da cidade de ordem n . A relação significa que, sendo $q = 1$, a segunda cidade terá metade da população da primeira, a terceira um terço,... . Por transformação logarítmica obtem-se uma função do primeiro grau: $\log P_n = \log P_1 - q \times \log n$, onde $\log P_n$, representa o logaritmo da população da ci-

³⁰ CLAVAL, Paul — *La Logique des Villes*, Paris, Litec 1982, p. 371. BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *Alternate Explanations of urban rank-size relationships*, in MAYER, Harold M; KOHN, Clyde F. — «Readings in Urban Geography», Chicago, University of Chicago Press, 1959, p. 230.

³¹ BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *Alternate Explanations of urban...*, p. 230.

³² RICHARDSON, Herry W. — *Economia Regional*, Barcelona, Vicens-Vives, 1973, p. 196.

³³ PUMAIN, Denise — *La dynamique des villes*, Paris, Económica, 1982, p. 22.

³⁴ Ibidem

³⁵ Isard é citado in BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *Alternate Explanations of urban...*, p. 231.

³⁶ Segundo Zipf, $q = -1$ por verificação para as cidades dos Estados Unidos da América e nessa circunstância estar-se-á perante um sistema nacional de cidades integrado, in BERRY, Brian J. L.; HORTON, Frank E. — *Geographic Perspectives on urban systems*, New Jersey, Prentice-Hall, 1970, p. 64. ZIPF, George Kingsley — *Human Behavior and the Principle of Least Effort*, New York, Hafner Publishing Company, 1949, p. 375.

dade de ordem n ; $\log P_j$, a ordenada na origem; q , o declive; $\log n$, o logaritmo do número de ordem.

A representação gráfica num sistema de eixos logarítmicos, dará lugar a uma disposição ao longo de uma recta, quando descreve uma relação harmónica das cidades na hierarquia urbana, por pares de valores X e Y , ordem e dimensão.

Por se tratar de uma regularidade reconhecida empiricamente é, desde há muito, um desafio à capacidade dos investigadores no sentido da explicação³⁷, o que não impede a ausência de uma fundamentação teórica³⁸. Nos múltiplos estudos desenvolvidos, que serviram ao mesmo tempo para formular e verificar a teoria³⁹, apesar de uma notável aproximação à distribuição das cidades⁴⁰, «não está ao certo claro quais serão as ligações lógicas entre o esquema proposto por Zipf para explicar a regularidade ordem-dimensão e as regularidades ordem-dimensão observadas»⁴¹.

Foi constatado que a regra tem mais aplicabilidade, constituindo uma melhor descrição da realidade, quando se trata de uma grande área⁴². Richardson, vai mais longe e afirma que tem mais validade quando o sistema estudado se encontra num grande território nacional, economicamente desenvolvido⁴³. Esta conclusão, no entanto, não está em absoluto de acordo com o que transparece do trabalho reali-

³⁷ BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *Alternate Explanations of urban...*, p. 230.

³⁸ MERLIN, Pierre — *Méthodes quantitatives et espace urbain*, Paris, Masson, 1973, p. 141.

³⁹ BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *Alternate Explanations of urban...*, p. 231.

⁴⁰ STEWART, Charles T. Jr. — *The size and spacing of cities*, in MAYER, Harold ML; KOHN, Clyde F. — *Readings in Urban...*, p. 255.

⁴¹ BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *Alternate Explanations of urban...*, p. 233. ZIPF, George Kingsley — *Human Behavior...*, p. 352. Zipf afirma: *the most economical location of the producers-consumers of a social group resolves itself into two opposite courses of economical action. One course is to move the population to the immediate sources of raw materials in order to save the work of transporting the materials to the persons; the effect of this economy, which we shall call the Force of Diversification, will be to split the population into a larger n number of small, widely scattered and largely autarchical communities that have virtually no Communications or trade with one another.*

The other course of economical action, which we shall call the Force of Unification, operates in the opposite direction of moving the materials to the population, with the result that all production and consumption will take place in one big city where the entire population of C persons will live. Ibidem.

Por si só os conceitos definidos não constituem explicação cabal para a distribuição dos aglomerados e tão pouco permitem justificar a diferente dimensão dos aglomerados.

⁴² BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *Alternate Explanations of urban...*, p. 233.

⁴³ RICHARDSON, Henry W. — *Economia Regional...*, p. 197.

zado por Berry e Horton com anterioridade, pois «as distribuições ordem-dimensão incluem economias urbanas industriais..., grandes países... e países com uma longa história de urbanização»⁴⁴.

É também frequente o colapso da regra nos números de ordem superiores e inferiores. Nos números de ordem intermédios a «regra funciona pela diversidade encontrada nas áreas onde é aplicada»⁴⁵.

Mark Jefferson introduziu o conceito de cidade primaz como explicação para o colapso do número de ordem 1. «Primacy is present,..., when the longest city is several times the population of the one that is second in rank»⁴⁶. Segundo Berry «... primacy is the simplest city-size distribution, affected by but simple strong forces»⁴⁷.

O colapso na regularidade dos aglomerados de ordem inferior a partir de determinado nível (250000 habitantes nos Estados Unidos da América em 1960) constitui «the minimum threshold scale for economic and social viability in contemporary, metropolized America»⁴⁸. Será generalizável a explicação?

Em termos diacrónicos a regra ordem-dimensão exprime a possível conservação da regularidade entre a dimensão e o crescimento urbano⁴⁹. Berry e Horton propõem um modelo de dimensão dos aglomerados para representar o desenvolvimento do padrão de distribuição, entre os casos limites de «primacy» e «lognormality»⁵⁰, constituindo este último o estágio final do desenvolvimento, que será atingido através da «...complexidade da vida económica e política ou da idade do sistema de cidades»⁵¹, fruto de um processo de crescimento estocástico. Stewart, por outro lado, afirma que: «well-structured áreas of urban dominance tend to have an S-shaped, rather than a linear logarithmic, distribution of towns by size»⁵².

Dentro destas linhas gerais a regra é um meio cómodo de apreciar e comparar os sistemas urbanos, uma espécie de modelo de referência, o qual permite medir os desvios face à regra, pese embora a simples constatação de um desvio face a uma regra imperfeitamente explicada, não possa justificar juízos de valor⁵³.

⁴⁴ BERRY, Brian J. L.; HORTON, Frank E. — *Geographic Perspectives...*, p. 74.

⁴⁵ STEWART, Charles T. Jr. — *The size...*, p. 255.

⁴⁶ BERRY, Brian J. L.; HORTON, Frank E. — *Geographic Perspectives...*, p. 66.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ RICHARDSON, Henry W. — *Economia Regional...*, p. 196.

⁵⁰ BERRY, Brian J. L.; HORTON, Frank E. — *Geographic Perspectives...*, p. 73.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² STEWART, Charles T. Jr. — *The size...*, p. 256.

⁵³ CLAVAL, Paul — *La Logique...*, p. 373.

3.5.1. *O Noroeste face à regra ordem-dimensão*

Enunciados os princípios orientadores sobre os quais se apoiará a aplicação da regra ao Noroeste de Portugal, uma condição verifica-se indubitavelmente: trata-se de uma área muito diversificada.

Do tratamento estatístico dos pares de variáveis X, logaritmo da ordem, e Y logaritmo da dimensão, obtivemos uma correlação de - 0.97, para 1981 (Q. 6). Através do tratamento cartográfico visualiza-se o ajustamento da recta aos pontos (Fig. 13). O elevado valor de correlação, significa que há uma relação estreita entre o tamanho dos aglomerados e a ordem que ocupam na hierarquia de dimensão.

O colapso nos números de ordem superiores e inferiores estão bem patentes na configuração da curva. O padrão de distribuição é do tipo primaz, já que a cidade de ordem 2 representa menos de uma quinta parte da cidade de ordem 1 — o Porto (Q. 7). Apesar da elevada correlação encontrada, os valores reais e os valores calculados a partir da expressão $\log y = 12.938795 - 1.4713088 \times \log X$ ou $n^{1.47} \times p^{\wedge} - 416148_7$ são manifestamente diferentes. A partir do número de ordem 61 detecta-se uma significativa inflexão no alinhamento dos pontos, o que corresponde ao colapso dos números de ordem inferior. Em que medida poderá o facto ser relacionado com a urbanização difusa? Salienta-se que, desde a "dimensão de colapso" (1153 habitantes) até à dimensão igual a 200 habitantes, em valores calculados, poder-se-ia esperar encontrar 50000 habitantes aproximadamente, enquanto nos aglomerados estudados existem tão só 15000 habitantes.

Uma das perspectivas à qual poderá ser aplicada a regra ordem-dimensão é na comparação do crescimento diferenciado dos aglomerados numa abordagem diacrónica. Seria possível verificar se a ordem é ou não estável no tempo, não como um fim em si, mas como um guia que permitisse procurar as razões explicativas para as alterações detectadas.

Face a um crescimento e desenvolvimento harmoniosos, a hierarquia de dimensão não sofrerá alterações. Se tal facto não for verificado, os aglomerados urbanos, porque definham ou se expandem, poderão funcionar como intérpretes das diferenças. Estaríamos, concerteza, perante um contributo para o conhecimento do sistema urbano actual, tanto através do abarcar a generalidade, como do reconhecer dos fenómenos individuais.

A regularidade verificada ocorre com a presença de 21 aglomerados da periferia do Porto. Assinale-se que, caso não fossem considerados, a correlação atingiria valores mais elevados. Trata-se de uma regularidade sobretudo relevante em termos estatísticos, pois apenas os aglomerados com números de ordem intermédia, adquirem uma sequência linear.

QUADRO 6
VALORES ORDENADOS DE DIMENSÃO POPULACIONAL
DOS AGLOMERADOS ESTUDADOS, EM 1981

	AGLOMERADOS	DIMENSÃO		AGLOMERADOS	DIMENSÃO
1	PORTO	327368	44	CAMINHA	1803
2	BRAGA	63033	45	PAREDES	1791
3	V. N. GAIA	62469	46	RIBA DE AVE	1742
4	MATOSINHOS	26404	47	REBORDOSA	1730
5	PÓVOA DE VARZIM	23729	48	MONÇÃO	1660
6	GUIMARÃES	21947	49	ARCOS DE VALDEVEZ	1634
7	VILA DO CONDE	20613	50	DELÃES	1611
8	GONDOMAR	18881	51	PONTE DE BARÇA	1588
9	OLIVEIRA DO DOURO	18876	52	GRANJA	1562
10	VIANA DO CASTELO	15190	53	FELGUEIRAS	1533
11	VALBOM	12183	54	V. PRAIA DE ÂNCORA	1357
12	LEÇA DA PALMEIRA	11413	55	ARCO DE BAÚLHE	1303
13	BARCELLOS	10379	56	ANGEIRAS	1296
14	ERMESINDE	10145	57	PAÇOS DE FERREIRA	1275
15	TROFA	8763	58	PEVIDÉM	1228
16	VALADARES	7624	59	VILA MEÃ	212
17	MOREIRA DA MAIA	7460	60	CARVALHOS	1208
18	SANTO TIRO	6799	61	VIEIRA DO MINHO	1153
19	FAFE ..	6637	62	CALDAS DAS TAIPAS	1071
20	VALONGO	6097	63	CASTELO DA MAIA	953
21	PENAFIEL	5789	64	MIRAMAR	894
22	FÂNZERES	5731	65	MELGAÇO	871
23	S. MAMEDE DE INFESTA	5671	66	VILA DA LIXA	841
24	RIO TINTO	5234	67	PÓVOA DE LANHOSO	806
25	FREIXEIRO	4835	68	LOUSADA	774
26	AVINTES	4799	69	BALTAR	736
27	S.ª DA HORA	4757	70	VILA DE BAÍO	731
28	AMARANTE	4744	71	CAB. DE BASTO	715
29	MAIA ..	4583	72	MARCO DE CANAVESES	715
30	VILA DAS AVES	3586	73	LOUSADO	703
31	LORDELO	3413	74	GANDARELA	676
32	FREAMUNDE	3303	75	PRADO	625
33	V. N. FAMILICÃO	3181	76	PAREDES DE COURA	596
34	S. PEDRO DA COVA	3090	77	CELORICO DE BASTO	528
35	A-VER-O-MAR	2924	78	ENTRE-OS-RIOS	440
36	PONTE DE LIMA	2627	79	GEREZ	437
37	PERAFITA	2626	80	V. N. CERVEIRA	357
38	VALENCA	2474	81	FERMIL	246
39	APULIA	2391	82	AMARES	226
40	FÃO	2374	83	TERRAS DO BOURO	216
41	AGUÇADOURA	2239	84	VILA VERDE	212
42	VIZELA	2236	85	CALDELAS	209
43	ESPOSENDE	2189			

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

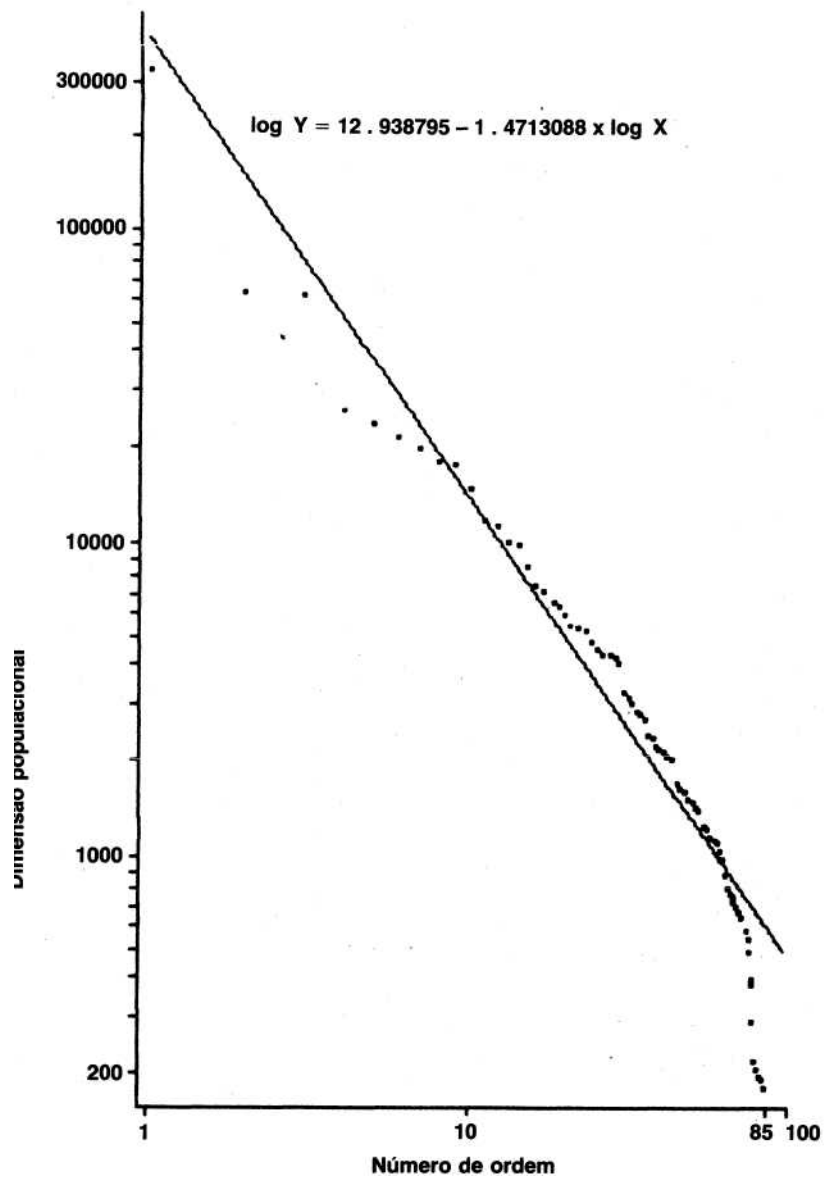


Fig. 13-Relação ordem-dimensão dos aglomerados.

Quadro 7 — Dimensão populacional dos aglomerados de ordem superior

N.º de ordem	Aglomerado	População residente	População calculada	Diferença %
1 2	PORTO	327368	416148	+ 27.1 +
3 4	BRAGA	63033	150086	138.1 +
5 6	V. N. DE GAIA	62469	82652	32.3 +
7	MATOSINHOS.....	26404	54129	105.0 +
	PÓVOA DE VARZIM..	23729	38980	64.3 +
	GUIMARÃES	21947	29809	35.8 +
	VILA DO CONDE	20613	23760	15.3

A aplicação da regra ordem-dimensão não tem, como já foi afirmado, valor explicativo, «põe mais problemas do que resolve»⁵⁴. Permite, contudo, verificar que a dimensão populacional não tem no Noroeste um padrão de distribuição piramidal.

O processo de crescimento ou decadência de cada um dos aglomerados é explicado por factores sociais, económicos, políticos, que são determinantes no conservar, atenuar ou aumentar as diferenças entre as respectivas dimensões populacionais. A combinação dos múltiplos factores em jogo propicia uma dimensão diferenciada dos aglomerados.

3.5.2. A distribuição espacial dos aglomerados no Noroeste

Uma das críticas mais pertinentes, que numa perspectiva geográfica não favorece a aplicação da regra, põe em destaque a dissimulação sobre a distribuição espacial dos aglomerados.

O Noroeste, sob esta perspectiva, pode ser considerado um exemplo académico. De facto, a distribuição espacial dos aglomerados não é regular (Fig. 14)⁵⁵. Salienta-se a forte aglomeração que constitui o Porto e a sua periferia, os alinhamentos correspondentes aos vales dos principais rios e a ocupação da faixa litoral.

A excepção de Viana do Castelo, todos os aglomerados de maior dimensão localizam-se na metade Sul da área em estudo. Entre os dez primeiros, cinco estão incluídos na área do Porto, entre os vinte primeiros, estão incluídos onze.

Neste conjunto de aglomerados de hierarquia superior é possível, de forma imediata, estabelecer uma distinção entre eles. O Porto, sobressai nitidamente sobre os demais. Braga e Vila Nova de Gaia, com dimensões populacionais idênticas, 63000 habitantes aproximadamen-

⁵⁴ BAILLY, Antoine s. — *Uorganisation urbaine, théories et modeles*, 2.^a ed., Paris, CRU, 1978, p. 42.

⁵⁵ Para uma densidade de 11.7 aglomerados por 1000 km², obteve-se $r = 1.12$ (índice do vizinho mais próximo).

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

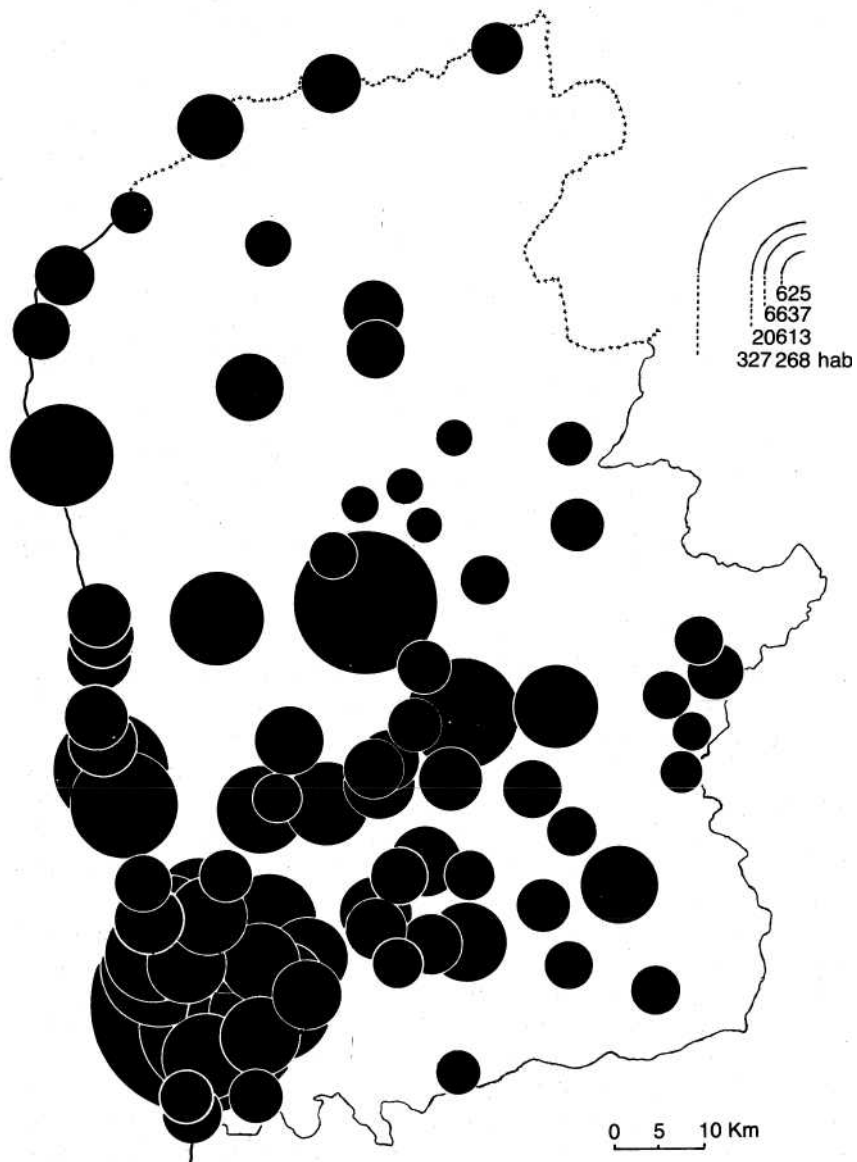


Fig. 14-Dimensão populacional dos aglomerados.

te, constituem um segundo nível. Diferencia-se um outro grupo de dimensão, cujos valores variam entre 18800 e 26400 habitantes.

Um aglomerado com 15000 habitantes, deverá ser incluído na classe superior, a última focada, ou na imediatamente inferior, com dimensões que oscilam entre 4500 a 12000 habitantes? E porque não constituir-se numa outra classe? A dificuldade e a inconsistência no estabelecer dos limites são cada vez maiores, à medida que se desce na hierarquia.

O método mais simples de definir os níveis de dimensão populacional é através de um diagrama de dispersão. A distribuição dos aglomerados na hierarquia de dimensão aponta para a existência de poucos de grande dimensão e muitos de pequena (Fig.15). Ao mesmo tempo, verifica-se uma regularidade elevada na variação do número de aglomerados nos diferentes níveis (Q. 8).

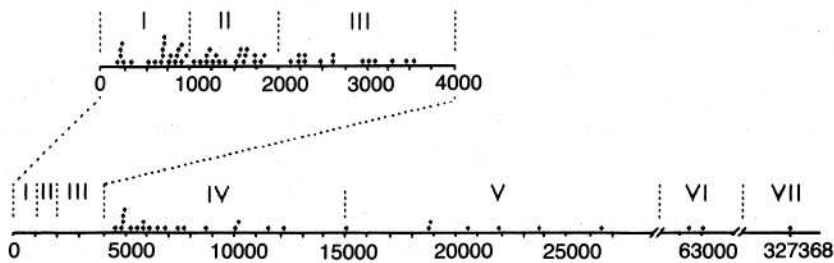


Fig. 15 - Diagrama de dispersão da dimensão populacional dos aglomerados

Quadro 8 — Número de aglomerados nos níveis, valores calculados e encontrados

Níveis	N.º de aglomerados encontrados	N.º aglomerados calculados
I	1	1
II	2	3
III	7	7
IV	19	11
V	14	15
VI	20	21
VII	23	27

As diferenças mais sensíveis ocorrem nos níveis II e IV, o que deixa supor, a verificar-se total regularidade, ter sido a delimitação demasiado ampla, sobretudo no nível IV.

A obtenção dos níveis de dimensão populacional unicamente com base no diagrama de dispersão, pode suscitar várias alternativas mais

ou menos justificáveis, para além da hipótese sugerida. Aquela que é avançada, põe em destaque a destriça entre os aglomerados de hierarquia superior, enquanto os níveis inferiores deixam dúvidas sobre a sua pertinência.

Poderemos, afinal, falar em níveis de dimensão populacional? Os níveis, a existirem, serão constituídos por aglomerados com características idênticas, para além daquela agora abordada?

Ultrapassando o problema de obtenção da dimensão dos aglomerados, não restam dúvidas que se distinguem no Noroeste os grandes entre si e face aos demais. As diferenças nos aglomerados de ordem intermédia e inferior não são tão marcadas, e dimensões populacionais idênticas nem sempre significam que outras características também sejam idênticas. É o caso dos aglomerados de Freamunde e Vila Nova de Famalicão, nomeadamente, embora incluídos ao nível V, possuem dinâmicas económicas não comparáveis, o mesmo acontecendo com o papel que desempenham relativamente à respectiva área de influência.

A definição de níveis de dimensão populacional tem um significado precário porque traduz uma relação de importância que nem sempre corresponderá ao peso real no sistema urbano. Sem dúvida, todos eles, exercem uma atracção diferenciada sobre as áreas onde se implantam e dominam um maior ou menor território. Ora a dimensão populacional dos aglomerados deixa transparecer algum do peso relativo dos elementos do sistema, mas não forma um quadro final.

4. *Dimensão do comércio a retalho*

As trocas materiais que o comércio a retalho acarreta⁵⁷, constituem uma parte significativa da interacção que os aglomerados urbanos propiciam, como pontos de comunicação tanto individual, como de empresas ou da administração pública.

O comércio a retalho é uma das actividades que será melhor desenvolvida em pontos centrais do espaço, com elevada acessibilidade, o que facilita a realização de trocas. «Un marche existe là où certain nombre d'acheteurs et de vendeurs entrent en contact et où le prix demande et payé par chacun dépend des décisions des autres»⁵⁸. No sistema de trocas, em economias avançadas, o mercado desempenha o papel de "comutador" entre a produção e o consumo.

Este trabalho visa apenas os mercados de tipo permanente, que se localizam por excelência nos aglomerados urbanos, reconhecendo-

⁵⁷ Na aquisição de bens a deslocação do consumidor continua a desempenhar o principal papel, apesar da importância de outras formas como a venda por correspondência (livros, confecções, etc).

⁵⁸ BERRY, Brian J. L. — *Géographie des marches et du commerce de détail*, Paris, Armand Colin, 1971, p. 11.

-se, todavia, a enorme importância desempenhada pelos mercados periódicos, nomeadamente no caso do Noroeste de Portugal. Tanto no litoral como no interior a realização da feira constitui um acontecimento que mobiliza populações urbanas e rurais e continua a ser, em algumas áreas, o grande incentivo das deslocações periódicas à "vila" ou ao local da feira (não ligado a um aglomerado urbano — Cô, Freixo). Apesar do inegável interesse do tema, por razões óbvias, não será aqui focado.

Constituem, portanto, objecto de estudo os estabelecimentos de comércio retalhista existentes nos aglomerados urbanos do Noroeste.

A questão principal que orientará o desenvolvimento do presente capítulo refere-se à existência ou não de níveis de comércio a retalho no Noroeste de Portugal, ou seja: é possível diferenciar nos aglomerados urbanos do Noroeste grupos com base no tipo e número de estabelecimentos comerciais?

A concretizar-se, tal eventualidade, baseia-se no facto de que quanto maior é o aglomerado urbano, maior será, em princípio, a complexidade na oferta de bens (e serviços), ou seja «...a especialização e o sortido do comércio a retalho permite segundo a sua importância pôr em evidência um certo número de escalões...»⁵⁹.

A definição de níveis pressupõe a identificação de diferentes perfis funcionais ou pelo menos de tipos de comércio característicos de cada nível. A representatividade dos níveis obtida através dos perfis funcionais não é todavia suficiente porque, se traduz a ocorrência e o número de estabelecimentos, nada deixa entrever sobre «...la nature de l'activité commerciale, le linéaire de façades, et éventuellement quelques caracteres intéressant l'assortiment et le standing de l'établissement»⁶⁰, características que apenas sobre o terreno podem ser conhecidas.

De qualquer forma o número total de estabelecimentos de comércio a retalho é já significativo dos níveis urbanos⁶¹ e pode ainda ser «...corrigido por noções como a superfície de venda e o volume de vendas»⁶².

⁵⁹ BARRÈRE, Pierre; CASSOU-MOUNAT, Micheline — *Les villes françaises*, Paris, Masson, 1980, p. 97.

⁶⁰ CASSOU-MOUNAT, Micheline — *Equipements commerciaux et niveaux de villes*, I Jornadas do CENPA, Porto, 1983, p. 1.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*. Gaspar utilizou os rendimentos colectáveis na «Área de influência de Évora» e Gaspar e Correia na «Distribuição das actividades terciárias na cidade de Lisboa segundo as estatísticas fiscais». GASPARG, Jorge — *A área de influência de Évora, sistema de funções e lugares centrais*, Lisboa, CEG, 1972. GASPARG, Jorge; CORREIA, Fernando — *A distribuição das actividades terciárias na cidade de Lisboa segundo as estatísticas fiscais*, «Finisterra», Lisboa, X, n.º 20, 1975, pp. 193-229.

4.1. *O terciário e o crescimento dos aglomerados*

Em estudo realizado por Pumain e Saint-Julien sobre «o sistema urbano francês», na maioria dos casos, «...o crescimento das aglomerações foi tanto mais rápido quanto mais eram terciárias»⁶³, durante o período de 1962 a 1975. Não é, de resto, um fenómeno novo. Em 1937 podia ler-se no «Report of the urbanism committee» do U. S. National Resources Committee: «...the rapid growth of the larger cities has reflected their increasing importance as commercial and service centers rather than as industrial centers»⁶⁴. Por razões conhecidas e que se prendem com a metodologia dos censos em Portugal, não é possível quantificar as mudanças da população terciária dos aglomerados urbanos. Formas há, todavia, de ultrapassar este problema recorrendo quer a estatísticas fiscais quer ao número de estabelecimentos.

Finalmente, como ficou atrás expresso, o papel desempenhado pelos aglomerados urbanos como local de mercado, deixa supor que diferenças entre aglomerados possam significar diferenças nos mercados que acolhem.

Com base nestes pressupostos e porque o comércio «...is center-oriented almost exclusively...»⁶⁵, foi correlacionada a taxa de urbanização com a população activa nos sectores secundário e terciário, bem como com o comércio, por concelho (Q. 2 e 5).

Os valores de correlação encontrados permitem concluir em primeiro lugar que a população activa do sector secundário está dissociada da taxa de urbanização (correlação 0.14). Este facto não é explicativo do padrão de distribuição do sector secundário no Noroeste. Conclui-se que a uma taxa de urbanização elevada não corresponde uma percentagem igualmente elevada de activos no secundário. Em segundo lugar verifica-se uma relação muito estreita entre a percentagem da população considerada urbana e a população activa no terciário, assim como com a população activa do comércio a retalho, com correlações de 0.85 e 0.84, respectivamente. Estes valores mostram até que ponto a população urbana está relacionada com o referido sector de actividade. Transparece muito claramente que, quanto mais elevada é a percentagem de população urbana relativamente ao total da população (taxa de urbanização), maior é a percentagem de activos no terciário e no comércio a retalho.

⁶³ PUMAIN, Denise; SAINT-JULIEN, Thérèse — *Les transformations recentes du système urbain français*, «L'Espace Géographique», n.º 3, 1979, pp. 203-221.

⁶⁴ cit. ULLMAN, Edward — *A theory of location for cities*, in MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. — «Readings in Urban...», pp. 202-209.

⁶⁵ CHRISTALLER, Walter — *Central Places in Southern Germany*, New Jersey, Prentice-Hall, 1966, p. 20.

Uma particularidade que ressalta da comparação do conjunto de pontos e das rectas de ajustamento aos pares de variáveis representadas na figura 16, é a diferença de declive. Tal constatação indica que a percentagem de activos no comércio a retalho não aumenta tanto como o terciário, o que significa que, quanto maiores forem os aglomerados maior será o peso do terciário não comercial.

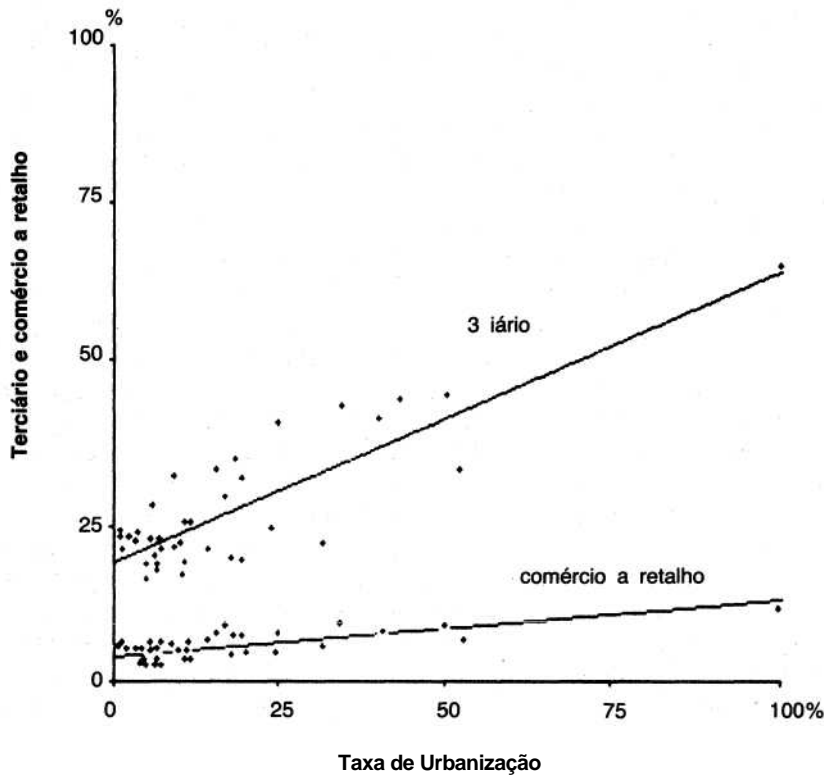


Fig. 16 - Variação da percentagem da população activa no terciário e no comércio a retalho com a taxa de urbanização em 1981, por concelho.

Apesar de se saber que parte do comércio a retalho se localiza fora dos aglomerados urbanos, sobretudo do tipo diário, reconhece-se que «les activités tertiaires sont urbaines essentiellement parce que leur existence et leur développement sont liés à la présence d'un marché»⁶⁶, daí a pertinência dos valores encontrados.

⁶⁶ Aménagement du territoire - Les villes moyennes, Dossiers cTétude, s.l, s.d., p. XI-6.

4.2. *Os princípios da teoria dos lugares centrais*

O maior contributo para o reconhecimento do que acaba de ser afirmado advém da teoria dos lugares centrais, deduzida por Christaller «...to determine geographic reality at present, that is, to explain the number, sizes, and distribution of central places in southern Germany»⁶⁷.

A obra de Christaller, «...a pesar de basarse en ideas y estudios anteriores, es considerada por lo general como la precursora de todos los intentos posteriores de comprender la naturaleza del orden de los sistemas de lugares centrales»⁶⁸. Nas décadas subsequentes à publicação do trabalho traduzido para inglês formou-se um corpo teórico assaz consistente, com base nas diferentes tentativas de verificação empírica e de aprofundamento dos conceitos nos quais o autor alemão alicerçou a sua formulação.

Numa visão rápida a alguns dos conceitos cristalianos, salienta-se em primeiro lugar a atribuição a cada aglomerado do papel de «central organs of centralistic orders», olhar «não para o aspecto de uma cidade mas para a sua função na vida da comunidade humana»⁶⁹, ou seja, constatar para cada aglomerado a importância que lhe cabe como elemento suporte do sistema de trocas, ponto de convergência das «interconexões da rede de trocas, as ligações que mantêm a coesão da sociedade»⁷⁰. O desenvolvimento recente dos meios de comunicação reforça os valores dos aglomerados urbanos como centros, o que torna mais pertinente o princípio enunciado.

Decorrente do primeiro conceito, Christaller, generaliza «...Gradmann's statement in this manner: the chief profession — or characteristic — of a town is to be the center of a region»⁷¹ e designa as formas de povoamento que preenchem esta condição por «central settlements». Segundo Ullman «the essence of the theory is that a certain amount of productive land supports an urban center. The center exists because essential services must be performed for the surrounding land»⁷².

É, no entanto, necessário ter presente que áreas há «...where cities are primarily industrial centers based on distant raw materials and

⁶⁷ CHRISTALLER, Walter — op. cit., pp. 133-134.

⁶⁸ BE AVON, Keith S. O. — *Geografía de las actividades ter darias*, Barcelona, Oikos-Tau, 1981, p. 20.

⁶⁹ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 16.

⁷⁰ BERRY, Brian J. L. — op. cit., p. 11.

⁷¹ CHRISTALLER, Walkér — op. cit., p. 16, «Gradmann has called the chief profession of a town, namely, 'to be center of its rural surroundings and mediator of local commerce with the outside world'», idem, p. 16.

⁷² ULLMAN, Edward — op. cit., p. 203.

extraregional markets, instead of the land's supporting the city the reverse is more nearly true: the city supports the countryside providing a market for farm products, and thus infertile rural areas are kept from being even more deserted than they are now»⁷³. Quando este esvaziamento populacional não é evitado «...l'essentiei des relations, c'est donc entre elles que les cites les entretiennent. La logique de leur localisation s'en trouve bouleversée: elle n'est plus sous la dépendance de répartitions donnés d'une manière exogène. Les facteurs qui influent le plus sur l'implantation et le dynamisme de chaque centre, ce sont ses relations avec les autres. Le problème n'est plus de desservir une population dispersée, mais d'entretenir des relations avec d'autres groupes ponctuels»⁷⁴.

Em segundo lugar, Christaller, a partir da discussão de «importância» de um aglomerado chega à noção de centralidade, entendida como «...the relative importance of a place with regard to the region surrounding it, or the degree to which the town exercises central functions»⁷⁵. Pode afirmar-se que a essência desta noção tem algo a ver com o princípio do menor esforço enunciado por Zipf. «In simple terms, the Principle of Least Effort means, for example, that a person in solving his immediate problems will view these against the background of his probable future problems, as estimated by himself. Moreover he will strive to solve his problems in such a way as to minimize the total work that he must expend in solving both his immediate problems and his probable future problems. That in turn means that the person will strive to minimize the probable rate of his work-expenditure (over time). And in so doing he will be minimizing his effort...»⁷⁶. Mais concretamente, «les consommateurs qui doivent se rendre au marché d'une façon régulière recherchent une localisation qui leur permette de faire leurs achats avec le minimum d'inconvénients et, si le choix de la localisation est libre, préféreront toujours celle qui entraîne le moindre effort»⁷⁷.

Destaca-se, finalmente, um outro conceito definido por Christaller: alcance de um bem⁷⁸, ou seja «...the farthest distance the dispersed population is willing to go in order to buy a good offered at a place — a central place. If the distance is too great, the population

⁷³ Idem, p. 209.

⁷⁴ CLAVAL, Paul — op. cit., p. 369.

⁷⁵ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 18.

⁷⁶ ZIPF, George Kingsley — op. cit., p. 1.

⁷⁷ BERRY, Brian J. L. — op. cit., p. 14.

⁷⁸ Jorge Gaspar utiliza a designação de raio de eficiência. GASPAR, Jorge — op. cit., p. 52.

will not buy this good because it becomes too expensive for them...»⁷⁹.

Estes princípios constituem o núcleo da teoria dos lugares centrais, que admite a existência de um centro ao qual o consumidor recorre porque é aquele que se situa mais próximo e oferece o bem a adquirir, desde que a distância não seja limitante. As leis que explicam este padrão normal de comportamento traduzem tendências e não certezas⁸⁰.

O aquisidor, orientado pelo princípio do menor esforço — o *homo economicus* — provocará uma compartimentação regular do espaço. As últimas décadas viram nascer um homem consumidor, dotado de um comportamento que distorce o padrão hexagonal, um homem que para além de pretender adquirir bens, quer comparar preços e qualidade. Este homem, permeável à informação (publicitária ou proveniente de contactos individuais), com hábitos de consumo em constante mutação e dotado de um gosto adquirido, não é um homem universal, pelo que o consumo sofre variações espaciais.

Assim sendo, as leis que constituem a teoria dos lugares centrais podem explicar algumas realidades, aquelas onde o padrão de comportamento do consumidor seja «normal». Christaller, contudo, previu quebras nesta normalidade, o que pode conduzir as outras situações igualmente normais. De facto, o autor, afirma que regiões densamente povoadas têm um consumo mais elevado porque de contactos sociais mais intensos resulta uma valorização subjectiva dos bens a consumir⁸¹. Afirma igualmente, e prova, que rendimentos mais elevados propiciam um consumo mais elevado⁸². O consumo é também mais elevado em áreas com centros fortemente desenvolvidos ou onde estes sejam numerosos.

Os factores que enunciamos estão intimamente relacionados com o alcance de um bem, já que este é determinado pelo tamanho e importância do lugar central e pela distribuição da população; pelo preço-vontade; pela distância económica subjectiva; pelo tipo, qualidade e preço do bem⁸³.

Uma maior dimensão de um aglomerado reflecte-se num maior alcance dos bens que fornece. Christaller justifica este pressuposto por um fenómeno de economia de escala, ou seja, quanto maior a dimensão populacional, maior a especialização e produção, mais barato se tornará o produto final. Este facto também contribui para aumen-

⁷⁹ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 22.

⁸⁰ Idem, p. 3.

⁸¹ Idem, p. 33.

⁸² Idem, p. 34.

⁸³ Idem, p. 54.

tar o consumo. O autor não refere a possibilidade de uma produção concentrada, apoiada em circuitos eficazes de distribuição, permitir variações mínimas nos preços ou mesmo a uniformização, o que alteraria significativamente os consumos «previstos», já que influiria no alcance dos bens em cada lugar central.

Um maior alcance de um centro justifica-se, segundo Christaller, por oferecer um número elevado de bens. As viagens de fim múltiplo constituem uma forma de maximizar a utilidade de uma deslocação. Aspecto não contemplado, refere-se à possibilidade de comparação do preço e qualidade do mesmo tipo de bem, tirando partido de fenómenos de «clustering». Nesta perspectiva supõe-se que um estabelecimento localizado no Porto terá um maior alcance que um outro com as mesmas características em Barcelos e ambos terão um alcance maior do que uma loja idêntica em Monção. As vantagens usufruídas por consumidores e vendedores pela proximidade dos estabelecimentos — «cluster» —, advém para os consumidores da possibilidade de comparação, da certeza de encontrar o artigo desejado; para os vendedores do aumento da procura, do incentivo à iniciativa quer publicitária quer de melhoria do «standing» do estabelecimento. Ao mesmo tempo a especialização de uma área permite adquirir vantagens do ponto de vista da concorrência espacial. Assim, a conjugação de factores é favorável aos estabelecimentos dos grandes aglomerados urbanos e menos favorável para médios e pequenos.

«Investigações de vários autores em diferentes países mostraram que em média as lojas dos l. c. (lugares centrais) mais populosos tinham um movimento comercial superior a lojas do mesmo tipo em l. c. com menos habitantes»⁸⁴.

Estes factos são conhecidos. Levantam-se então as questões: até que ponto são determinantes ou influentes no comportamento espacial do consumidor? Como identificá-las e medi-las? Qual o seu papel na ordem estabelecida e na dinâmica funcional dos aglomerados urbanos?

A teoria dos lugares centrais postula que «...every central good has a range characteristic to it self, wich, in every concrete case deviates more or less from the average specific range of the central good...»⁸⁵. Face às alterações que têm ocorrido em termos de comportamento do consumidor, fruto do aumento geral dos rendimentos familiares e do aumento da mobilidade, alterações mais frequentes (e estudadas) nas grandes aglomerações urbanas, encontrar-se-ão distorções ou indefinições no alcance de certos bens. Ora, podemos esperar que o alcance de um mesmo bem oferecido por diferentes centros se

⁸⁴ GASPAR, Jorge — op.cit., p. 296.

⁸⁵ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 60.

sobreponha de tal forma que a linha de indiferença se transforme numa faixa mais ou menos ampla. Em áreas densamente povoadas e com acessibilidade elevada essas faixas podem interpenetrar-se causando grandes distorções no padrão regular.

Algum tipo de bens será mais sensível a estas transformações? Qual a nova forma de equilíbrio? Quais as diferenças referenciáveis entre espaço intraurbano e interurbano?

Christaller afirma ser óbvio que «...individuais of a higher cultural standing have a higher consumption of central goods, because a large number of central goods are of a cultural nature...», como o profissional independente consome mais do que o não independente ou o trabalhador industrial mais do que o rural⁸⁶.

Esta referência exemplificativa de diversas capacidades aquisidoras não encontra sequência ao longo da obra. Christaller uniformiza as suas regiões, de tal maneira que apenas surgem diferenças entre a capacidade económica de regiões diversas, sem contemplar diferenças socio-económicas intra-regionais. Embora Walter Christaller afirme que «...the valuation of the central goods themselves and the valuation of the journey are individually, and perhaps locally, different...»⁸⁷ e ao introduzir o conceito de distância económica subjectiva venha a atribuir importância às diferenças sócio-económicas intra-regionais, não mostra todavia em que medida influem no sistema de lugares centrais.

O enunciado destes princípios não é suficiente para se tentar responder às questões: o comportamento dos consumidores de uma determinada classe sócio-económica será idêntico em todos os pontos do espaço? Será que os indivíduos com o mesmo estatuto sócio-económico consomem o mesmo tipo de bens?

«Les hommes se spécialisent, les régions aussi, et cependant des ménages de revenus analogues ont tendance à consommer des biens et des services analogues (panier de la ménagère)...», a procura é praticamente constante e o cabaz de compras é quase o mesmo em diferentes regiões⁸⁸.

Trata-se de um problema que adquiriu actualidade, ainda mais porque se os indivíduos com o estatuto cultural elevado consomem bens de natureza cultural, indivíduos com um estatuto cultural mais baixo⁸⁹ consomem outro tipo de bens.

Se o estudo nos pusesse perante uma situação em que fossem encontrados grupos de lugares centrais que oferecessem o mesmo tipo

⁸⁶ Idem, p. 34.

⁸⁷ Idem, p. 108.

⁸⁸ BERRY, Brian J. L. — op. cit., pp. 12-13.

⁸⁹ Não se pretende discutir o significado da expressão «estatuto cultural» empregue por Christaller, entendemo-lo neste contexto como a maior ou menor formação intelectual.

de bens, que possuíssem um alcance semelhante e se distribuíssem uniformemente no espaço, tratar-se-ia de uma área onde a teoria dos lugares centrais constituiria explicação cabal para o sistema de relações.

Os princípios deduzidos por Christaller constituem «...laws of settlement, which fundamentally and often determine, with astonishing exactness, the locations of central places»⁹⁰. Explicam o facto de que «...a distribuição do comércio a retalho e dos serviços apresente regularidades no espaço e no tempo»⁹¹.

4.3. *Trabalhos de aplicação*

Alguns trabalhos realizados no sentido de aplicar os princípios teóricos, apresentam conclusões que não se pode dizer sejam transparentes.

Christaller na sua obra faz referência a possíveis desvios de ordem económica e não económica ao padrão regular. No primeiro grupo identifica desvios na dimensão dos lugares centrais provocados por diferenças na riqueza e na densidade populacional de um sector, de um anel ou de todo o sistema; no afastamento dos centros, resultante da sua dimensão anormal ou da presença ou ausência de outro sistema vizinho; no número de centros, fruto de variações na densidade populacional e riqueza ou na actividade desenvolvida (indústria ou viticultura); ainda com explicação económica refere os desvios provocados por factores de carácter local. No segundo grupo identifica razões de ordem histórica, «physiographical», militar ou relacionadas com o «character of people». Apesar destes possíveis desvios afirma que «...if we consider the interplay of all the three principles [mercado, transporte e administrativo], we shall have a general explanation for the distribution, sizes, and number of the central places»⁹².

Brush e Bracey da comparação dos respectivos trabalhos concluem que «...the similarities in distribution pattern in Wisconsin and England suggest that there are certain common spatial relationships in the hierarchy of rural service centers»⁹³. A identidade verificada entre as duas áreas assenta nas condições topográficas com «moderate relief», na uniformidade da distribuição da população rural, na continuidade da ocupação do solo e numa boa acessibilidade. Em cada um

⁹⁰ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 190.

⁹¹ BERRY, Brian — op. cit., p. 7.

⁹² CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 190.

⁹³ BRUSH, John E.; BRACEY, Howard E. — *Rural service centers in southwestern Wisconsin and southern England*, in MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. — *Readings in Urban...*, pp. 210-217.

dos trabalhos foi «...identified a group of higher-order centers, though no abrupt break in functions or facilities was recognizable»⁹⁴.

Uma outra conclusão que pode ser retirada da leitura do artigo é que centros com dimensões diferentes, desempenham papéis idênticos na hierarquia⁹⁵, o que não permite a generalização do princípio enunciado por Christaller e reforçado por Berry, que relaciona o número de tipos de bens centrais com a dimensão por lugares centrais⁹⁶.

Barry e Garrison, por seu lado, na aplicação da teoria a Snohomish, chegaram a uma «...exact identification of an hierarchical system»⁹⁷, por uma técnica que talvez merecesse a Christaller o mesmo comentário que lhe suscitou a lei de Auerbach: «it is not much more than playing with numbers»⁹⁸.

Gaspar, ao estudar o caso de Évora, conclui que, «...se o esquema de Christaller é válido na sua generalidade, não se observa na realidade, já que implica uma homogeneidade de padrões físicos e humanos que, não obstante ser maior na área de influência de Évora que noutras áreas de Portugal > não é suficiente para permitir uma regularidade na estruturação espacial da hierarquia dos l.c.. Convém ainda realçar o facto, não explicado por aquele geógrafo..., de a cada l.c. de nível Xn corresponder sempre certo número de l.c. de nível Xn-r. Partindo deste enunciado, podemos afirmar que existe uma hierarquia dos l.c, embora a sua contrapartida espacial não seja uniforme nos vários subsistemas que constituem o sistema de Évora»⁹⁹.

Do conjunto de trabalhos referidos infere-se não ser possível esperar que a teoria na sua forma mais rígida, constitua explicação para a distribuição do povoamento na maioria das situações reais.

Verifica-se inequivocamente uma interdependência entre aglomerados, que se traduz numa hierarquia de níveis. Esses níveis não correspondem, todavia, a uma sucessão de patamares rigorosamente definidos. Assim, pode-se falar num conjunto de aglomerados susceptíveis de desempenhar papéis idênticos nos sistemas onde se inserem, de apresentar algumas características idênticas, mas que não são iguais.

No texto de Christaller este facto é perfeitamente compreensível pela quantidade e diversidade de factores que são apresentados como explicação para as variações detectadas. «Every bird and every death, every change of profession by an individual, every change in fashion,

⁹⁴ Idem, p. 214.

⁹⁵ Idem, p. 216.

⁹⁶ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 64. BERRY, Brian J. L. — op. cit., p. 224.

⁹⁷ BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *The functional bases of the central-place hierarchy*, in MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. — *Readings in urban...*, pp.218-227. *

⁹⁸ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 82.

⁹⁹ GASPAR, Jorge — op. cit., p. 279.

every change in individual wants for certain goods, every invention, every price fluctuation, every new tax, etc, influences the size of the range of the central goods, even if only to a small degree. Every change in the range of any central good at any place causes simultaneous deviations within the system of central places»¹⁰⁰.

Pretende-se pôr em destaque afinal, a enorme facilidade com que o padrão «normal» de distribuição do povoamento é alterado, bem como a distribuição na hierarquia de aglomerados, pelo que, sem esperar que a teoria dos lugares centrais constitua explicação para o padrão de distribuição Noroestino, tentaremos reconhecer as distorções existentes e algumas das causas que explicam esta realidade.

Dois aspectos teremos presentes, contudo. O primeiro diz respeito à indefinição de níveis decorrente da lei de ordem-dimensão¹⁰¹ e da crítica de Vining ao trabalho de Brush.¹⁰² O segundo relembra que a teoria dos lugares centrais constitui apenas uma parte do grande sistema de trocas, visto na perspectiva do comércio e dos serviços¹⁰³.

O trabalho de Vining baseia-se no pressuposto da não existência de um sistema escalonado, mas apenas diferenciação ao longo de um contínuo, de tal modo que é arbitrário tentar estabelecer classes, como o é definir as balizas separadoras dessas classes. A aplicação da lei de ordem-dimensão, já abordada, possuindo um conteúdo explicativo diminuto, não deixa de se verificar, tanto assim que para as áreas de Munique e Snohomish obtivemos valores de correlação iguais a - 0.98 e - 0.86, respectivamente.

A teoria dos lugares centrais trata apenas de uma parte do conteúdo dos aglomerados urbanos — os bens centrais. Fracção significativa é estudada no quadro da teoria de base económica¹⁰⁴. De facto, nem todos os aglomerados constituem lugares centrais, alguns são aglomerados industriais ou rurais, sem a finalidade de servir as áreas envolventes¹⁰⁵. A teoria de base económica tenta explicar a «...dinâmica do crescimento diferenciado dos centros urbanos. Considerando que cada centro urbano possui um conjunto de actividades (agrupamentos materiais e pessoas que neles trabalham e produzem) que de-

¹⁰⁰ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 111.

¹⁰¹ cf. capítulo anterior.

¹⁰² VINING, Rutledge — *A description of certain spatial aspects of an Economic System*, in BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *The functional bases...*, p. 219.

¹⁰³ BERRY, Brian J. L. — op. cit.

¹⁰⁴ DALMASSO, Etienne, et al — *Le système français*, «Acta geographica Lovaniensia», n.º 22, 1982, pp. 101-161. SMITH, Robert H. T. — *Method and purpose in functional town classification*, in BERRY, Brian J. L.; HORTON, Frank E. — op. cit., p. 106.

¹⁰⁵ ULLMAN, Edward — op. cit., pp. 208-209.

finem as suas funções urbanas, e sabendo, por outro lado, que em muitas dessas funções e das suas actividades constituintes os resultados em termos de produção são superiores ao necessário para o consumo interno, admite-se que os excedentes das produções em relação aos consumos serão os responsáveis dinâmicos pelo crescimento»¹⁰⁶. Dalmasso, Pumain e Saint-Julien referem um terceiro quadro teórico que se debruça sobre as «relations de complémentarité et de concurrence...» que definem «les fonctions des villes dans un système urbain». Trata-se da teoria «des pôles de croissance» que analisa «la fonction de production, d'accumulation et de diffusion de la croissance»¹⁰⁷.

4.4. A aplicação ao Noroeste

Tendo estes princípios teóricos por enquadramento, reunimos um conjunto de comércios a retalho susceptível de permitir distinguir os aglomerados entre si, tendo sido levado em linha de conta na escolha: a) Incluir comércios com frequência de aquisição ocasional e excepcional. Aqueles de aquisição mais frequente, de tipo diário¹⁰⁸, pelo seu carácter de ubiquidade, não constituem elementos diferenciadores. De facto, comparando os levantamentos funcionais efectuados, a mercearia, o talho, a padaria, a loja de fazendas e/ou pronto-a-vestir, a loja de materiais de construção, estão sempre presentes o que acontece na generalidade dos restantes aglomerados. Por esta razão não é, o tipo diário, incluído no estudo. De qualquer forma, em estreita dependência dos hábitos dos consumidores, a aquisição em supermercados de artigos de alimentação, higiene da casa ou pessoal, ou a aquisição de tabacos, que foi considerada, poderá ter frequência diária, b) Abarcar o leque de grupos e subgrupos constantes da Classificação

¹⁰⁶ PEREIRA DE OLIVEIRA, José Manuel — *Análise comparativa dos centros urbanos de Portugal (ensaio metodológico)*, Coimbra, 1980, p. 153.

¹⁰⁷ DALMASSO, Etienne, et al — op. cit., p. 105.

¹⁰⁸ De «...tipo diário, podem considerar-se de um modo geral todas as actividades terciárias com localização fixa, nas quais a generalidade dos consumidores satisfaz as necessidades imediatas do dia-a-dia, em especial as da alimentação». «Nas de tipo ocasional, que são de menor frequência em relação à generalidade do consumo normal individual ou familiar, as actividades não correspondem já tanto à satisfação de necessidades imediatas. Pela natureza, duração e mesmo de um modo geral, pelo preço por unidade de... a procura é mais espaçada, ainda que, naturalmente, o intervalo seja variável relativamente a cada bem de consumo ou cada serviço, e mesmo entre si». «...[Ao] tipo excepcional correspondem as actividades para as quais em muitos aspectos as razões do aumento do intervalo entre aquisições ou entre a procura dos serviços se filiam exactamente no carácter muito mais duradouro dos bens ou do efeito dos serviços prestados, mas, sobretudo, e em muitos casos, o carácter de excepção resulta exactamente da especificidade ou ainda do preço por unidade de alguns bens ou serviços». PEREIRA DE OLIVEIRA, José Manuel — *O Espaço Urbano do Porto — Condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra, C. E. G., 1973, pp. 389-390.

das Actividades Económicas (CAE)¹⁰⁹. c) Utilizar os diferentes comércios a retalho já empregues nos numerosos trabalhos versando o tema¹¹⁰, d) Incluir comércios que a moda ponha em particular destaque — alimentos dietéticos e computadores¹¹¹ —, bem como comércios que abasteçam sobretudo empresas — caixas registadoras, máquinas de fotocópias, reclamos luminosos, cofres, balanças.

Sem pretender abarcar a universalidade do comércio a retalho, obtivemos uma lista que julgamos suficiente para destrinçar os aglomerados considerados. Para o conhecimento do comércio a retalho existente, a forma ideal seria através de um levantamento funcional sobre o terreno, o que nos daria acesso a uma ampla gama de informações, facto salientado no início deste capítulo¹¹². Não podemos esquecer, contudo, que um levantamento deste tipo acarreta enormes encargos materiais e implica um dilatado período de tempo para a sua efectivação¹¹³.

Após a escolha dos tipos de comércio a retalho alvo de estudo, procedeu-se à contagem dos estabelecimentos no Anuário Comercial de Portugal e na Lista Telefónica Classificada¹¹⁴. A informação contida nos dois documentos não diverge significativamente, embora seja apresentada de uma forma mais sistematizada no primeiro. Um tipo de informação não supre, todavia, as deficiências do outro pois a todos os estabelecimentos referenciados no Anuário corresponde um número telefónico e nem todos os estabelecimentos terão telefone. Não se espera igualmente, que cada um dos estabelecimentos figure em todos os «títulos», como forma de publicitar os bens que fornece.

Estes factos deixam supor uma margem de erro entre a ocorrência detectada e a ocorrência de facto. Para os aglomerados de que dis-

¹⁰⁹ Instituto Nacional de Estatística — Classificação das Actividades Económicas Portuguesas por Ramos de Actividade (C. A. E.) — Revisão 1., Lisboa, 1973, pp. 67-71.

¹¹⁰ Particularmente nos de Brian Berry e William Garrison, Jorge Gaspar, Pierre Barrière e Micheline Cassou-Mounat, J. M. Pereira de Oliveira.

¹¹¹ É particularmente difícil encontrar exemplos representativos já que as mutações são constantes. Tanto assim é que em 1985 não se fala em alimentos dietéticos como se falou anos atrás, independentemente do número de aquisidores. Por outro lado o «Personal Computer» conquistou a atenção de um amplo grupo de aquisidores.

¹¹² Este aspecto foi particularmente desenvolvido em Liège por J. A. SPORK — *Étude de la Localisation du Commerce de Détail (aspects méthodologiques)*, «Bulletin de la Société Belge d'Etudes Géographiques», Tomo XXXIII, n.º 1, 1964.

¹¹³ O levantamento funcional do Porto, efectuado por alunos de Técnicas de Aplicação em Geografia Urbana da Faculdade de Letras do Porto demorou cinco anos para ser completado, o que mostra a necessidade da existência de bancos de dados funcionais, entre outros, em constante actualização.

¹¹⁴ Foi utilizado o *Anuário Comercial de Portugal 1981-82* e a *Lista Telefónica Classificada da Região do Porto e da Região Norte 1982-83*, para que os valores achados fossem, com mais pertinência, ser comparados com o recenseamento de 1981.

pomos de levantamentos funcionais é, em média, de 29% em valores absolutos. Esse erro é por excesso no caso de Gondomar, já que o levantamento efectuado se cingiu ao núcleo urbano¹¹⁵.

Comparando os valores detectados de ocorrência de comércio a retalho através da lista elaborada com o total de comércio a retalho resultante dos levantamentos funcionais, verifica-se que a razão corresponde a metade, aproximadamente.

Quanto ao número de unidades funcionais, o resultado da contagem não corresponde certamente à realidade, já que é frequente um mesmo estabelecimento figurar em nome do proprietário e no nome da loja, pelo que os valores são sobredimensionados.

Do comércio a retalho que consta da lista elaborada, algum merece particular reparo: a) Uma parte significativa dos supermercados corresponde a lojas de pequena dimensão com auto-serviço, algumas resultantes da modernização de antigas mercearias, enquanto as grandes superfícies de comércio a retalho de artigos de alimentação, predominantemente, são muito pouco numerosas¹¹⁶; b) Parece-nos que seria de maior interesse diferenciar nas livrarias aquelas que figuram sob este «título», mas comercializam igualmente artigos de papelaria; c) A venda de peixe reveste-se de diferentes particularidades já que, se é usual encontrar-se nos mercados municipais, quando estes existem; os supermercados vendem-no igualmente, fresco e congelado, bem como as mercearias, particularmente o congelado. A deslocação do vendedor é característica deste comércio e se algumas das vendedoras porta-a-porta das maiores cidades foram desaparecendo¹¹⁷, nomeadamente no interior, a existência de vendedores ambulantes reveste-se de particular importância; d) A venda de fruta ocorre muito dificilmente em estabelecimentos especializados, mesmo nos grandes centros, e continua a ser usual, nos mais pequenos, a produção para auto-consumo. e) A venda de perfumes em farmácias e drogarias é habitual; f) A existência de um estabelecimento de venda de flores pode ser relacionada de uma maneira geral com hábitos de consumo e também com a ausência ou existência de espaço verde particular; g)

¹¹⁵ MARQUES, Helder; FERNANDES, José Alberto; MARTINS, Luís — *O aglomerado urbano de Gondomar...*

¹¹⁶ Em 1976 existiam no Distrito do Porto 6865 estabelecimentos de comércio a retalho de géneros alimentícios e de bebidas, 15 dos quais eram supermercados ou hipermercados e apenas 3 tinham mais de 20 pessoas ao serviço. No de Braga os valores eram, respectivamente: 4760, 60 e 34, no de Viana do Castelo 1518,2 e 0. I. N. E. — *Recenseamento à Distribuição e Serviços, 1911*.

¹¹⁷ O tema só por si merecia particular atenção tanto mais que se assiste actualmente a um aumento do número dessas vendedoras que tanta animação trazem ao quotidiano citadino, bem como o aumento do número de cauteleiros. Este facto é relacionável com o período de desaceleração económica que atravessamos.

«Boutique» que em sentido restrito corresponderia a uma loja de venda de modelos exclusivos, poderá designar um estabelecimento de pronto-a-vestir.

As constatações que acabamos de referir, põem em evidência as limitações de um levantamento deste tipo. Sublinha-se particularmente um aspecto: o fornecimento de um bem numa loja especializada terá mais significado do que numa desespecializada, já que a existência de especialização pressupõe ter sido atingido o limiar populacional que assegura a viabilidade económica do estabelecimento. A não ser atingido, o bem é fornecido numa loja desespecializada, potencialmente em transição para a especialização. A presente abordagem do comércio a retalho não permite tal diferenciação, muito embora constitua um modo de, com alguma eficácia, destrinçar aglomerados e permita, igualmente, identificar diferenças entre áreas diversas, pelo tipo e características dos estabelecimentos.

Mau grado as insuficiências patenteadas e das necessárias reservas às ilações a retirar da ausência de tipos de comércios a retalho num qualquer dos aglomerados considerados, a abordagem permitirá apontar algumas perspectivas que nos parecem com interesse, constituindo o levantamento efectuado um testemunho suficientemente revelador.

Após a recolha dos elementos, hierarquizaram-se os comércios a retalho pela frequência com que ocorrem nos aglomerados considerados (Q. 9 e Fig. 17).

Admitindo que a ocorrência está intimamente relacionada, de forma inversa com a raridade de um bem, o primeiro facto que se realça é a dificuldade em estabelecer um limiar entre o comércio a retalho raro e ocasional. Os «stands» de automóveis (n.º 15)¹¹⁸ ou a venda de máquinas de costura (n.º 13), pelo preço unitário, pela durabilidade e pela frequência de aquisição, independentemente da diferente capacidade aquisitiva, característica de cada estrato sócio-económico, podem constituir a baliza inferior de tipo raro. A ocorrência, nomeadamente, de locais de venda de fruta (n.º 27), de peixe (n.º 22), de tabacos (n.º 19), é, no entanto, menor.

A raridade do comércio a retalho pode, todavia, ser perspectivada segundo dois vectores que contribuem para uma diferenciação mais fina — a novidade e sobrevivência.

Assim, um determinado tipo de actividade comercial inclui-se entre os comércios raros enquanto constitui novidade. Quando e se um significativo número de aquisiidores julgar «imprescindível» a posse do bem, a tendência espacial será para a dispersão dos locais de venda e

¹¹⁸ Entre parêntesis figura o número de ordem.

QUADRO 9
HIERARQUIA DOS TIPOS DE COMÉRCIO A RETALHO SELECIONADOS
COM BASE NO NÚMERO DE AGLOMERADOS EM QUE OCORREM

1	FARMÁCIA	78	32 MALHAS E CARTEIRAS	13
2 3	ELECTRODOMÉSTICOS.....	67	33 PAPÉIS PINTADOS	12
4 5	MOVEIS	65	34 BATERIAS	11
6 7	SUPERMERCADO	59	35 BIJUTERIA	11
8 9	OURIVESARIA E JOALHARIA	57	36 MOLDURAS	10
10	DROGARIA	55	37 MÁQUINAS DE FOTOCÓPIAS	9 9
11	BOMBA DA GASOLINA	55	38 FERRAMENTAS ELÉCTRICAS	9 9
12	PAPELARIA	50	39 CHAPELARIA DE HOMEM	8 8
13	MUDEZAS (RETROSARIA)	50	40 ARMAS E MUNIÇÕES	8 7
14	FERRAGENS E FERRAMENTAS	44	41 RECLAMOS LUMINOSOS	7 7
15	SAPATARIA	41	42 MÁQUINAS DE ESCREVER	7 6
16	ACESÓRIOS E PEÇAS DE AUTOMÓVEL .	38	43 MÁQUINAS DE TRICOTAR	5 5
17	MÁQUINAS DE COSTURA	37	44 CORTINAS E SANEFAS	5 4
18	LIVRARIA	31	45 INSTRUMENTOS MUSICAIS	4
19	«STANDS» DE AUTOMÓVEIS	30	46 AQUÁRIOS	
20	MALHAS	27	47 ARTIGOS DE PESCA DESPORTIVA	
21	BRINQUEDOS	26	48 CAIXAS REGISTRADORAS	
22	OCULISTA	26	49 COFRES	
	TABACARIA	25	50 APARELHOS ORTOPÉDICOS	
	«BOUTIQUE»	24	51 BALANÇAS	
	VIDROS E CRISTAIS	22	52 ALIMENTOS DIETÉTICOS	
	PEIXARIA	19	53 FILATELIA	
23	ARTIGOS DE DESPORTO	20	54 COMPUTADORES	3
24	LOUÇA DE PORCELANA	19	55 CHAPÉUS DE SENHORA	2
25	ARTIGOS DE FOTOGRAFIA E CINEMA	18	56 GALÉRIAS DE ARTE	2
26	ALCATIFAS, CARPETES	18	57 PEDRAS PRECIOSAS	1
27	FRUTARIA	17	58 ALFARRABISTA	1
28	PERFUMARIA	16	59 PIANOS	1
29	ANTIGUIDADES	14	60 FERRAMENTAS DE PRECISÃO	1
30	ARTESANATO E ARTIGOS REGIONAIS	14	61 MICROSCÓPIOS	1
31	FLORISTA	14	62 ARTIGOS MILITARES	1

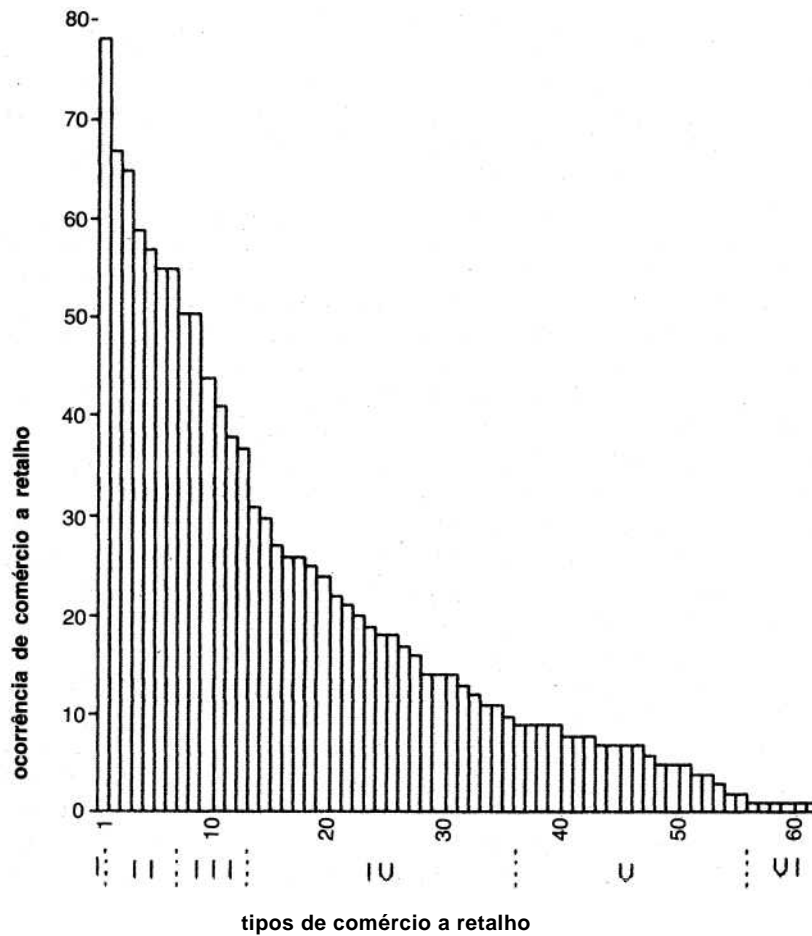


Fig. 17 - Hierarquia do comércio a retalho

para o aumento da frequência de aquisição. Um bem raro pode tornar-se ocasional ou diário, como disso é exemplo a venda de pronto-a-vestir, de electrodomésticos, de gasolina num posto abastecedor, etc.

O segundo vector, a sobrevivência, pode resultar quer dos comércios que constituíram novidade num determinado momento e, deixando de o ser, permaneceram com uma frequência de aquisição rara; quer dos comércios que, de forma mais ou menos célere, tendem para a raridade quando os bens que oferecem deixam de ser muito procurados — retrosaria, chapelaria de homem, venda de sapatos por medida, etc.

Dos 62 comércios a retalho escolhidos, aquele com uma ocorrência maior é a farmácia que se distingue nitidamente dos demais, pre-

sente em 78 aglomerados. Segue-se-lhe um conjunto de 6 comércios a retalho com uma ocorrência que varia entre 67 e 55, da venda de electrodomésticos ao posto de venda de gasolina. Se a ocorrência da farmácia se reveste de uma grande regularidade e constitui uma primeira classe, na segunda apenas nos electrodomésticos e nas ourivesarias se verifica idêntica regularidade.

Afigura-se-nos possível delimitar uma terceira classe que compreende desde papelaria e máquinas de costura, com uma ocorrência de, respectivamente, 50 e 37. A definição de classes hierarquicamente mais elevadas adquire particular dificuldade face ao contínuo verificado. Distinguem-se especialmente os comércios que ocorrem exclusivamente no Porto e constituem uma última classe.

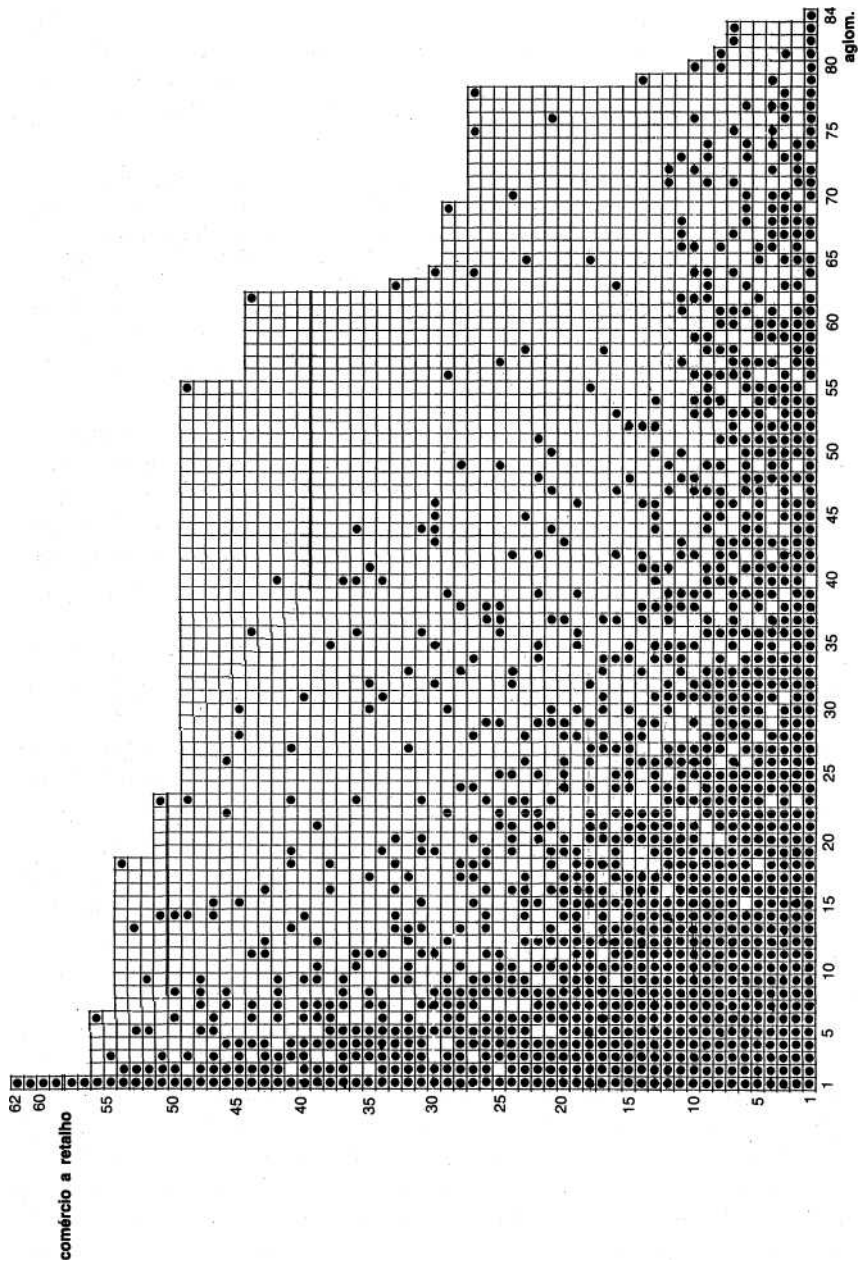
Duma maneira geral, não é possível falar em regularidade na ocorrência do comércio a retalho, o que dilui a importância que pudesse ser atribuída à definição de classes como grupos de comércios capazes de provocar idêntico comportamento do aquisidor face a cada um deles. Dos grupos definidos ao que pode ser atribuído um maior peso é ao VI, o de hierarquia mais elevada, constituído pelos comércios concentrados no Porto, pese embora o seu número não traduza a importância relativa desta cidade.

A ocorrência de comércio a retalho por aglomerado é manifestamente irregular sobretudo nos de hierarquia média e baixa (Fig. 18). As distorções mais sensíveis têm explicações diversas. Os aglomerados da área periférica do Porto são em grande parte os responsáveis pela irregularidade que ressalta da leitura da figura. Este facto deve-se a um colapso na hierarquia do comércio a retalho, já que a ocorrência de comércios de hierarquia superior não pressupõe a existência de comércios de hierarquia média e inferior. Na realidade são inúmeros os pontos de espaço que constituem localização potencial para estabelecimentos comerciais, com particular predomínio dos cruzamentos entre vias radiais e concêntricas mais significativas. Estas concentrações não apresentam, contudo, todo o leque de comércios a retalho caracterizadores do nível que ocupam na hierarquia de aglomerados.

Alguns comércios a retalho detectados, podem ser relacionados com a produção ou transformação como nos casos de florista em Valbom, Valadares, Gueifães; cofre em Canelas; molduras em Gueifães; Castelo da Maia, Valadares, Valbom; reclamos luminosos em Ermesinde, S.^a da Hora, Valbom, Fânzeres. Outros comércios a retalho ocorrem aleatoriamente como a filatelia em Ermesinde; computadores na S.^a da Hora; papéis pintados em Perafita; antiguidades em Vilar do Paraíso.

Em alguns destes aglomerados não ocorrem muitos dos comércios a retalho de hierarquia intermédia, «stands» de automóveis nomeadamente, o que deixa transparecer o peso da proximidade de um grande

Fig. 18 - Ocorrência de comércio a retalho, por aglomerado



centro, patenteado neste e noutros comércios igualmente ausentes, como oculista, artigos de desporto ou «boutique».

Fora da área periférica do Porto a distorção relacionável com a transformação mais encontrada é a venda de artesanato e artigos regionais — Prado e Vila Cova da Lixa. Não constitui, todavia, distorção ao perfil funcional a ocorrência deste tipo de actividade comercial em Barcelos, apesar da sua especificidade.

O comércio a retalho de artesanato e artigos regionais suscita ainda, bem como a venda de louças ou atalhados, mais um tipo de distorção que tem a ver com as relações fronteiriças, quer esporádicas quer regulares, na faixa Norte da área estudada — Valença, Monção, Melgaço, Caminha. A título de exemplo merece referência S. Gregório, muito embora não conste da lista de aglomerados, onde este tipo de comércio é fornecido em quatro estabelecimentos não especializados, o que é, de resto, característico.

A lista elaborada dificilmente porá em destaque mais formas de especialização. Ao mesmo tempo, nem todas as áreas respondem de igual modo, pela ocorrência de comércio a retalho, à especialização. Queremos com isto dizer que a especialização comercial de uma área tem muito a ver, por exemplo, com a especialização industrial, mas nem todas as formas de especialização industrial propiciam especializações comerciais.

Assim, no levantamento do comércio a retalho de Paços de Ferreira sobressaem a venda de colchões e tecidos para estofos, intimamente relacionada com a indústria do mobiliário. Em Gondomar a especialização no fabrico de artigos de ourivesaria não se plasma, contudo, em nenhum tipo de especialização comercial. Tão pouco em Guimarães, que se encontra numa área fortemente industrializada, a especialização do comércio a retalho tem particular significado.

Faceta impossível de perspectivar, salvo através de minucioso inquérito directo, significativa, no entanto, ao ponto de preocupar os comerciantes dos mais diversos ramos e relacionável com o que afirmámos, é a prática de venda a retalho, declarada ou encapotada, em numerosas fábricas, mormente nas de tecidos e de confecções.

Um outro propósito que presidiu à elaboração da lista de comércios a retalho, seria o de diferenciar a capacidade de deslocação entre indivíduos e empresas. Apenas num caso — reclusos luminosos — se verifica uma nítida concentração no Porto e área envolvente, o que pressupõe uma predisposição para deslocações mais longas por parte das empresas, em comparação com outros comércios a retalho de ordem hierárquica idêntica como máquinas de escrever, chapelaria de homem ou caixas registadoras, que ocorrem nos aglomerados de hierarquia superior — Porto, Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Barcelos. Como reclusos luminosos e caixas registadoras, bens caracteris-

ricamente adquiridos por empresas, apresentam um padrão de distribuição espacial antagónico, não nos parece possível afirmar que os elementos disponíveis apontem para comportamentos diversos, característicos de indivíduos e empresas.

No quadro 10 e figura 19 hierarquizaram-se os aglomerados pelo número de comércio a retalho que neles ocorrem. Da sua leitura ressalta a possibilidade de identificação de níveis de aglomerados na hierarquia superior e uma indefinição nos aglomerados de hierarquia média e baixa, mais próximo de um contínuo do que de patamares. É, assim, identificável o nível mais elevado correspondente ao Porto, onde foram encontrados todos os comércio do conjunto escolhido (nível VII)¹¹⁹. O nível imediatamente inferior é ocupado por Braga com 49 comércio a retalho. Ao V corresponde um grupo de aglomerados que varia entre 44 comércio a retalho de Vila Nova de Gaia e 33 de Vila Nova de Famalicão. Na figura é esboçada uma hipótese de delimitação dos restantes níveis. Não há todavia quebras sensíveis no contínuo, apenas ligeiras inflexões.

«Ces niveaux de centres définissent une hiérarchie de places centrales dans laquelle différents types de centres fournissent différents groupes de biens et de services à des aires de marche distinctes. L'interdépendance spatiale des centres de différents niveaux et le recoupement des aires de marche de biens et de services d'ordre correspondant font de cette hiérarchie un système de places centrales»¹²⁰.

A interdependência espacial, a que é feita alusão, entre os aglomerados dos diferentes níveis reconhece-se no Noroeste e o Porto desempenha o papel de comutador principal. Os elementos disponíveis não são suficientes para traduzir as conexões do sistema.

A definição dos grupos de bens fornecidos em cada nível — o perfil comercial — é dificultada pela irregularidade patenteada. Daquelas cuja ocorrência adquire uma maior harmonia, identificam-se como caracterizantes: no nível I farmácia (enquanto este tipo de comércio a retalho ocorre em todos os sete aglomerados do nível, os demais ocorrem apenas num máximo de dois); no nível II drogaria, venda de electrodomésticos, venda de miudezas, sapataria e ourivesaria; no nível III venda de máquinas de costura, livraria, «stand» de automóveis, venda de malhas, venda de brinquedos, oculista, tabacaria, «boutique», peixaria, venda de louças de porcelana, venda de ar-

¹¹⁹ Este nível VII poderá corresponder ao nível VIII da hipótese formulada por Jorge Gaspar de «...que em Portugal existem 9 níveis de lugares centrais, em que Lisboa exemplificaria o IX, o Porto o VIII...», já que está ausente o nível mais baixo, admitindo como possível que se verifique uma identidade entre níveis de comércio, aqui patentes, e níveis globais, a existirem. Gaspar, Jorge — op. cit., p. 271.

¹²⁰ BERRY, Brian J. L. — op. cit., p. 44.

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

QUADRO 10
**HIERARQUIA DE AGLOMERADOS COM BASE NA OCORRÊNCIA DE
 TIPOS DE COMÉRCIO A RETALHO**

1	PORTO	82 49	43 44	MELGAÇO	1110
2 3	BRAGA	44	45	GUEIFÃES	10
	V. N. DE GAIA			LIXA	
4 5 6	MATOSINHOS	43 40	46 47	OLIVEIRA DO BAIRRO	10 10
7 8 9	VIANA DO CASTELO	38 37	48 49	PONTE DA BARCA	10 9
10 11	GUIMARÃES	36 33	50 51	S. PEDRO DA COVA	9 9 9
12 13	BARCELOS	28 27	52 53	AMARES	9 9 9
14 15	PÓVOA DE VARZIM	27 26	54 55	CALDAS DAS TAIPAS	8 8 7
16 17	V. N. DE FAMALICÃO	26 25	56 57	CANELAS	7 7 7
18 19	S. MAMEDE DE INFESTA	25 24	58 59	LEÇA DO BALIO	6 6 6
20 21	GONDOMAR	23 23	60 61	LOUSADA	
22	VILA DO CONDE	22 21	62 63	V. PRAIA DE ÂNCORA	
	ERMESINDE	20	64	VILA VERDE	
	TROFA			CABECEIRAS DE BASTO	
	AMARANTE			GRANJA	
	SANTO TIRSO			LORDELO	
	PENAFIEL			PAREDES DE COURA	
	RIO TINTO			RIBA DE AVE	
	S.ª DA HORA			VIEIRA DO MINHO	
	PAREDES			CELORICO DE BASTO	
	FAFE			FREAMUNDE	
	MAIA			PERAFITA	
23 24	VALBOM	19 18	65 66	PRADO	6 6
25 26	MONÇÃO	18 17	67 68	V. N. DE CERVEIRA	6 6
27 28	RACOS DE FERREIRA	17 16	69 70	VILA DAS AVES	5 5
29 30	FÂNZERES	16 15	71 72	VILA MEA	5 5
31 32	FELGUEIRAS	15 15	73 74	CUSTOIAS	5 5
33 34	LEÇA DA PALMEIRA	15 15	75 76	GUIFOES	4 4
35 36	PONTE DE LIMA	14 14	77 78	MADALENA	4 3
37 38	CALDAS DE VIZELA	14 13	79 80	PEVIDEM	3 3
39 40	CARVALHOS	13 12	81 82	VILA DE BAIÃO	3 2
41 42	MARCO DE CANAVESES	12 12	83 84	VILAR DO PARAÍSO	2 1
	VALENCA			APÚLIA	
	VALONGO			ARCO DE BAULHE	
	CAMINHA			REBORDOSA	
	MOREIRA DA MAIA			BALTAR	
	VALADARES			ENTRE-OS-RIOS	
	ESPOSENDE			FÃO	
	POVOA DE LANHOSO			LOUSADO	
	ARCOS DE VALDEVEZ			DELAES	
	AVINTES			GEREZ	
	CASTELO DA MAIA			TERRAS DO BOURO	

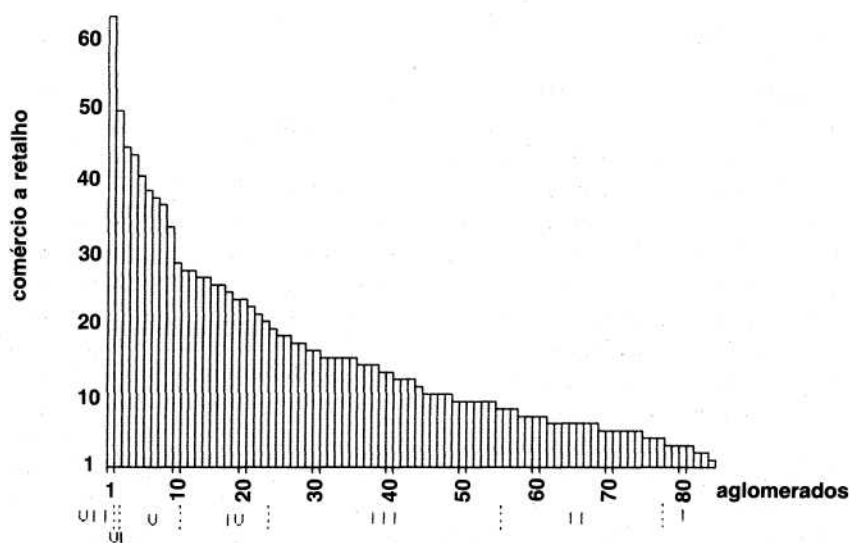


Fig. 19- Hierarquia de aglomerados do Noroeste de Portugal pela ocorrência de comércio a retalho.

tigos de fotografia e cinema, venda de alcatifas, carpetes e tapetes; no nível IV venda de artigos de desporto, florista, venda de malas e carteiras, venda de papéis pintados, venda de molduras, chapelaria de homem; no nível V venda de baterias, venda de bijutaria, venda de máquinas de fotocópias, venda de ferramentas eléctricas, venda de armas e munições, venda de máquinas de escrever, venda de caixas registadoras e venda de alimentos dietéticos.

Enquanto ao nível VI não são identificados comércios caracterizantes, ao nível VII correspondem os do topo da hierarquia, desde pedras preciosas a artigos militares.

Nota-se que alguns dos comércios a retalho apontados como ocorrendo a partir de certo nível, são encontrados por vezes de modo fortuito em aglomerados de nível inferior.

Da comparação entre os comércios considerados como caracterizantes, por Pierre Barrère e Micheline Cassou-Mounat¹²¹, dos tipos de cidades francesas (pequena cidade, cidade média, grande cidade e metrópole regional) com os caracterizantes dos níveis obtidos para Noroeste, ressalta que o nível VII apresenta uma clara identidade com a metrópole regional. Nos tipos de hierarquia inferior, as referências são escassas por parte dos autores franceses, salvo relativamente às pequenas cidades com algum comércio especializado confecção ho-

¹²¹ BARRÈRE, Pierre; CASSOU-MOUNAT, Micheline — op. cit.

mem, saúde (óptica), marroquinaria, artigos de desporto, electrodomésticos, quinquilharia, aquecimento. Esta lista não encontra correspondência clara em nenhum dos níveis mais baixos por nós avançados, antes é encontrada repartida pelos II, III e IV.

Existe, assim, uma faixa de indefinição nos níveis inferiores, facto que é atestado pela irregular ocorrência de comércios a retalho. Uma das causas poderá estar relacionada com os serviços administrativos e a concentração de equipamentos. Duma maneira geral a irregularidade dos perfis funcionais é mais acentuada nos aglomerados que não são sede de concelho. Nos aglomerados de hierarquia inferior, a partir de Celorico de Basto (n.º 66) apenas são encontradas duas sedes de concelho — Vila de Baião e Terras do Bouro.

Ultrapassando as diferenças que os níveis encerram, a sua distribuição espacial traduz o desequilíbrio que caracteriza o Noroeste em favor do quadrante Sudoeste da área (Fig. 20). É determinante o peso do Porto e da nebulosa que o envolve, onde se distinguem Vila Nova de Gaia e Matosinhos no nível V, e se detectam dois conjuntos, um de sete aglomerados do nível IV, tantos quantos foram encontrados no resto da área estudada, e outro do nível III que compreende um terço do total.

O único aglomerado no nível VI — Braga — localiza-se numa posição central da área estudada, que uma rede viária focalizada no Porto não favorece.

Destacam-se ainda duas áreas com características próprias: os vales do Ave e do Sousa e as áreas periféricas. No vale do Ave domina o nível V — Póvoa de Varzim, Vila Nova de Famalicão e Guimarães —, tanto este como o nível IV estão bem definidos e sobressaem na hierarquia. No vale do Sousa a indefinição é maior e o nível hierarquicamente mais elevado é o IV — Paredes e Penafiel.

Finalmente a área periférica do Noroeste onde é marcante o peso, a Norte, de Viana do Castelo e a uniformidade da maior parte dos demais aglomerados que ocupam, salvo duas excepções, o nível III, enquanto a Este domina o nível II.

Os elementos referidos mostram em que medida uma diferente capacidade económica se reflete nos perfis comerciais dos aglomerados em áreas diversas.

Sem pretendermos delimitar esferas de influência, não cabe dúvida que p Porto domina a área do ponto de vista comercial. Prova disso é a ocorrência de alguns comércios a retalho de tipo raro exclusivamente nesta cidade. Braga funciona como alternativa para os aquisidores provenientes do quadrante Nordeste da área, evitando a sua

cf. COME e estudo por F. Guichard dos inquéritos realizados em 1973-74 pela então

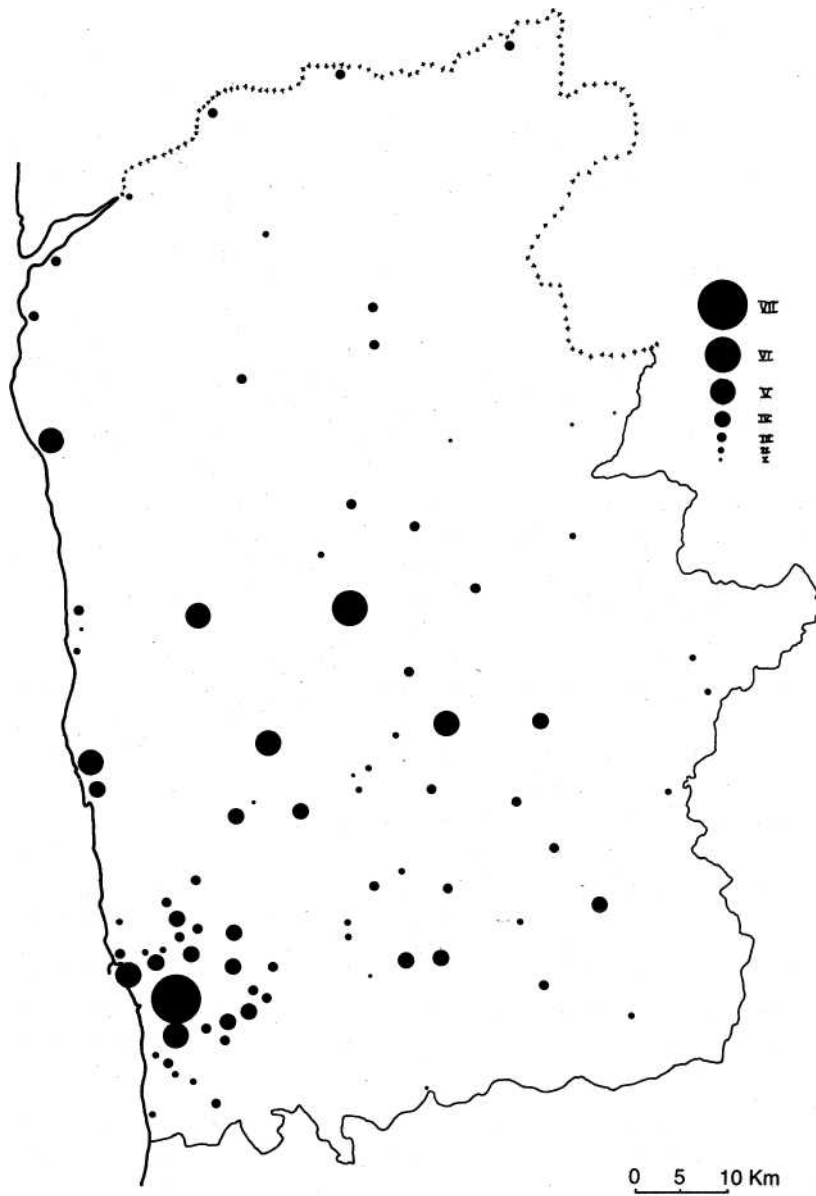


Fig. 20 - Distribuição espacial dos níveis de aglomerados com base no comércio a retalho.

presente, contudo, que o comportamento espacial do aquisidor relaciona-se com o diferente estatuto socio-económico e consequente atribuição de pesos diversos ao desincentivo distância, a distância económica subjectiva de Christaller¹²³.

Nos níveis inferiores, se a área de influência é naturalmente restringida, precisar os seus limites constitui uma tarefa igualmente difícil e a faixa de indiferença será particularmente ampla entre aglomerados do quadrante de Sudoeste da área. Não deixa de estar presente a possibilidade de coexistirem sobrepostos diferentes espaços sócio-económicos, onde a oportunidade de aquisição se manifesta segundo três vectores: o cognitivo, conhecer a existência e reconhecer a utilidade ou apenas desejar adquirir, o económico, a disponibilidade de rendimentos que permita a aquisição, e o físico, a possibilidade de ter acesso a um estabelecimento que forneça o bem.

Como foi referido na primeira parte deste capítulo, existe uma relação justificável entre a dimensão dos aglomerados e a dimensão funcional, neste caso particular a dimensão do comércio a retalho. Segundo Brian Berry esta relação mantém-se desde que os «centros urbanos» sejam «...purs marches, vivant des fonctions de services et de commerces de détail qu'ils fournissent à leur région. Si un centre a des fonctions spécialisées, sa population peut dévier fortement de celle qu'aurait prédite la géographie du commerce de détail et des services»¹²⁴.

Apesar da rigidez que a permissa encerra por um lado e da heterogeneidade noroestina por outro, os valores de dimensão populacional e de dimensão comercial foram relacionados estatisticamente (Qs. 6 e 10 e Fig. 21),¹²⁵ tendo-se obtido um valor de correlação igual a 0.82 o que comprova a existência de uma certa regularidade e também deixa transparecer alguns desvios.

Na base da «nuvem» de pontos surge um grupo de aglomerados cujas dimensões populacional e comercial estão desajustadas por sobredimensionamento do comércio a retalho face ao valor calculado. Dois aspectos contribuem para explicar o facto. O primeiro é de ordem metodológica e respeita à possibilidade, focada no capítulo precedente, de a dimensão populacional ter sido subdimensionada no recenseamento de 1981, como é caso de Vila Nova de Famalicão. O se-

Comissão de Planeamento da Região Norte, onde, para a aquisição de automóveis e material agrícola, se esboça o fenómeno que pretendemos realçar. GUICHARD, François —op. cit., pp. 310-337.

¹²³ CHRISTALLER, Walter — op. cit., p. 52.

¹²⁴ BERRY, Brian J. L. — op. cit., p. 68.

¹²⁵ As listas de aglomerados com a dimensão populacional e dimensão comercial, não são exactamente coincidentes.

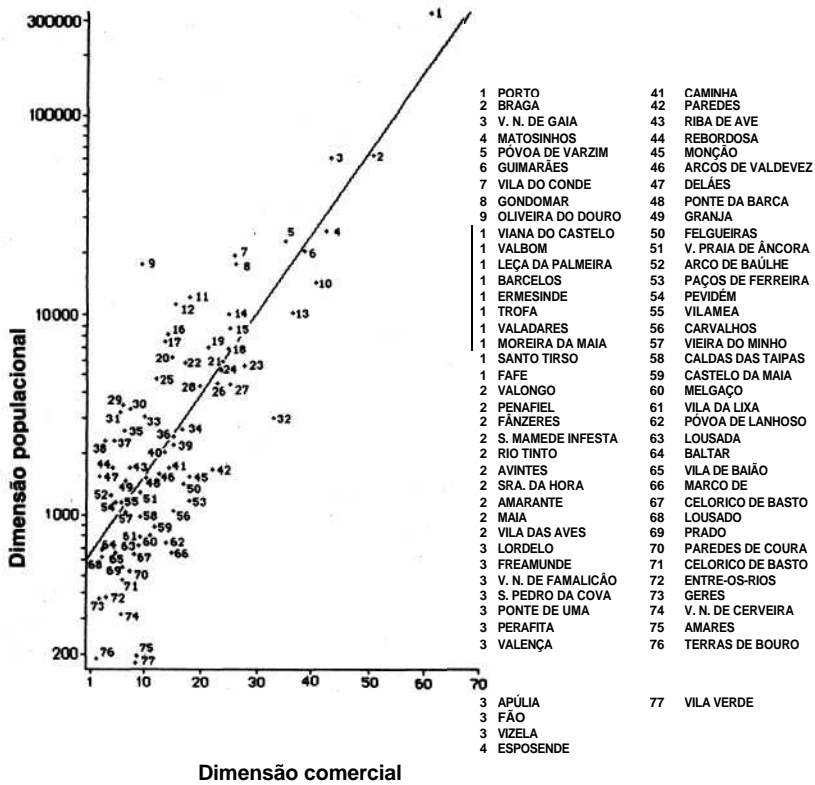


Fig. 21 - Relação entre a dimensão populacional e a dimensão do comércio a retalho.

gundo aspecto põe em destaque o papel desempenhado pelos aglomerados como lugares centrais, com uma importância acrescida porque acumulam funções administrativas.

No topo da «nuvem» verifica-se o fenómeno inverso: um subdimensionamento comercial que acontece na maioria dos aglomerados da periferia do Porto — Gondomar, Oliveira do Douro, Valbom, Leça da Palmeira, Valadares, Moreira da Maia, Valongo e Avintes; ainda, curiosamente, o mesmo acontece em Vila do Conde, o que poderá estar relacionado com a importância crescente da Póvoa de Varzim; também, duma maneira geral, nos aglomerados que não são sede de concelho — Vila das Aves, Lordelo, Freamunde, Fão e Apúlia. Estes aspectos reforçam afirmações feitas anteriormente.

Permanece a necessidade de responder às seguintes questões: será identificável em cada tipo de comércio a retalho uma regularidade na relação entre o número de estabelecimentos que oferecem o bem, ou seja o número de unidades funcionais, e a dimensão dos aglomerados? A partir de um limiar de dimensão populacional será possível encontrar um determinado tipo de comércio a retalho? Se um

aglomerado tiver uma dimensão populacional igual a n vezes o limiar, terá n unidades funcionais a oferecer o bem?

Relacionámos o número de estabelecimentos de electrodomésticos, livrarias, chapelarias de homem e de venda de caixas registadoras, com a dimensão populacional (Q . 11). Os valores de correlação obtidos são elevados no caso dos comércios a retalho dos níveis IV e V, chapelaria de homem (0.9) e caixas registadoras (0.98), respectivamente. Nos níveis II e III, os valores são sensivelmente mais baixos — electrodomésticos 0.79 e livraria 0.74. A representação gráfica (Fig. 22) permite identificar uma outra forma de colapso do comércio a retalho na área periurbana com um desajustamento entre a população dos aglomerados e o número de estabelecimentos que oferecem o bem, défice de estabelecimentos que é particularmente referenciável na venda de electrodomésticos. Este facto é de relevante importância sobretudo porque são inexistentes as grandes superfícies comerciais que, ao tirar partido duma localização periférica com acessibilidade específica adequada, exercem uma forte atracção sobre os aquisidores¹²⁶. O facto que prevalece é o crescimento desigual entre a população das áreas periurbanas e a oferta de bens, entre outros aspectos, explicado quer por um desfasamento temporal fruto da atitude expectante do empresário comercial, quer fundamentalmente pela presença de um aglomerado de grande dimensão próximo.

As questões levantadas levam a representar também, o quociente que traduz o número de habitantes por estabelecimento que vendem electrodomésticos em cada aglomerado (Fig. 23). O leque de valores é extremamente amplo e varia entre 113 habitantes/unidade funcional em Amares e 4381 hab./u.f. na Trofa. Estes valores denotam uma grande imprecisão e a inviabilidade, face aos elementos disponíveis, de determinar um limiar populacional de dimensão do aglomerado para a ocorrência de um tipo de comércio a retalho, donde a partir da dimensão não se obtém o número de estabelecimentos.

A existência de comércio a retalho traduz a importância relativa dos aglomerados na hierarquia urbana e a identificação de níveis constitui uma forma de sistematizar as conexões existentes. Mas, do comércio a retalho, apenas se dá neste trabalho uma imagem instantânea, que vale exclusivamente por si, tanto mais porque alguns dos comércios são altamente instáveis¹²⁷. Este facto assenta no constante

¹²⁶ Na periferia do Porto encontram-se alguns estabelecimentos de comércio de electrodomésticos grossista e retalhista, a praticar preços inferiores, particularidade que pode pesar na distorção.

¹²⁷ Um exemplo do fenómeno é a venda de jogos para micro-computadores, que floresceu durante o ano de 1984 e teve o seu ponto culminante no Natal desse ano. Os vendedores queixam-se de um decréscimo muito rápido das vendas e conseqüentemente, a tendência será para o desaparecimento das lojas especializadas que se dedicam a esta actividade comercial.

Quadro 11 -NÚMERO DE ESTABELCI MENTOS E NÚMERO DE HABITANTES POR ESTABELECIMENTOS EM CADA AGLOMERADO (ELECTRODOMÉSTICOS, LIVRARIA, CHAPELARIA DE HOMEM E CAIXAS REGISTRADORAS)

	Dimensão populaciona	Electrodomésticos		Livreria		Chapelaria de homem		Caixas registadoras	
PORTO	337360	233	1405	4 9 3	4424	6 3	24561	9 3	36374
BRAGA	63033	28 22	2251	1 4 5	7004	2	21011	1	21011
V N DE GAIA	62469	19 13	2040	2 2 1	20823	1 1	13202		
MATOSINHOS	26404	29 9	1390	1 3 2	26404	1	21947		
PÓVOA DE VARZIM	23729	8 12 5	1825	1 1 1	5932		20613	1 1	23729
GUIMARÃES	21947	10 17	757	2	4389				
VILA DO CONDE	20613	11 2 2	2290	1	10207	3 7 1			
GONDOMAR	18881	2 10 3	2360	3	9441				
VIANA DO CASTELO	15190	3 3 3	1266		15190				15190
VALBOM	12183	7 9 2	2437		11413				
LEÇA DA PALMEIRA	11413	11 7 6	1141		3460				10379
BARCELOS	10379		611 922		5073				
ERMESINDE	10145		4362		7460		10379		
TROFA	8763		3812		6799				
VALADARES	7624		3730		66371				
MOREIRA DA MAIA	7460		680						
SANTO TIRSO	6799		2212	2895					
FAFE	6637		2032						
VALONGO	6097		1930	5671					
PENAFIEL	5769 5731		1910	1581					
FANZERES	5671 5234		810 562						
S. MAMEDÉ INFESTA	4799		2400						
	4757		432 676				5671		
AVINTES	4744		764						
Sª DA HORA									
AMARANTE	4583								
MAIA									
VILA DAS AVES	3566	2 1 3	1793			1	3181		
LORDELO	3413	12 1	3413	3 1	1060				
FREAMUNDE	3303	5 2 3	1101	1					
V. N. DE FAMILIÇÃO	3181	3 5 2	265		2627				
S. PEDRO DA COVA	3090	1 2 6	3090	1 1	2236				
PONTE DE LIMA	2627	4 4 7	525	1					
PERAFITA	2626	1 3 1	1313		1634				
VALENÇA	2474	2 3 1	825 745						
VIZELA	2236	3 3 2	438 902		1533				
ESPOSENDE	2189	2 1 1	1791		841				
CAMINHA	1803	4 1 1	871 277						
PAREDES	1791	1 1 2	409						
RIBA DE AVE	1742	1	397						
MONÇÃO	1660		219						
ARCOS DE VALDEVEZ	1634		1357						
PONTE DA BARCA	1586		425						
FELGUEIRAS	1532		1228						
V. PRAIA DE ÂNCORA	1357		804						
PAÇOS DE FERREIRA	1275		384						
PEVIDÉM	1228		1071						
CARVALHOS	1208		318						
VIEIRA DO MINHO	1153		290 421						
	1071		403 774						
CALDAS DAS TAIPAS			731 179						
CASTELO DA MAIA	953 871								
MELGAÇO	841 806		715 596						
VILA DA LIXA	774 731		264						
PÓVOA DE LANHOSO	715		357 113						
LOUSADA	715 596		212						
VILA DE BAIÃO	528								
MARCO DE CANAVESES	357								
CAB DE BASTO	226 212								
PAREDES DE COURA									
CELORICO DE BASTO									
V. N. DE CERVEIRA									
AMARES									
VILA VERDE									

Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal

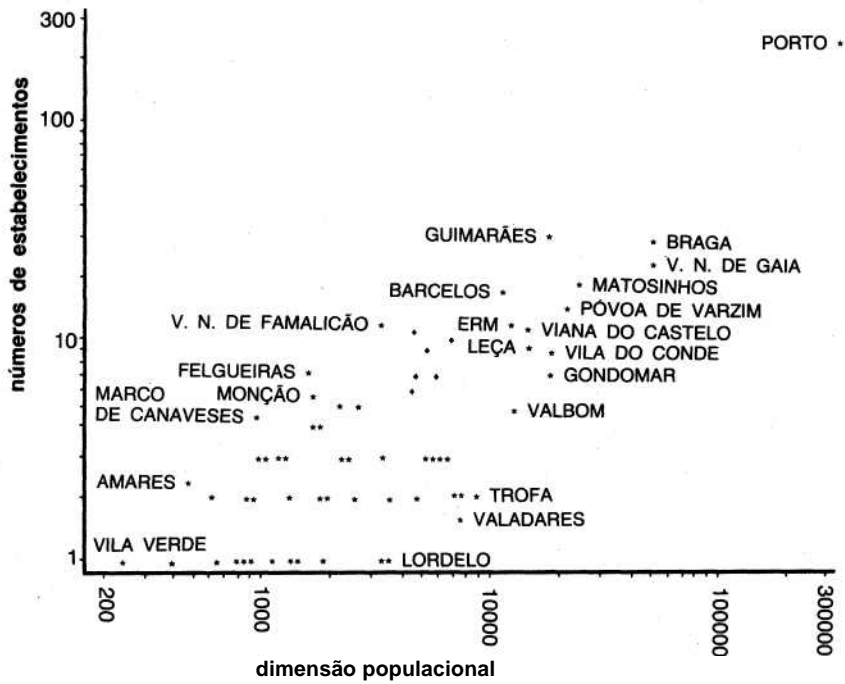


Fig. 22 - Relação entre o número de estabelecimentos de venda de electrodomésticos e a dimensão populacional dos aglomerados.

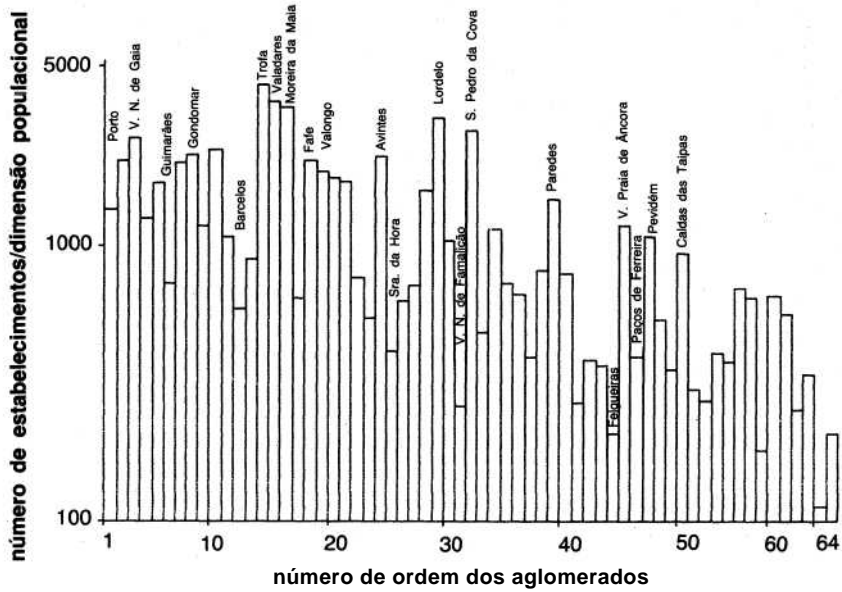


Fig. 23-Limiar de ocorrência de estabelecimentos de electrodomésticos.

surgimento de novas «necessidades», característico de uma sociedade de consumo, ou na conquista de novas clientelas, nomeadamente nos grupos etários inferiores e superiores.

Em linhas gerais estas mutações enquadram-se, ainda, em alterações mais amplas que afectam o sistema urbano quer globalmente, quer através de cada elemento do sistema, o que provoca constantes reajustamentos. A redistribuição populacional que se processou sobretudo a partir da década de 60, a emigração para países da Europa e o retorno tanto desses países como das ex-colónias, são factos que influem decisivamente.

As alterações fizeram-se sentir também na taxa de actividade, quer pelo recuo dos activos do sector primário e o aumento dos activos dos secundário e terciário, quer do aumento da mão-de-obra feminina, o que contribui para uma menor disponibilidade para continuar a desempenhar todo o amplo leque de tarefas que o grupo familiar requer.

Outros factos foram verificados como a melhoria do poder de compra, que favoreceu o aumento da mobilidade das populações. O resultado desta combinação de forças é a alteração da importância relativa dos aglomerados do ponto de vista comercial.

Teoricamente, os maiores aglomerados oferecem mais benefícios à localização da actividade comercial do que os pequenos, fruto da economia de aglomeração. Assim, assiste-se à penetração de novos tipos de comércio pelo grande centro, a par de uma cuidada renovação dos estabelecimentos, ao crescimento dos aglomerados de dimensão intermédia e a mutações lentas nos de pequena, com tendência para uma cristalização de alguns estabelecimentos.

A diversificação comercial é, portanto, um facto significativo e as tendências evolutivas dos perfis comerciais uma realidade comprovada. A propósito, Pumain e Saint-Julien, afirmam existir um avanço da homogeneização, não irreversível dos perfis funcionais¹²⁸.

Ao mesmo tempo, um estudo atento das variações diacrónicas dos perfis funcionais e particularmente do comércio a retalho, permitirá tirar conclusões sobre a dinâmica das áreas onde ocorrem as mudanças¹²⁹ e as razões que estarão na sua origem.

5. *Para concluir*

Como pensamos ter mostrado, a hierarquia dos aglomerados,

¹²⁸ puMAIN, Denise; SAINT-JULIEN, Thérèse — op. cit., p. 208.

¹²⁹ Fenómeno recente e de importância pela expressão adquirida, é o advento dos «shopping centers» que despontam um pouco por toda a parte. Estes edificios comerciais não provocam, contudo, alterações apreciáveis nos perfis comerciais dos aglomerados onde surgem.

seja através da dimensão populacional ou da dimensão do comércio a retalho, não surge claramente definida em patamares, antes adquire a forma de um contínuo, muito embora, no topo da hierarquia possam ser individualizados níveis.

Da aplicação das duas perspectivas resultam algumas diferenças na posição que os aglomerados ocupam quer na hierarquia de dimensão populacional quer na de dimensão do comércio a retalho. A mais significativa diz respeito à descida de aglomerados da periferia do Porto da primeira para a segunda hierarquizações, facto que acontece igualmente em aglomerados que não são sede de concelho. Alguns destes não figuram na dimensão do comércio a retalho, já que neles ocorre apenas comércio de tipo diário. Destas constatações ressalta o papel centrípro do Porto, o nítido carácter periurbano dos aglomerados de concelhos limítrofes e, também, o inegável e determinante peso do aparelho administrativo na diferenciação dos aglomerados do Noroeste. Excepções há, dignas de registo, como Ermesinde e Trofa localidades que mantêm as respectivas posições na hierarquia.

O sistema urbano é, no entanto, bem mais complexo. Daí ser pertinente levantar a questão da representatividade das duas facetas da hierarquia aqui focadas, relativamente ao todo. Apesar de ser possível estabelecer uma certa diferenciação entre aglomerados, é prematuro generalizar uma hierarquia global. Assim, não estando em causa o interesse da teoria para permitir a explicação, a leitura da realidade Noroestina, constituída pelas dimensões populacional e do comércio a retalho, parcelar é certo, aponta para uma marcada irregularidade. Este facto relaciona-se intimamente com a heterogeneidade da área, o que permite perguntar se aglomerados com características idênticas — dimensões populacional e comercial —, desempenham papéis também idênticos na hierarquia, quando localizados em áreas com diferentes particularidades. O inverso verificar-se-á também?

Parece necessário ainda tentar aclarar alguns aspectos. Um leitor persistente ao ponto de chegar ao fim destas páginas e ao mesmo tempo conhecedor do Noroeste de Portugal, poderá perguntar-se se a tentativa de aplicar a esta área os princípios teóricos a que é feita alusão ao longo do texto, não será de todo descabida e, necessariamente, o resultado virá a ser ou uma leitura distorcida da realidade ou a distorção dos modelos ao ponto de os tornar irreconhecíveis face a um ajustamento forçado a uma situação que se sabe distinta.

Aqui, o que se pretendeu, foi a par de aprofundarmos o nosso conhecimento de algumas obras basilares na consolidação da Geografia, tentar demonstrar como uma realidade dificilmente é ajustável, no seu todo, aos pressupostos teóricos. Afinal, os princípios generalizáveis fazem esquecer as quebras na regularidade que são, duma ma-

neira geral, traduzidas por variáveis que mostram cada elemento sobretudo igual a si mesmo.

No Noroeste, o «pântano» de povoamento em que se constitui o médio Ave, particularmente, bem como o Porto e áreas periféricas, não permitiam, à partida, antever sucesso na abordagem exclusivamente do ponto de vista teórico. De facto, se as estradas mais se assemelham a ruas de uma cidade diluída, se em cada esquina ou cruzamento estão reunidas condições para despontarem formas de fixação populacional, a explicação terá que ser baseada em princípios flexíveis. Mas, se nas áreas mais periféricas a Norte e Este, ou mesmo na faixa litoral, seria de esperar uma maior aproximação aos pressupostos teóricos enunciados, a proximidade da fronteira, o carácter marcadamente turístico, entre outros aspectos, acabam por provocar igualmente distorções.

Assim, parece-nos fundamental para um aprofundamento no conhecimento do Noroeste e das formas de povoamento que o caracterizam, independentemente de virem a ser tentadas vertentes da hierarquia diferentes das aqui tratadas, serem ensaiadas diferentes metodologias com base noutros enquadramentos teóricos, aferindo a sua validade, em escalas de análise diversas, perante as distorções verificadas, e desenvolver tal abordagem em conformidade com as características intrínsecas às áreas que se destringam no Noroeste.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEGRO DE MAGALHÃES, Maria Madalena — *A Rede Urbana da Região do Norte*, Porto, 1984.
— *A pluriactividade no Vale do Ave*, Porto, 1985.
- BAILLY, Antoine S.—*Vorganisation urbaine, théories et modeles*, 2.^a ed., Paris, CRU, 1978. BARRÈRE, Pierre; CASSOU-MOUNAT, Micheline — *Les Villes Françaises*, Paris, Masson, 1980.
- BASTIÉ, J.; DEZERT, B. — *VEspace Urbain*, Paris, Masson, 1980. BEAUER, Gérard; ROUX, Jean-Michel — *La Rurbanization ouí la ville eparpillé*, Paris, Seuil, 1976. BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline — *Géographie Urbaine*, Paris, Armand Colin, 1980.
— *Geografia Urbana*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline; CHABOT, Georges — *Traité de Géographie Urbaine*, Paris, Armand Colin, 1963. BE AVON, Keith S. O. — *Geografia de las actividades terciárias*, Barcelona, Oikos-Tau, 1981. BERRY, Brian J. L. — *Géographie des marches e,t du commerce de détail*, Paris, Armand Colin, 1971.
— *Consecuencias Humanas de la Urbanización*, Madrid, Pirâmide, 1975.
— *Urbanization and counter-urbanization*, B. H., Sage Publications, 1976.
- BERRY, Brian J. L.; GARRISON, William L. — *Alternate Explanations ofurban rank-size relationships*, in MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. (comp.) — «Readings in Urban Geography», Chicago, University of Chicago Press, 1959, pp. 230-239.
— *The funcional bases of the central-place hierarchy*, in MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. (comp.) — «Readings in Urban Geography», Chicago, University of Chicago Press, 1959, pp. 218-227.
- BERRY, Brian J. L.; HORTON, Frank E. — *Géographie perspectives on urban systems*, New Jersey, Prentice-Hall, 1970.
- BLUMENFELD, Hans — *A metrópole moderna*, in AAW, «Cidades», 3.^a ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 52-70.
- BRAYANT, C. R.; et ai—*The city's countryside*, New York, Longman, 1982.
- BRUSH, John; BRACEY, Howard E. — *Rural Services Centers in Southern England*, in MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. (comp.) — «Readings in Urban Geography», Chicago, University of Chicago Press, 1959, pp. 210-217.
- CÁRTER, Harold — *The study of Urban Geography*, 3.^o ed., Londres, Arnold, 1981.
- CASSOU-MOUNAT, Micheline — *Equipements commerciaux et niveaux de villes*, I Jornadas de Estudo do Norte de Portugal — Aquitânia, Porto, 1984.
- CASTELLS, Manuel — *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Presença, 1979.

- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE — *Contributo para o estudo da rede de centros urbanos da Região Norte*, Porto, 1980.
- CHRISTALLER, Walter — *Central Places in Southern Germany*, New Jersey, Prentice-Hall, 1966.
- CLAVAL, Paul — *La Logique des Villes*, Paris, Litec, 1982.
- DALMASSO, Etienne; et ai — *Le systeme urbain français*, «Acta Geographica Lovaniensia», n.º 22, 1982.
- D A VIS, Kingsley — *A urbanização da Humanidade*, in AAVV, «Cidades», 3.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977, pp. 13-35.
- DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO — *Delimitação cartográfica dos agrupamentos urbanos da metrópole*, Lisboa, 1971.
- ESTEVES, Maria do Céu — *Teoria dos lugares centrais*, «Revista Desenvolvimento», n.º 1, Lisboa, 1984.
- FERRÃO, João; SIMÕES, José Manuel — *Teoria dos lugares centrais: concepção e utilização*, in AAW, «Estudos para o Planeamento Regional e Urbano», n.º 18, Lisboa, CEG, 1981.
- FERRER, Manuel; PRECEDO, Andrés — *Las ciudades de Guipúzcoa y Vizcaya*, Durango, Leopoldo Zugaza, 1977.
- GAMA, António — *Uma Ruptura Epistemológica na Geografia — A Teoria dos Lugares Centrais*, «Revista Crítica de Ciências Sociais», n.º 12, Coimbra, 1983, pp. 41-59.
- GASPAR, Jorge — *A área de influência de Évora*, Lisboa, C.E.G., 1972.
— *Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*, «Finisterra», Vol. X, n.º 19, Lisboa, 1975, pp. 107-152.
— *Urban growth trends in Portugal*, «Estudos para o Planeamento Regional e Urbano», n.º 17, Lisboa, CEG, 1980.
- GASPAR, Jorge; CORREIA, Fernando — *A distribuição das actividades terciárias na cidade de Lisboa segundo as estatísticas fiscais*, «Finisterra», Lisboa, X, n.º 20, 1975, pp. 193-229.
- GENTY, Michel — *Villes et bourgs du Périgord et du Pays de Brive*, Bordéus, CNRS, 1982.
- GEORGE, Pierre — *População e Povoamento*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974.
— *Précis de Géographie Urbaine*, Paris, PUF, 1974.
- GUICHARD, François — *Porto, La Ville dans sa Région*, Bordéus, 1984.
- HERBERT, D.; THOMAS, C. — *Urban Geography*, s.l., Peter Hall, 1982.
- JOHNSTON, R. J. — *City and Society*, s.l., Peter Hall, 1980.
- JONES, Emerys — *Ville et La Cite*, Paris, 1973.
- LEFEBVRE, Henri — *O pensamento Marxista e a cidade*, s.l., Ulisseia, s.d.
- MARQUES, Helder; FERNANDES, José Alberto; MARTINS, Luís — *A variação da densidade populacional com a distância ao centro nos aglomerados do Porto, Braga, Guimarães e Viana do Castelo-Ensaio Metodológico*, I Jornadas de Estudo do Norte de Portugal — Aquitânia, Porto, 1984.
— *O aglomerado urbano de Gondomar, áreas de expansão preferencial*, «Humanidades», n.º 4, Porto, 1984, pp. 61-85.
— *Algumas notas sobre o conceito de cidade e a problemática da delimitação espacial*, Porto, 1983.
- MELLOR, J. R. — *Sociologia Urbana*, Porto, Rés, s.d.
- MERLIN, Pierre — *Méthodes quantitatives et espace urbain*, Paris, Masson, 1973.
- MUNFORD, Lewis — *A Cidade na História*, 2.ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1982.

- NUNES, A. Sedas—*Questões preliminares sobre Ciências Sociais*, 5.^a ed., Lisboa, Presença, 1982. PEREIRA DE OLIVEIRA, J. M. — *O Espaço Urbano do Porto*, Coimbra, CEG, 1973.
- Recenseamento e Geografia*, Coimbra, 1973.
- Análise Comparativa dos Centros Urbanos de Portugal*, Coimbra, 1980.
- PINCHEMEL, Ph.; et ai — *Niveaux optima des villes*, Lille, CERES, 1959.
- PRECEDO, Andrés — *La Red Urbana de Navarra*, Pamplona, Cajá de Ahorros de Navarra, 1976.
- PRED, Allan — *Sistemas de cidades em economias adiantadas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- PUMAIN, Denise — *La dynamique des villes*, Paris, Economica, 1982. PUMAIN, Denise; SAINT-JULIEN, Thérèse — *Les transformations recentes du système urbain français*, «L'espace géographique», Paris, n.º 3, 1979, pp. 203-211.
- RACIONERO, Luís — *Sistemas de ciudades y ordenacion dei território*, 2.^a ed., Madrid, Alianza, 1981. RIBEIRO, Orlando — *Cidade*, in «Dicionário de História de Portugal», Lisboa, s.d., pp. 574-580.
- *Proémio Metodológico ao Estudo das Pequenas Cidades Portuguesas*, «Finisterra», Vol. IV, n.º 7, Lisboa, 1969, pp. 64-75.
- RICHARDSON, Henry W. — *Economia Regional*, Barcelona, Vicens-Vives, 1973.
- SANTOS, Milton — *Les Villes du Tiers Monde*, Paris, M. — Th. Genin, 1971.
- *Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana*, São Paulo, Hucitec, 1982.
- SPORK, J. A.—*Etude de la localisation du commerce de détail (aspects methodologiques)*, «Bulletin de la Société Belge d'Études Géographiques», Tomo XXXIII, n.º 1, 1964.
- STEWART, Charles T. Jr. — *The size and spacing of cities*, in MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. (comp.) — «Readings in Urban Geography», Chicago, University of Chicago Press, 1959, pp. 240-256.
- ULLMAN, Edward — *A theory of location for cities*, in MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. (comp.) — «Readings in Urban Geography», Chicago, University of Chicago Press, 1959, pp. 202-209.
- UNITED NATIONS — *Population and Vital Statistics Report —1984 Special Supplement*, New York, 1984.
- VIEIRA, A. P. Lopes — *Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural*, «Revista de História Económica e Social», n.º 1, Lisboa, 1978.
- ZIPF, George Kingsley — *Human Behavior and the Principle of Least Effort*, New York, Hafner Publishing Company, 1949.

DADOS E ESTATÍSTICAS

ANUÁRIO COMERCIAL DE PORTUGAL 1981-82.

LISTA TELEFÓNICA CLASSIFICADA DA REGIÃO DO PORTO E DA REGIÃO NORTE 1982-83.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — *Principais Contribuições e Impostos por Concelho no Continente 1971-1980*.

—*Recenseamento à Distribuição e Serviços*, 1977.

—*Estatísticas dos Transportes e Comunicações 1970-1981*.

—*X Recenseamento Geral da População*, 1960.

—*XII Recenseamento Geral da População*, 1981.

RESUMO

Conhecer o Noroeste de Portugal passa pelo sentir da vivência das suas cidades e vilas e também por reconhecer as relações que se estabelecem entre elas.

Alguns dos princípios teóricos que visam a leitura e explicação da dimensão populacional e comercial dos aglomerados urbanos são aqui focados. Pretende-se com isso, discutir a sua aplicabilidade na área em estudo e ao mesmo tempo deixar transparecer de forma destacada as mudanças rápidas acontecidas, aspecto nem sempre tratado nos inúmeros trabalhos versando a temática, o que obriga a demorar a atenção sobre os factores que as geram.

RESUME

Connaitre le Nord-Ouest du Portugal, c'est sentir l'ambiance vécue dans ses villes et ses «vilas» et c'est aussi reconnaître les relations qui s'établissent entre elles.

Les quelques principes théoriques qui cherchent à lire et à expliquer la dimension de la population et du commerce dans les agglomérations urbaines sont ici abordés afin de discuter les possibilités de leur application dans l'espace étudié. Ce travail a aussi essayé de faire ressurgir les brusques changements de l'évolution. On a donc porté une attention particulière sur les facteurs qui les ont générés et qui n'ont pas été toujours exploités dans les innombrables travaux concernant ce thème.

ABSTRACT

To understand North-Western Portugal it is necessary to study the way of life of its towns and «vilas» and also to recognize the relations established between them.

Some theoretical principles that concern the interpretation and explanation the size of the population and commercial activity of urban centers are discussed. Our aim is to examine their applicability in the area under study, thereby emphasizing the rapid changes that have been taking place and the factors that determined them, which have not always been examined in the numerous works on the theme.